



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS
POVOS INDÍGENAS

Fábio Santos Barreto

Abdul Injai: de anônimo a herói condenado ao degredo

CACHOEIRA – BAHIA

MARÇO, 2018

FÁBIO SANTOS BARRETO

Abdul Injai: de anônimo a herói condenado ao degredo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado profissional em História da África, Diáspora e Povos Indígenas do Centro Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Professor Mestre Juvenal de Carvalho
Conceição

CACHOEIRA, BAHIA
2018

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Barreto, Fábio Santos
B273a Abdul Injai : de anônimo a herói condenado ao degredo
/ Fábio Santos Barreto – Cachoeira, 2018.
122 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Ms. Juvenal de Carvalho Conceição.
Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-
Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos
Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,
2018.

1. África - História. 2. África - Colonização. 3. Guiné-
Bissau. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-
Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos
Indígenas. II. Título. III. Título: De anônimo a herói
condenado ao degredo.

CDD: 960

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

FÁBIO SANTOS BARRETO

ABDUL INJAI: DE ANÔNIMO A HERÓI CONDENADO AO DEGREDO

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB, sob orientação do Prof. Mestre Juvenal de Carvalho Conceição. e coorientação do Prof. Dr. _____.

Aprovado, 23 de março de 2018.

Comissão Examinadora:



Prof. Mestre. Juvenal de Carvalho Conceição
(UFRB – Orientador)



Prof. Dr. Artemisa Odila Candé Monteiro
(UNILAB – Examinador)

Prof. Dr. Antônio Liberac Cardoso Simões Pires
(UFRB – Examinador)

Cachoeira-Ba
2018

AGRADECIMENTO

A DEUS por tudo que me tem feito, pelas suas maravilhas em minha vida, por sempre me dar forças para continuar na jornada.

Ao meu pai Samuel Oliveira Barreto (in memória), a minha mãe Lindinalva Santos Barreto e o meu irmão Cláudio Santos Barreto, por sempre me apoiarem, me ensinarem o valor da cidadania, investido na minha educação, sempre acreditando que iríamos transpor juntos os obstáculos.

A Minha esposa Daiane, meus filhos Filipe e Miguel. Agradeço pela paciência e compreensão, sempre me apoiando e incentivando em todos os momentos.

Ao meu Orientador Professor Mestre Juvenal de Carvalho por acreditar e apoiar este trabalho, pelos conselhos, sugestões, pela compreensão nos momentos de dúvidas na elaboração.

A Professora Doutora Artemisa Odila Candé Monteiro pelas preciosas contribuições na qualificação deste trabalho e por tão gentilmente aceitar participar da banca final.

Professor Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa por também contribuir na qualificação deste trabalho apontando questões relevantes a serem abordadas.

A turma de História do mestrado por tornar cada dia do curso prazeroso, por ter a companhia de pessoas maravilhosas. Os vossos nomes estarão sempre registrados na minha memória.

Ao grupo de pesquisa de História da África, pois participaram ativamente na elaboração deste trabalho com sugestões, ideias, críticas e correções de modo que compartilho este trabalho com todos.

Aos professores do Mestrado Profissional em História da África, Diáspora e povo Indígenas que contribuíram na minha formação.

Resumo

Na virada do século XIX para o XX o continente africano foi invadido por povos europeus que entre si repartiram o território arbitrariamente. Wesseling escreveu que num período de 20 anos quase todo o continente estava sob domínio europeu¹. O texto de M'Baye Gueye e Albert Adu Boahen apresenta que a superioridade tecnológica foi a causa do sucesso europeu.² Mas ao confrontar essas ideias com documentos produzidos por autoridades portuguesas da época, foi possível perceber algumas discrepâncias, a todo momento os documentos falavam de povos de África envolvidos na invasão colonial a exemplo Macuas, Fulas entre outros que tomaram parte na campanha de 1908 no Cuore. Nomes de régulos e outros anônimos que participaram das guerras invasoras e que ascenderam ao regulado e tornaram-se destaques nas campanhas de invasão colonial portuguesa por exemplo; Abdul Injai. Surgiu então a inquietação de estudar o caso da invasão colonial da dita Guiné “portuguesa”, como Portugal invadiu as regiões e como os povos resistiram a invasão, como se dava a relação Portugal com os seus “aliados”. Ao Analisar e cruzar as informações contidas nos relatórios de campanha, diário de recordação, telegramas, inquéritos. Foi possível perceber que, o que a historiografia apresentava a respeito da colonização do continente africano ignorava ou ocultava os fatos relacionados a dita Guiné “portuguesa,” os marcos temporais e os motivos apresentados que levaram a invasão de modo geral estavam distantes da realidade aquela região. Não foi a tecnologia que decidiu a favor de Portugal. E até 1919, Portugal não era senhor da Guiné.

Palavras-Chave: Colonização, Guiné Bissau, Abdul Injai.

Abstract

¹ WESSELING, H. L. Dividir para dominar: a partilha da África (1880 - 1914). 1998, p.134.

² GUEYE, M'Baye; BOAHEN, Albert Adu. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914. In: História geral da África, VII, 2ª ed. Brasília. UNESCO. 2010, p.165

At the turn of the nineteenth century to the XX the African continent was invaded by European peoples who shared the territory arbitrarily. Wesseling wrote that over a period of 20 years almost the entire continent was under European rule. The text by M'Baye Gueye and Albert Adu Boahen shows that technological superiority was the cause of European success. But when confronting these ideas with documents produced by Portuguese authorities of the time, it was possible to perceive some discrepancies, at all times the documents spoke of people of Africa involved in the colonial invasion to example Macuas, Fulas among others that took part in the campaign of 1908 in Cuore . Names of régulos and other anonymous ones that participated in the invading wars and that ascended to the regulated one and they became highlights in the campaigns of Portuguese colonial invasion for example; Abdul Injai. It was then the inquetation to study the case of the colonial invasion of the so-called "Portuguese" Guinea, as Portugal invaded the regions and how the people resisted the invasion, as was the relationship between Portugal and its "allies." When analyzing and crossing the information contained in campaign reports, memo diaries, telegrams, surveys. It was possible to perceive that what historiography presented about the colonization of the African continent ignored or concealed the facts related to the so-called "Portuguese" Guinea, "the temporal landmarks and motives presented that led to the invasion in general were distant from that region . It was not the technology that decided in favor of Portugal. And until 1919, Portugal was not lord of Guinea. Key words: Colonization, Guinea

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1- CONTEXTO HISTÓRICO DA DITA GUINÉ “PORTUGUESA” | 13 |
| 1.1- A PARTILHA | 16 |
| 1.2-A MENTALIDADE COLONIAL PORTUGUESA..... | 24 |
| 2- A PARTICIPAÇÃO DA RELIGIÃO NO AVANÇO COLONIAL..... | 28 |
| 2.1-AS RELIGIÕES TRADICIONAS..... | 31 |
| 2.2- O CASO MAMADU INJAI..... | 33 |
| 3- A CAMPANHA DE “PACIFICAÇÃO” DA GUINÉ 1908..... | 37 |
| 3.1- EXÉRCITOS | 40 |
| 3.2 A CAMPANHA DO CUORE..... | 49 |
| 3.3- A CAMPANHA DE BISSAU EM 1908 | 54 |
| 4- COMO ERAM CONSTITUÍDOS OS RÉGULOS NO PERÍODO COLONIAL | 64 |
| 4.1- “LOGO QUE O SOL NASÇA, VEREMOS DE QUEM É ESTE CHÃO” | 67 |
| 4.1- A INVASÃO DO OIO..... | 70 |
| 4.2- COLUNA DE OPERAÇÕES CONTRA OS PAPÉIS 1915 | 73 |
| 5- A CAMPANHA CONTRA ABDUL INJAI..... | 78 |
| 5.1- RUMORES | 84 |
| 5.2- ESTADO DE SÍTIO | 90 |
| 5.3- O AGENTE DUPLO | 97 |
| 5.4- CONDENADO AO DEGREGO | 99 |
| 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 102 |
| GLOSSÁRIO | 107 |
| FONTES..... | 108 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 120 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho é mais um resultado do projeto que foi desenvolvido no grupo de pesquisa Áfricas ligado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) da

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Na graduação passei a compor o grupo que é coordenado pelo Professor Mestre Juvenal de Carvalho que propôs ao grupo, que antes de decidir qual a linha de pesquisa, o tema, o recorte temporal, cada integrante deveria localizar fontes para explorar. E sugeri que fosse feito varreduras em sites, bibliotecas digitais, bancos de dados, jornais e revistas relacionados ao continente africano e a partir daí definir qual o trabalho cada membro desenvolveria.

Ficou definido que cada integrante estava responsável em buscar informações relacionadas a um determinado país africano, escolhi acompanhar a Guiné-Bissau. O resultado desta busca foi encontrar, entre outras fontes, um diário de guerra do Tenente da artilharia do exército português, Luiz Nunes da Ponte, intitulado: **A Campanha da Guiné 1908 Breve Narrativa**, que relata as guerras de expansão colonial portuguesa nos territórios do Cuore e Bissau em 1908.

Ao ler o diário iniciei uma nova fase, busquei confrontar com outros documentos as informações contidas no diário no intuito de comprovar a existência de uma campanha militar na dita Guiné “Portuguesa” no ano de 1908.

Iniciei as buscas com o objetivo de comprovar se existiu um Tenente Luiz Nunes da Ponte e se ele participou desta campanha e se nomes que surgiam no diário eram de pessoas que estiveram envolvidas nos fatos nele descrito. O nome Muzanty apareceu como governador da dita Guiné “portuguesa”, o encontrei citado em vários documentos e textos da época. Outro nome que estava ligado a campanha de 1908 foi Abdul Injai esse com destaque, porque ao final da Campanha do Cuore ficou sendo o novo régulo local.

Entre muitos documentos encontrados que comprovaram esta guerra, descobrir uma série de telegramas oficiais trocados entre os comandantes dos postos militares e governadores da região da dita Guiné “portuguesa” em um período posterior a campanha de 1908, e o nome do Abdul Injai é o assunto central.

Percebi aí a necessidade de aprofundar os estudos relacionados ao processo de colonização da dita Guiné “portuguesa”, investigando a trajetória desse

então desconhecido que se tornou régulo. Bem como os desdobramentos que a partir daí surgiram no cenário da colonização portuguesa naquela região.

Este trabalho não é uma biografia do Abdul Injai, ao escolher esta formatação para comunicar a pesquisa não pretendo construir a linhagem familiar, nem a imagem de herói ou vilão. A questão que orienta esse trabalho é: Através dos fragmentos da história de Abdul Injai, refletir sobre a complexidade do processo de expansão colonial portuguesa na região compreendida atualmente como Guiné-Bissau.

Para elaborar este trabalho utilizei o diário de guerra **A Campanha da Guiné 1908 Breve Narrativa**, de autoria do Tenente Luiz Nunes da Ponte, militar da artilharia do exército português, foi publicado na cidade do Porto, Portugal, no ano de 1909. Este diário está dividido em cinco capítulos, ele não é um relatório militar, porque não se reporta a nenhum militar de patente superior, nem as autoridades de Portugal. Segundo o seu autor o diário é um registro de memórias. A versão impressa foi publicada pela tipografia a vapor da empresa Guedes e contém 108 páginas. Esta versão foi digitalizada e publicada na biblioteca mundial, seção África.

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, "órgão de Informação e Cultura da Colônia" foi criado pelo então Governador da Colônia, Sarmiento Rodrigues, em 21 de Julho de 1945, tendo o seu primeiro volume publicado em 1946 e o seu último publicado em 1973, totalizando 110 edições. Selecionei para este trabalho o volume IV, as publicações de numero 13 e 14, o volume VI a publicação de numero 21, que traz o relatório de guerra contra o Abdul Injai e 50 telegramas trocados pelas autoridades portuguesas.

Os **Cadernos Coloniais** é uma coleção de setenta livros publicados pelas Edições Cosmos entre os anos de 1920 e 1960. Analisei o caderno de numero 24 que foi escrito pelo Coronel Leite de Magalhães.

Também foi utilizado o processo de acusação relativo a prática de bruxaria de Mamadu Injai, de 03 de maio de 1920, que foi localizado nos arquivos digitais do

site Casa Comum desenvolvido pela Fundação Mário Soares, processo elaborado pela Secretaria dos Negócios Indígenas.

Convido-lhe a um passeio pelo sumário deste trabalho. No primeiro capítulo é o esforço de localizar a região em questão, a primeira coisa é identificar se no período da invasão colonial existia uma Guiné portuguesa., onde fica e qual é a Guiné que hoje conhecemos como Guiné Bissau. Também é tratado aspectos da partilha onde marcos gerais que definem o momento do domínio europeu é questionado e desmontado. Os marcos estabelecidos por WESSELING em *Dividir para dominar: a partilha da África*, 1998, estabeleceu que quase toda a África estava sob domínio europeu em 1900 e Boahen no texto *A África diante do desafio colonial*, 2010, escreveu que em 1914 apenas a Libéria e a Etiópia estavam livre do domínio colonial.

Neste capítulo demonstramos como o espaço geográfico que conhecemos hoje como Guiné Bissau foi construído a partir de um tratado bilateral assinado entre França e Portugal e o que implicava o passo seguinte que era o reconhecimento e ocupação. Ainda no primeiro capítulo tratamos da mentalidade colonial portuguesa, aqui buscamos apresentar o que se dizia a respeito do que motivava a colonização, o que eles pensavam dos povos de África e o que na prática aconteceu no caso da dita Guiné “portuguesa”.

No segundo capítulo falamos sobre a questão da participação da religião no avanço colonial. Apresentamos as religiões que estavam diretamente ligadas a colonização, as religiões tradicionais, o islamismo e o cristianismo europeu. Notadamente as religiões tradicionais estiveram no fronte da resistência à invasão europeia, também apontamos indícios de como o cristianismo europeu não triunfou e como os islamismo estava buscando ampliar sua influência na região.

No terceiro capítulo tratamos da campanha de “pacificação” da Guiné no ano de 1908 (Cuore e Bissau). Neste capítulo descrevemos o processo de invasão, os exércitos, as batalhas, os resultados etc. Neste capítulo Abdul Injai começa a para no cenário das campanhas de invasão colonial e torna-se régulo como prêmio da sua ação no campo de batalha.

O quarto capítulo trabalhamos a questão da constituição dos régulos buscamos apresentar como era a relação em momento anterior à invasão colonial e como muda essa relação no momento da invasão onde novos régulos passam a ascender ao regulado como forma de premiação por sua participação nas guerras de invasão. Também tratamos a questão da resistência, como os povos da região passaram a resistir o avanço colonial.

Depois de tratar de como eram constituídos os régulos e como se davam as resistências passamos a descrever as invasões do Oio em 1913 e de Bissau na campanha contra o povo papel em 1915, essas duas campanhas consolidam Abdul Injai como o grande destaque da invasão colonial portuguesa, ele passa a ser régulo do Oio, neste mesmo período foi graduado passando a ser tenente de segunda linha e recebe vários elogios por parte dos portugueses.

No quinto capítulo tratamos da campanha contra o Abdul Injai, neste abordamos os fatos que levaram aos conflitos de 1919 no Oio, como foi construído pelos portugueses todo o cenário que possibilitou a destituição do régulo Abdul Injai, as tensões que denotavam em vários momentos o receio dos portugueses combaterem aquele que foi o herói, à portuguesa, da colonização.

Os rumores que traziam instabilidade a região, as ações de saque, cobrança de taxas excessivas por parte do Abdul, queixas que não cessavam de chegar contra o referido regulo e a falta de ação efetiva que solucionasse a questão fazia com que a população local abandonasse suas propriedades. Até que foi instalado o estado de sítio e os confrontos foram rápidos, a guerra não durou 72 horas e o regulo rendeu-se. O conflito foi rápido graças a traição de um dos seus homens de confiança que agiu como agente duplo no seu exército. Sendo derrotado o Abdul Injai é condenado e deportado para fora da dita Guiné “Portuguesa”.

O sexto capítulo trazemos as considerações finais onde estão as conclusões sobre o tema abordado. Assim convidamos o leitor a uma breve viagem pela história da colonização portuguesa na região da dita Guiné “portuguesa”.

1- CONTEXTO HISTÓRICO DA DITA GUINÉ “PORTUGUESA”

A primeira coisa a fazer é perguntar: Qual é a Guiné Portuguesa? Atualmente no continente africano existem três países com o nome Guiné, são eles: A República da Guiné também conhecida como Guiné-Conacri, ex-colônia francesa, faz fronteira com Guiné-Bissau, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Libéria e Serra Leoa. A sua independência tem data de 02 de outubro de 1958.

O segundo país é a República da Guiné Equatorial, ex-colônia espanhola, a sua independência tem data de 12 de outubro de 1968. Suas fronteiras são: Camarões e Gabão.

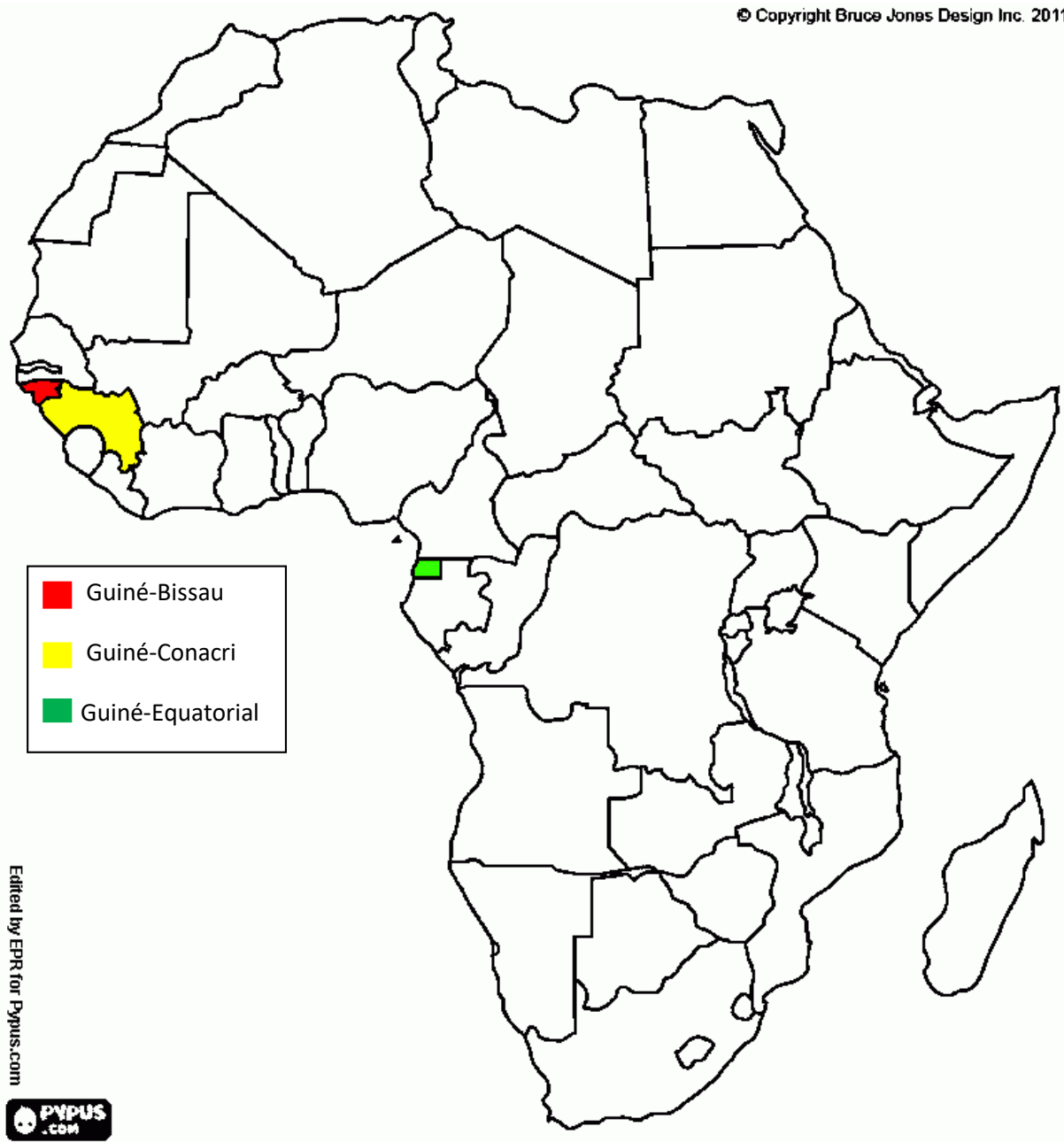
E por fim a República da Guiné-Bissau, que está localizada na costa ocidental do continente africano, faz fronteira ao norte com o Senegal, ao sul e leste com a Guiné Conakry e a oeste fica o oceano atlântico. Sua extensão territorial é de 36.125 km².

Além do território continental a Guiné tem uma área insular composta de oitenta ilhas que formam o arquipélago dos Bijagós. Sua população conforme o censo realizado no ano de 2012 era de um milhão e setecentas mil pessoas.³ O país conquistou a independência em 24 de setembro de 1973.

Antes da partilha e invasão da região localizada na costa ocidental do continente africano não existia a Guiné Bissau, nem a região tinha o desenho geográfico que se vê nos dias atuais. Essa formação é resultado da expansão colonial europeia no continente. O nome, a língua oficial, a extensão territorial são marcas deixadas pela colonização portuguesa que hoje estão em vigor na Guiné Bissau.

No mapa a seguir identificamos a posição de cada um destes países com o nome Guiné.

³ MINITÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. (s.d.). Camões Instituto da Cooperação e da Língua Portugal. disponível em: <<https://www.instituto-camoes.pt/guine-bissau/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/guine-bissau>>. Acesso em:14.março de 2014.



No século XV o uso do nome Guiné era referente ao litoral da costa ocidental africana que tinha como centro comercial uma feitoria em Cacheu subordinada as ilhas de Cabo Verde, esta era a Guiné no Século XV.⁴

Com a expansão do comércio de escravizados, do ouro, marfim e outros artigos que despertavam a cobiça, os portugueses alcançaram outras regiões da costa africana e a Guiné passou a compreender “as terras a partir do atual Senegal,

⁴ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os "negros da guiné" a origem dos africanos na Bahia. Afro-Ásia , (1997).p.39.

Gâmbia, Guiné Bissau e Guiné; à costa centro-ocidental (Congo, Angola e depois Benguela); ou ainda, de forma genérica a toda costa ocidental.”⁵

Mariza de Carvalho acrescenta que com o avanço português no continente africano chegando até o Cabo da Boa Esperança e atingindo a contra costa do continente o termo Guiné perdeu o sentido designativo de toda extensão do avanço português na África, porém o seu uso permaneceu frequente na documentação do século XVI chegando a ser mencionado até o século XVIII.⁶

No século XIX outra formação espacial começou a ser estabelecida devido à concorrência de outros países europeus para esta região especialmente a França. A Guiné de hoje é resultado do acordo firmado entre França e Portugal na convenção de Paris de 12 de maio de 1886 que definiu o espaço geográfico na África ocidental estabelecendo assim o território da dita Guiné “portuguesa,”⁷ mas só em 1901 foi formada uma comissão mista composta por portugueses e franceses que tinha como objetivo percorrer o território, fazer o reconhecimento geográfico e demarcar a área que pertenceria a cada país.

1.1- A PARTILHA

Alberto da Costa e Silva diz que em 1870 a Europa não tinha um profundo conhecimento do continente africano. A África para eles era composta de imensos espaços vazios. E a maior parte das comunidades africanas ignoravam a existência do homem branco e os produtos manufaturados.

Acrescenta ainda que até a véspera de 1900, a presença europeia só se fazia sentir a uma escassa minoria e, mesmo mais tarde, era grande o número de pessoas africanas que jamais haviam visto um português, um inglês, um francês

⁵ SOARES, Mariza de Carvalho “Descobrimo a Guiné no Brasil Colonial”, In: Revista Instituto Histórico e Geografico Brasileiro , 2000. p.78.

⁶ SOARES, Mariza de Carvalho “Descobrimo a Guiné no Brasil Colonial”, In: Revista Instituto Histórico e Geografico Brasileiro , 2000. p.77.

⁷ MAGALHÃES, Coronel Leite. A Guiné Portuguesa Através da História. In Cadernos Coloniais, Nº24, 1920, p.32.

ou um alemão, ou faziam ideia de que suas terras estivessem sob domínio de um povo de além-mar.⁸

Antes da conferência de Berlim os países europeus já mantinham relações comerciais com os governantes e povos africanos. A França, por exemplo, em 1830 invadiu a Argélia, porque devia aos Argelinos grande valor em empréstimo que os franceses se demoravam a pagar. Para cobrar a dívida o governante argelino teria insultado o cônsul francês, a França por sua vez usou este fato como pretexto para invadir a Argélia.⁹ A presença de Portugal no continente já datava do século XV em vários pontos da costa africana.

A conferência de Berlim declarou que o objetivo da partilha era levar civilização, paz, humanidade e o benefício do comércio ao continente africano, além de traçar normas para a ocupação de novos territórios na costa da África. Ocupando-se não apenas do comércio, mas visava o bem estar da população nativa.¹⁰

Esse era o discurso para esconder o verdadeiro interesse de colonizar todo o continente. Apesar deste discurso de levar crescimento socioeconômico aos povos africanos, na prática o resultado foi o oposto. O tratado de Berlim definiu que “qualquer um que ocupasse uma nova região costeira, ou estabelecesse um protetorado nela, teria que informar os outros signatários e exercer alguma autoridade efetiva.”¹¹

Segundo Wesseling, Berlim não dividiu efetivamente o continente africano, mas aguçou nos líderes europeu o desejo em fazê-lo, deixando de lado o objetivo puramente comercial para o controle político/econômico dos povos e territórios.

Já Godfrey N. Uzoigwe afirma que a conferência definiu sim a partilha do continente africano como segue:

De fato, reconhecendo o Estado Livre do Congo, permitindo o desenrolar de negociações territoriais, estabelecendo as regras e modalidades de apropriação “legal” do território africano, as potências europeias se

⁸ SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. 1994, p.32.

⁹ WESSELING, H. L. Dividir para dominar: a partilha da África (1880 - 1914). 1998, pp.19-20.

¹⁰ WESSELING, H. L. Dividir para dominar: a partilha da África (1880 - 1914). 1998, p.130.

¹¹ WESSELING, H. L. Dividir para dominar: a partilha da África (1880 - 1914). 1998, p.134.

arrogavam o direito de sancionar o princípio da partilha e da conquista de outro continente. Semelhante situação não tem precedentes na história: jamais um grupo de Estados de um continente proclamou, com tal arrogância, o direito de negociar a partilha e a ocupação de outro continente. Para a história da África, esse foi o principal resultado da conferência. Dizer, ao contrário da opinião geral, que ela não retalhou a África, só é verdade no sentido mais puramente técnico. As apropriações de territórios deram-se praticamente no quadro da conferência, e a questão das futuras apropriações foi claramente levantada na sua resolução final.¹²

O livro *Dividir para Dominar* apresenta à costa da África ocidental antes da partilha tendo possessões da França, Grã-Bretanha e Portugal. No interior os reinos africanos eram independentes e que no espaço de 20 anos (1880 a 1900) quase tudo estava sob domínio europeu.¹³ Na mesma linha, Albert Adu Boahen afirma que toda a África ocidental, no ano de 1914, já se encontrava sob domínio europeu com exceções da Etiópia e Libéria.¹⁴

O que constatei nesta pesquisa vai em sentido contrário à ideia desse autores, porque, por exemplo, Portugal só começou a demarcar o território que lhe pertenceria a partir de 1901, quando começou a efetivar o objetivo de dominar através de inúmeras campanhas militares com o título de “Campanha de Pacificação”, e assim começaram a avançar para o interior da Guiné.

Em resposta a esta penetração, várias reações tiveram seu lugar em diferentes datas e locais da Guiné. Em 1908 estavam fazendo guerras de conquista de território, acrescento que, em 1919 ainda se fazia Guerra referente a dominação portuguesa na região de Oio. A invasão e dominação colonial não estavam concluídas.

O diário de campanha da Guiné de 1908 do Tenente Luiz Nunes indicava que Bissau e Oio eram os dois pontos da Guiné que precisavam ser dominados ainda

¹² UZOIGWE, Goldfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935, 2 ed. Brasília: Unesco. 2010.p.35

¹³ WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880 - 1914)*. 1998,P.13

¹⁴ BOAHEN, Albert Adu. *A África diante do desafio colonial*, In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935, 2010, p.3.

em momentos posteriores aquela campanha para que o domínio colonial português se efetivasse.

Albert Adu Boahen escreveu que as transformações foram rápidas e aponta:

O estudo da dominação colonial, das reações e das iniciativas africanas deveria ser dividido em três períodos. O primeiro iria de 1880 a 1919 (com duas subdivisões: 1880 -1900 e 1900 -1919, correspondendo respectivamente à conquista e à ocupação). É aquilo que chamaríamos de período da defesa da soberania e da independência africanas mediante o recurso à estratégia do confronto, da aliança ou da submissão temporária. O segundo iria de 1919 a 1935: é o período da adaptação, sendo a estratégia empregada a do protesto ou a da resistência. O terceiro, com início em 1935, é o período dos movimentos de independência, sendo de ação concreta a estratégia.¹⁵

Devemos observar estas datas com certa reserva porque essas generalizam o processo de colonização esquecendo-se que cada região tinha sua especificidade, e cada colonizador (invasor) suas limitações como fica demonstrado no caso da dita Guiné “portuguesa” e Portugal aqui examinado. As expedições militares portuguesas com o título de campanhas de pacificação ainda ocorriam em maio de 1926 no Canhabaque na Guiné.¹⁶ Fica evidente um prolongamento de dezesseis anos para além do marco de conquista e ocupação estabelecido no texto “A África diante do desafio colonial” de Boahen.

Portugal combatia nas varias regiões, mas não tinha capacidade de ocupar efetivamente essas localidades. A dita Guiné “portuguesa” tinha como principal característica a existência de vários regulados o que dificultava um total controle do colonizador, por que naquele pequeno espaço geográfico assentava vários povos que sucessivamente resistiam o avanço colonial.

Deve-se atentar que nesta região não existia unidade política, religiosa ou cultural, eram povos múltiplos, tendo cada um a sua forma de vida e que se aproximavam apenas em um ou outro aspecto do cotidiano, não existia a ideia de uma só Guiné na mente dos autóctones. Apenas aos olhos de Portugal existia uma Guiné Portuguesa.

¹⁵ BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial, In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935, 2010, p.19.

¹⁶ MAGALHÃES, Coronel Leite. A Guiné Portuguesa Através da História. In Cadernos Coloniais, Nº 24, 1939. pp.45-46

A construção do território unificado, um só povo, uma língua começou a ser desenhado em 1886 no acordo bilateral assinado entre França e Portugal. Entre os anos 1900 a 1905 formou-se uma comissão mista que saiu a demarcar as fronteiras entre Senegal, Guiné (“colônias” francesa) e a dita Guiné “Portuguesa,” assim começaram a por em prática o acordo assinado, esse processo de invasão causou muitas reações por parte dos régulos das regiões.

Em 1905 durante a demarcação do território o régulo do Cabo Roxo já defendia os seus domínios atacando o exército luso-francês. Em julho de 1907 foi declarado estado de Guerra na região do Cuore.¹⁷

Portugal tinha um grande desconhecimento da região que alegava ser a Guiné portuguesa, isto por dois motivos, o primeiro que a Guiné portuguesa não existia propriamente, e o segundo porque esta região não estava sob domínio de Portugal, sua certidão de nascimento foi registrada em 12 de maio de 1886 e o seu reconhecimento iniciou em 1901. Portugal conhecia uma Guiné com 8.400km² antes da partilha.¹⁸ Para em 1906 aparecer com 36.125 km² mais de quatro vezes o tamanho anterior.

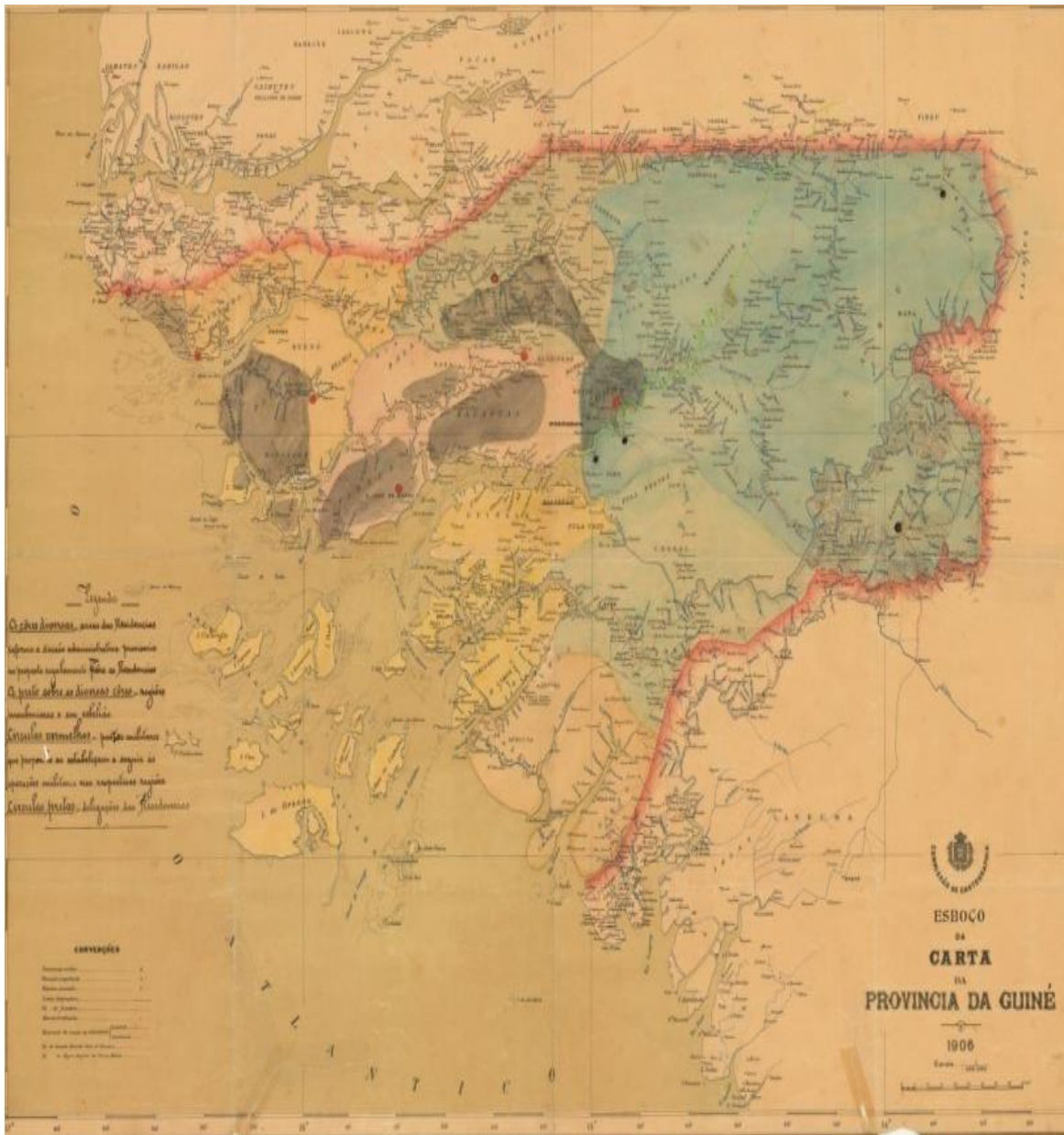
Essa extensão registrada não correspondia ao domínio português na região. Era o que estava registrado no acordo bilateral com a França. Portugal através das campanhas de “pacificação” começava a usurpar o território dos poderes autóctones.

Pode-se perceber o crescimento do território comparando os mapas a seguir:

¹⁷ MAGALHÃES, Coronel Leite. A Guiné Portuguesa Através da História. In Cadernos Coloniais, Nº 24, 1939, p.45

¹⁸ MARTINS, J. P. Oliveira. O Brasil e as Colonias Portuguesas (5^o edição, aumentada ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Editora. (1920), p.181.

Trazemos um outro mapa a baixo que apresenta uma nova Guiné dita “Portuguesa” com 36.125 km².



Mapa 2 Comissão de Cartographia.²⁰

Ao atentar para este mapa podemos ver a legenda que destaca as ações a serem implantadas na dita Guiné “portuguesa”, ele apresenta o trabalho de

²⁰ DINIZ, Miranda. Esboço da Carta da Província da Guiné, Comissão de Cartographia. (1906). Disponível em: <http://www.tvciencia.pt/tvcent/pagent/tvcent01.asp>. Acesso em: 23 de julho de 2013.

levantamento de informações sobre as regiões que deveriam fazer parte do domínio Português:

“As cores diversas - áreas das residências conforme a divisão administrativa provisória proposta no regulamento para as residências. Em preto sobre as diversas cores - regiões insubmissas e em rebelião. Círculos Vermelhos - postos militares que proponho se estabeleçam a seguir às operações militares nas respectivas regiões. Círculos pretos - delegação das residências”.²¹

Este mapa é o resultado do trabalho da comissão mista que saiu a fazer a demarcação da área que caberia a França e Portugal e não representa área dominada por estes países. A legenda descreve a área da dita Guiné “Portuguesa” e aponta a necessidade de efetivar o domínio colonial.

As regiões que estavam em rebelião foram identificadas com uma marcação preta sobre as diversas cores. Nesta condição identificamos a região dos Papéis (Bissau), Cacheu, Balantas, Oio, Cabo Roxo, Xime, Cuore, Varela, entre outros.

A população destas regiões não estavam sob domínio colonial e aparecem como rebelados no mapa. Na verdade, os Régulos estavam lutando pela sua soberania política, econômica e territorial.

E por fim identificamos no mapa a orientação que após as campanhas militares seriam necessário estabelecer posto militares em pontos específicos para que Portugal pudesse efetivar a ocupação da dita Guiné “portuguesa”. Aparecem locais como: Bissau, Cacheu, foz do rio Cacheu, Cabo Roxo, Geba e Oio.

Fica evidente que o acordo assinado entre França e Portugal já previa a necessidade de ações militares com o objetivo de invadir o território, controlar o fluxo comercial nos rios e explorar os recursos existentes incluindo a mão de obra local. Desta forma Portugal poderia executar o acordo bilateral que estabeleceu com a França e exercer o “poder político” e econômico na Guiné.

²¹ DINIZ, Miranda. Esboço da Carta da Província da Guiné, Comissão de Cartographia. (1906). Disponível em: <http://www.tvciencia.pt/tvcent/pagent/tvcent01.asp>. Acesso em: 23 de julho de 2013.

1.2-A MENTALIDADE COLONIAL PORTUGUESA

Segundo Moutinho (2000), autor do livro *O Indígena no Pensamento Colonial Português*, é necessário fazer a separação entre a ideologia e a prática colonial. Buscou neste trabalho fazer a diferenciação entre o discurso que dizia que o objetivo da colonização era levar “paz”, “civilização” e prosperidade comercial aos povos do continente africano e a prática colonial portuguesa. O autor destaca que a prática foi mais trágica que o discurso. Por outro lado o discurso era uma estrutura que pretendia legitimar e justificar a colonização.²²

Havia a necessidade de avançar para o interior a fim de controlar as populações, usar a mão de obra local, explorar os recursos naturais, as riquezas e demarcar um novo espaço geográfico. Isto é apontado como uma novidade na relação entre Portugal e as “colônias” em África.

É necessário destacar que o texto de Mario Moutinho analisa os casos de Angola e Moçambique, mas suas observações podem perfeitamente ser aplicadas no caso da dita Guiné “portuguesa”, pois para esta região a ação portuguesa seguiu os mesmos parâmetros.

No texto *Revista Veja: Um olhar sobre a Independência de Angola*, Conceição (2009), escreveu que os defensores da ideologia colonialista tinham a crença de que era missão portuguesa ter territórios e civilizar povos no ultramar, e que o objetivo da colonização na África era converter um africano em português impondo língua, tradição, costumes e religião.

Na segunda metade do século XX, uma singularidade na ideologia portuguesa era entender que a nação era constituída por todos os portugueses de todos os hemisférios sendo assim as colônias eram parte do território nacional.²³

²² MOUTINHO, Mário C. *O Indígena no Pensamento Colonial Português - 1895-1961*. Edições Universitárias Lusofonas. (2000). p.7

²³ CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. *Revista Veja: Um olhar sobre a Independência de Angola*. São Paulo: Gandalf. 2009, p.37

Dentre muitas justificativas para a ocupação e implantação colonial sobressai a que a colonização era feita em benefício do nativo para levá-lo a “civilização”. Essa obra colonial seria fruto da cooperação de brancos e negros. Dentre os pensadores da ideologia portuguesa havia Oliveira Martins (1920) que deixou evidente qual era verdadeiramente intenção da empresa colonial fazendo com que facilmente seja desmontada a ideia de que o objetivo era levar a civilização à África. Oliveira Martins escreveu “A ideia de uma educação dos negros é, portanto, absurda não só perante a história como também perante a capacidade mental d'essas raças inferiores”.²⁴. E disse mais:

Porventura a franqueza com que estas cousas são ditas, magoará muitos ouvidos educados pelas notas ingênuas ou hipócritas da idolatria do nosso século. Com a liberdade, com a humanidade, jamais se fizeram colônias fazendas.²⁵

Baseada no conceito de superioridade racial Oliveira Martins afirmava que era inútil pautar a colonização na educação, acreditando que o negro não tinha capacidade mental para aprender a ler e escrever. Mas na região da Guiné muitos dos povos dominavam a escrita na língua islâmica.

No diário de campanha, o Tenente Luiz Nunes destacou que apesar da província da Guiné ser pequena era ocupada por uma espantosa diversidade de “raças”, que ele classificou em dois grupos: “Mais civilizados relativamente, como os Mandingas, que leem o Alcorão, até os absolutamente selvagens, como sejam os Felupes, Biafadas, Fulas-pretos, Fulas-forros, Manjacos, Bijagós, Papeis, Balantas, etc., etc.”²⁶

Na mentalidade do Tenente Luiz Nunes ser “civilizado” era sinônimo de alfabetizado, mas no mesmo período que o militar expressa a sua visão, Rodolpho Lima publicou um estudo onde apontava que 80% dos portugueses eram iletrados acrescentou ainda que:

²⁴ MARTINS, J. P. Oliveira. O Brasil e as Colonias Portuguesas (5º edição, aumentada ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Editora. (1920, p.286

²⁵ MARTINS, J. P. Oliveira. O Brasil e as Colonias Portuguesas (5º edição, aumentada ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Editora. 1920, p.234

²⁶ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, Porto, 1909, p.100

Não é para estranhar que a instrução assim como a educação econômica e nomeadamente a colonial não exista ou quase não tenha existido. Destacou que o trabalho, a produção, as indústrias estava vivendo empiricamente, no campo da intuição, entregues aos caprichos do acaso, ou antes, dos caprichos pessoais. A semelhança do ser primitivo, cujo cérebro ainda mergulhado nas densas trevas da ignorância.²⁷

Mesmo para uma nação unificada como Portugal em relação a língua e escrita, naquele momento a maior parte da população era de iletrados. Compare isto a uma região formada por vários povos que falavam varias línguas e que a oralidade era a forma utilizada para transmitir a história, as práticas religiosas bem como todo o ensino de geração-a-geração. Desta forma não se pode chamar esses povos de primitivo apenas pelo fato de não utilizar a escrita como meio de sistematizar a produção histórica e cultural. Portanto essa visão é mais um dos estereótipos criado pelos europeus para “justificar” o injustificável que foi a invasão colonial.

Oliveira Martins fez crítica ao pensamento positivista indicando que com essas ideias jamais Portugal poderia executar o projeto colonial. Para ele a via da educação conforme o pensamento europeu e a religião não seriam capazes de garantir a expansão colonial. E que para implementar seus objetivos seria necessário usar de outras táticas como se segue:

O ocidente não lhes dará como espécies por elas assimiláveis, mais do que panos para se vestirem, aguardente para se embriagarem, pólvora para se exterminarem. Se esta opinião exprime a verdade de um futuro em parte remotíssimo, em parte quase imediato.²⁸

Para difundir a ideologia e divulgar as possibilidades de exploração com o objetivo de gerar aceitação e despertar o interesse dos portugueses foram criadas instituições que contribuíram com suas publicações para consolidar a ideologia colonial. Surgiu assim a Sociedade de Geografia de Lisboa em 1876 que organizou

²⁷ LIMA, Adolpho G. A. Educação Colonial. XVII, 168-182. Lisboa, Portugal. 1907, p.168

²⁸ MARTINS, J. P. Oliveira. O Brasil e as Colonias Portuguesas (5^o edição, aumentada ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Editora. 1920, p.287

uma biblioteca e passou a publicar um boletim mensal com o objetivo de fazer todo o reconhecimento das regiões africanas que pertenciam a Portugal.

Em 1897 surgiu A Revista Portuguesa Colonial e Marítima tendo como diretor Ernesto Júlio de Carvalho e Vasconcelos, publicada pela livraria Ferin. Em 1898 surgiu o Serviço de Informações Comerciais que reunia e divulgava dados sobre o estado da indústria e do comércio das colônias.

Entre muitos museus e exposições em toda a Europa e também no continente africano a ideologia colonial reuniu meios próprios para desenvolver e estruturar a colonização, voltando seus olhares para as riquezas naturais tais como ouro, urânio, cromo, diamantes, petróleo entre outras.

Desprezando por completo ou usurpando o legado destes povos para o mundo como a matemática, a medicina, física, música, astronomia etc. Esta estrutura taxava os povos de África como selvagens e incapazes fadados a viverem nas trevas sociais. Ainda hoje vemos que essa ideologia está presente. O continente africano ainda é visto de forma preconceituosa e distorcida como lugar do atraso, da pobreza e da selvageria.

2-A PARTICIPAÇÃO DA RELIGIÃO NO AVANÇO COLONIAL

A ideia que se tem no senso comum é que a religião europeia tenha entrado no continente e foi uma das primeiras investida para o controle do mesmo. Em parte, sem dúvida alguma, isto é verdade. Porém no momento das campanhas apenas um pequeno numero de africanos que lutaram com os portugueses eram convertidos ao cristianismo e devido a este fato eles ganhavam nome de grumete independente do seu povo de origem.

Hoje, na atual Guiné Bissau, o numero de cristãos ainda é baixo apesar de divergências nos números, por exemplo, o Itamaraty apresenta as religiões tradicionais com 40%, Islamita 50% e cristã 10%.²⁹ O Instituto Camões informa a seguinte formação religiosa: Religiões tradicionais 55%, Islamita 40%, católicos e outros 5%.³⁰ Apesar das divergências podemos constatar que o cristianismo não prosperou na Guiné Bissau nem depois do período colonial.

Oliveira Martins pensava ser um esforço em vão evangelizar os pretos, pois os povos africanos eram incapazes de compreender os dogmas da Igreja. Dizia ele: “porque não há de ensinar-se a Bíblia ao gorila ou ao orango, que nem por não terem fala, deixam de ter ouvidos, e hão de entender, quase tanto como entende o preto, a metafísica da encarnação do Verbo e o dogma da Trindade?”³¹

Na sua concepção os negros eram iguais aos macacos sendo incapazes de “civilizar-se” pela via da religião, não sendo possível transformá-los. Essa era a visão estereotipada em relação aos povos africanos, mas o numero baixo de conversão à religião europeia não se deu conforme a concepção de Oliveira Martins, de não entenderem a complexidade, mas sim uma prova de que Portugal

²⁹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (s.d.). *Embaixada do Brasil em Bissau*. Disponível em: <http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/informacoes_aos_viajantes.xml> Acesso em 08 de março de 2014.

³⁰ MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. (s.d.). Camões Instituto da Cooperação e da Língua Portugal. Disponível em: <<https://www.instituto-camoes.pt/guine-bissau/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/guine-bissau>>. Acesso em: 14.março de 2014.

³¹ MARTINS, J. P. Oliveira. *O Brasil e as Colonias Portuguesas* (5^o edição, aumentada ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Editora. 1920, p.285

não conseguiu dominar os povos da Guiné que resistiu o avanço colonial em todos os sentidos.

A região que hoje é a Guiné Bissau no momento da invasão colonial passava pelo processo de expansão do islã que crescia através das jihad. Nas campanhas de invasão colonial na dita Guiné “portuguesa”, vários régulos alinharam-se ao invasor entre eles Abdullai chefe do povo Fula que era convertido ao islamismo.

O próprio Abdul Injai era um convertido ao islã, é possível que ele tenha sido levado a participar da campanha no Cuore pelo régulo Abdullai, pois ele só aparece no diário de campanha do tenente Luiz Nunes no momento que o régulo Abdullai envia homens para auxiliar os portugueses na campanha. Com isso não quero dizer que as regiões habitadas por povos Islamizados estavam isentos das pretensões portuguesas de invadir e dominá-los.

O Tenente ao descrever dois pontos que precisavam ser conquistados para Portugal em fim dominar a Guiné um deles era a região de Oio habitada pelo povo Mandinga que os portugueses classificaram como civilizados por ler o Alcorão livro sagrado do Islã.

Investidas dos líderes Islâmicos já ocorriam em várias partes do continente africano em períodos anteriores a invasão colonial europeia com o objetivo da expansão religiosa e política através das jihad.

O Islamismo na África é muito anterior ao contato com os Europeus, começou pela a Arábia no século VII. Albert Adu Boahen relata que somente no início do século XIX a propagação do Islã tomou rumo fortemente conquistador e dinâmico destacou que no século XVIII houve apenas duas jihad importantes, uma em 1720 no Futa Djalon e outra em 1770 no Futa Toro.³²

O autor destaca que no início do século XIX foram pelo menos quatro jihad e as três primeiras foram promovidas pelos Torodbe ramo clerical dos fulbes (Peul), os portugueses os chamam de povo Fula.

³² BOAHEN, Albert Adu. Tendências e Processos novos na África do século XIX. In: História Geral da África, 2º ed. Brasília: UNESCO. 2010. p. 49

Esse povo é encontrado em todo o Sudão Ocidental, por isso as jihad foram iniciadas por este povo, como resposta a crise causada nesta região pela opressão política, cobrança de impostos ilegais e também devido o enfraquecimento do islamismo. Sendo assim os objetivos destas guerras “santas” era tornar o islamismo uma crença coletiva e retirar os costumes tradicionais criando um estado teocrático dominado pelo islamismo³³.

A quarta jihad foi promovida em 1870 por Samori Touré que desejou converter a população ao islã, a fim de promover uma grande integração. As jihads tinham caráter político e social segundo Boahen e geraram grandes resultados como podemos observar abaixo:

Politicamente, abriram o caminho para a criação de impérios imensos, como o Império de Sokoto que, durante a década de 1820, se estendia sobre toda a antiga região setentrional e parte da região ocidental da Nigéria e cuja história, durante este século, será exposta num capítulo ulterior; o Império do Macina que dominou a região do Arco do Níger até ser vencido pelo Al-Hadjj ‘Umar cujo império ia das nascentes do Senegal e do Gâmbia até Tombuctu; enfim, o vasto Império de Samori Touré se estendia desde o norte das atuais Serra Leoa e Guiné até Bamako e englobava o famoso centro comercial e islâmico juula de Kankan.³⁴

E no plano social foi promover a alfabetização dos povos alcançados pelo islã.

Yves Person (2010) escreveu que na direção Noroeste, os Fulbes (Fula) dominavam grande parte da atual Guiné-Bissau, e que este domínio ampliou-se após a queda de Kansala no ano de 1867. Os únicos que escapavam ao seu domínio na faixa marítima eram os Biafada na Guiné Bissau e os Nalus no rio Nunes em um país alagado, porém em nada perturbavam o comércio com os brancos.³⁵

³³ BOAHEN, Albert Adu. Tendências e Processos novos na África do século XIX. In: História Geral da África, 2º ed. Brasília: UNESCO. 2010, p. 49-50

³⁴ BOAHEN, Albert Adu. Tendências e Processos novos na África do século XIX. In: História Geral da África, 2º ed. Brasília: UNESCO. 2010, p.50

³⁵ PERSON, Yves. Estados e Povos da Senegâmbia e da Alta Guiné. África do século XIX a década de 1880 In: História Geral da África, (Vol. VI), Brasília: UNESCO. 2010. pp.755-756.

Desta forma percebemos que não foi um acaso que uniu o Islamismo ao processo colonial português este foi um processo que já estava instalado na região. O povo Fula viu no europeu um aliado para concretizar o seu projeto de expansão.

2.1-AS RELIGIÕES TRADICIONAS

Opoku (2010) escreveu que “a religião africana estava e está inextricavelmente ligada a cultura africana e era uma realidade presente em todos os setores”³⁶, sendo assim as religiões tradicionais de África detinham uma personificação global indivisível, a política, a economia, a moral, toda dinâmica social era alicerçada pela religião.

Opoku aponta a existência de uma hierarquia dos espíritos, o autor traz a ideia de um Deus sobre todos que seu nome varia de uma região para outra, em seguida estavam os espíritos dos ancestrais que eram sempre reverenciados e temidos, depois as deidades ou deuses aos quais eram creditados o poder de recompensar ou castigar com má sorte, doenças e por fim a morte. Essas divindades tinham altares, cultos e sacerdotes.³⁷

O autor ainda diz que além das deidades existiam os espíritos ou poderes místicos que eram reconhecidos por poderem ajudar ou prejudicar os seres humanos. Esses pertenceriam a esfera dos agentes da feitiçaria, da magia e da bruxaria e por fim vinham os amuletos, encantos e os talismãs que poderiam ser utilizados para proteção ou agressão.

Para as religiões tradicionais a morte não significava o fim, mas a continuidade, pois os mortos continuam membros da sociedade. “A religião africana tradicional não apenas era onipresente, mas também unia os homens aos poderes

³⁶ OPOKU, K. A. A religião na África durante a época colonial, In Coleção História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880 -1914, 2010, pp. 591 – 592.

³⁷ OPOKU, K. A. A religião na África durante a época colonial, In Coleção História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880 -1914, 2010, p.592

invisíveis, ajudando-os a estabelecer relações justas com as potências extra-humanas e com seus semelhantes”.³⁸

As religiões tradicionais foram as primeiras a sentir a ação colonial, os missionários queriam converter as populações à cultura e religião europeia. Opoku escreveu que “o perigo foi desde logo percebido por vários chefes africanos perspicazes, que prontamente se opuseram a penetração dos missionários, identificando na presença deles um desafio e uma ameaça às formas tradicionais de autoridade”.³⁹

O autor vai dizer que os africanos empregavam a religião como arma para resistir ao domínio colonial e a ameaça que ele representava para seus valores e que para isto muitas vezes, recorriam à magia, à intervenção dos antepassados e de seus deuses para combater a opressão.⁴⁰

As religiões tradicionais foi uma das armas utilizadas pelos povos da região da Guiné para resistirem o avanço colonial. Observamos que a grande maioria dos povos que eram vistas como insubmissas ao consórcio colonizador português todas elas praticavam as religiões tradicionais.

O Tenente Luiz Nunes da Ponte na campanha da Guiné de 1908 descreve que os Biafadas, ao utilizarem suas armas que eram carregadas com zagalotes⁴¹, que por colocar pólvora em excesso estourava o cano danificando o armamento, eles atribuíam esta ação a obra de feitiçaria diziam que aquele que ele tentava atingir tinha feitiço ou não era de morrer. Fica marcada a concepção religiosa dos Biafadas que naquele momento da invasão colonial experimentava uma transição ou ressignificação religiosa.

Segundo Landerset Simões os Biafadas utilizavam amuletos e prestava culto a Allah, porém “os balobeiros são muitos considerados entre eles e a sua vila sagrada é Buduco, onde vive o sacerdote Supremo”.⁴²

³⁸ Ibid. p. 593

³⁹ Ibid. p. 597

⁴⁰ Ibid. p. 598

⁴¹ Pequenas balas para carregar espingardas, chumbo, pequenas esferas.

⁴² SIMÕES, Landerset. “Babel negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné”, 1935, p.73

Já o povo Papel é descrito no diário de Campanha de 1908 como aqueles que prestavam culto ao Irân⁴³. Landerset Simões escreveu que eles consagravam os poilões (árvores gigantes) e os balôbas⁴⁴ da terra. O Irân era representado por um pedaço de pau enfeitado com palhas secas nas pontas, a ele era atribuído configuração humana que só os eleitos conseguiam ver.

Opoku diz que esses objetos tangíveis não eram mais que habitáculos terrestres dos deuses, e não os próprios deuses⁴⁵. O balobeiro⁴⁶ era quem dirigia o culto e sempre que o rei precisava julgar algum assunto o balobeiro era consultado.⁴⁷

Nem o cristianismo europeu, nem o islamismo triunfaram no período das invasões no território que Portugal reivindicava como a Guiné “portuguesa”. Mesmo aqueles que foram convertidos a um ou a outro, continuaram com suas práticas tradicionais. A diante apresento um caso específico que é uma amostra prática desta forma de resistência.

2.2- O CASO MAMADU INJAI

Em 03 de maio de 1920 a secretaria dos negócios indígenas notificou o governador sobre uma denúncia de prática de curas e bruxarias, praticada por Mamadu Injai que conseguia arrastar até crianças. Segundo o administrador: “Que por ingenuidade e selvageria vão consultá-lo pagando sempre alguns centavos”⁴⁸.

O acusado foi aconselhado a deixar a vila, mas continuou as suas intrigas desculpando-se que estava doente, por ser de idade avançada e sempre ter vivido em Bolama, não se procedia criminalmente contra ele. Essa era a minuta da

⁴³ Irân - São as energias, para facilitar o entendimento pode-se equiparar o Irân aos orixás aqui no Brasil.

⁴⁴ Balôba – Casa sagrada em que fazem as suas cerimônias religiosas. Casa onde ficam os irãs.

⁴⁵ OPOKU, K. A. A religião na África durante a época colonial, In Coleção História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880 -1914, 2010,p.592

⁴⁶ Balobeiro - Sacerdote

⁴⁷ SIMÕES, Landerset. “Babel negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné”, 1935, p.65

⁴⁸ SECRETARIA DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS, Processo relativo ao indígena Mamadú Injai,1920. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09907.087>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

comunicação feita ao governador e em resposta o encarregado do governo determinou que fosse instaurado um auto de averiguações e que fosse remetido com urgência o seu resultado.⁴⁹

O inquérito foi instaurado em 01 de junho. O secretário Mario Lima foi o encarregado do expediente, participou das oitavas o interprete interino Sabino Lopes Turé e o escrevente Jorge Antônio Medina. Compareceu a secretária Dandá Cassamá informando que há muito tempo na residência de Adelaide Gomes Pereira, um curandeiro de nome Mamadu Injai com sua astúcia tem incutido na mente até mesmo de algumas crianças a crença em suas intrujices.⁵⁰

Diante da acusação, com o objetivo de esclarecer os fatos, o secretário intimou na condição de testemunha João Rocha professor oficial residente da vila, que passou a responder os questionamentos informando que tomou conhecimento que dois de seus alunos haviam ido à casa do ajuizado para que este por meio de sortilégio lhe dissesse se ficariam aprovados ou não nos próximos exames, e que ele levou ao conhecimento das autoridades e castigou os alunos.⁵¹

A segunda testemunha foi Augusto Antônio este relatou que ouviu dizer que Mamadú Injai há muito tempo vem exercendo as funções de curandeiro e que com as suas intrujices, tem conseguido apanhar alguns incautos do seu conhecimento, chegando a exigir quantias fabulosas.⁵²

O terceiro a depor foi Candido Silva Sena que passou a relatar que estava em sua casa e ouviu as suas criadas dizerem que na escola um aluno garantia que não estudava as suas lições, pois estava certo que havia de ser aprovado nos próximos exames, para isso tinha ido à casa do mouro Mamadú Injai, e que lhe pagou para que este com os seus feitiços fizesse com que os aplicadores dos exames o aprovassem mesmo não respondendo corretamente, e o mesmo lhe garantiu o

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

⁵² Secretaria dos Negócios Indígenas, Processo relativo ao indígena Mamadu Injai, 1920.

Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09907.087>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

êxito. Assim que ouviu a conversa, seu Candido foi imediatamente falar com os professores para tomarem as medidas que jugassem conveniente.⁵³

Depois de ouvir as testemunhas, o inquérito foi enviado ao encarregado do governo. Em 07 de julho o encarregado enviou despacho interditando Mamadú Injai por um ano em sua residência e apenas dois dias depois em 09 de julho enviou um novo despacho pondo-o em liberdade.⁵⁴

Este inquérito traz em si informações da dinâmica religiosa na dita Guiné “portuguesa,” os alunos que estavam sendo educados à portuguesa aprendendo a língua, a cultura e a religião, mas não deixaram de lado a tradição local. No momento em que eles desejaram tomar conhecimento do que aconteceria com suas vidas estudantis, recorreram ao “mouro/curandeiro” que para eles era um sacerdote que podia conhecer o futuro e ter poder de fazer com que eles mesmos sem estudarem passassem nos exames. Aqui considerando que a acusação feita corresponda a verdade.

Se eles recorreram às práticas tradicionais, é porque eles tomaram conhecimento em sua comunidade e, conforme os relatos das testemunhas estavam convictos da aprovação que viria mesmo sem o estudo. Fica evidente que o mundo espiritual fundia-se com o material no seio da população da região em questão.

Mamadú Injai é outro exemplo da relação cosmológica desta região da África, identificado como mouro, o termo aqui utilizado para dizer que ele praticava o islão, e ao mesmo tempo chamado de curandeiro feiticeiro. Entendemos que Mamadú converteu-se ao islamismo, porém não abandonou as práticas religiosas tradicionais.

Neste inquérito o Mamadú Injai não aparece defendendo-se, não lhe foi dado o direito do contraditório, pelo menos não consta nas páginas deste processo. Outra observação a fazer é que mesmo tendo Injai em seu nome não foi possível identificar parentesco, nem relacionar Mamadú Injai ao Abdul Injai.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Ibid.

Um terceiro ponto que se destaca neste inquérito é o papel das escolas coloniais, elas além de doutrinar as populações visando transformá-las em portugueses de além-mar, funcionavam também como um serviço de informação do governo colonial.

A partir das suas informações passavam a instaurar inquéritos, processar e na maioria das vezes condenar. Bastava um ouvir dizer para que as autoridades procedessem com os processos formais, como foi o caso do Mamadú Injai, que foi condenado e dois dias depois posto em liberdade.

Com este caso apontamos como as religiões tradicionais da região que ficou conhecida como Guiné Bissau resistiram ao advento da invasão colonial portuguesa. Mesmo após décadas de tentativa de dominar os autóctones, as religiões islâmica e cristã europeia não fizeram desaparecer as religiões tradicionais.

3-A CAMPANHA DE “PACIFICAÇÃO” DA GUINÉ 1908

Neste capítulo falarei apenas das campanhas de “pacificação” no Cuore e Bissau, sabemos que no ano de 1908 aconteceram pelo menos 08 campanhas na dita Guiné “Portuguesa,” porém o nosso interesse são nestas duas campanhas que são analisadas através do diário **A Campanha da Guiné 1908, breve narrativa** que é um diário de guerra que descreve o processo de invasão portuguesa na região do Cuore e Bissau.

O diário Está dividido em capítulos e pode-se dizer que não é um relatório militar por não estar endereçado a nenhum militar de patente superior nem as autoridades civis de Portugal. Segundo o autor do diário ele é um registro de recordação pessoal. A versão impressa pela tipografia a vapor da empresa Guedes contém 108 páginas.

Para este trabalho foi utilizada uma versão digitalizada do original que o autor presenteou ao Tenente-Coronel Francisco. Na dedicatória que o Tenente Nunes fez, o sobre nome do Tenente-Coronel estava ilegível e não foi possível identificar quem foi este militar. Esta fonte foi encontrada no site da biblioteca mundial, e está disponível em formato digital na seção destinada ao continente africano.

Fiz em seguida um trabalho de busca de elementos que certificasse a existência desta guerra e se os atores descritos no diário eram reais, assim comprovei a existência do tenente Luiz Nunes da Ponte. O nome do governador da dita Guiné “portuguesa” Muzanty, foi o segundo nome explorado e encontrei citado em documentos e textos da época. Outro nome que ganhou destaque no diário foi Abdul, encontrei o seu nome em uma serie de telegramas militares, documentos que apresentava ele como herói de guerra e Régulo. Os nomes de Abdullai e Infali Sonco e as regiões onde aconteceram as batalhas Cuore e Bissau, foram mencionados em outros escritos e documentos da época.

Neste trabalho adotei a grafia dos nomes das pessoas e lugares de acordo com o diário e documentos principais, pois existem algumas variações nos textos analisados. Exemplo o nome da região da primeira fase da campanha no diário a grafia é Cuore, encontrei no mapa da comissão de cartografia do ano de 1906 que

está neste trabalho, aparece com a grafia Cuhor.⁵⁵ No texto de Mario Matos e Alexandre Ramires aparece a grafia Cuór.⁵⁶

O diário narra a guerra de invasão na Guiné dita portuguesa na região do Cuore e Bissau. O interesse português nesta campanha era invadir, conquistar e estabelecer postos militares nestas regiões. O mapa da comissão de cartografia do ano de 1906 apontava os pontos da região da dita Guiné “portuguesa” que estavam insubmissas e precisavam ser combatidas por campanhas de “pacificação” e os pontos onde seria necessário implantar os postos militares.

As campanhas eram na verdade parte do processo da invasão colonial e é possível apontar três fatores que desencadearam a campanha de 1908. Primeiro a pressão política da Alemanha e da França, pois estes países estavam sendo prejudicados por não poderem comercializar através do rio Geba.

Conforme o relato do Tenente Luiz Nunes da Ponte, “Por motivos superiores era forçoso começar a campanha no Geba; não só pelo facto da navegação no rio estar interrompida para todos, nacionais e estrangeiros, envolvendo, portanto uma questão internacional”.⁵⁷

O texto de Ribeiro e Santos (2004) relatam as queixas da embaixada alemã que enviou petição ao governo português dando ciência da situação das firmas alemãs de Bissau, pois os seus interesses estavam ameaçados. A legação francesa cobrava com urgência a reabertura das feitorias da CFAO e da Companhia Francesa do Comércio Africano. Berlim cobrava medidas enérgicas das autoridades de Bolama.⁵⁸ Os maiores interessados eram esses dois países na reabertura da navegação do rio Geba.

⁵⁵ DINIZ, Miranda. Esboço da Carta da Província da Guiné, *Comissão de Cartographia*. (1906). Disponível em: <<http://www.tvciencia.pt/tvcent/pagent/tvcent01.asp>>. Acesso em: 23 de julho de 2013.

⁵⁶ RAMIRES, Mário Matos; LEMOS, Alexandre. O Primeiro Fotógrafo de Guerra Português José Henriques de Mello Guiné: Campanhas de 1907-1908. 2008, p.5. Disponível em: http://www.uc.pt/imprensa_uc. Acesso em 14 de 02 de 2014.

⁵⁷ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.22.

⁵⁸ RIBEIRO, Jorge Martins; SANTOS, Maciel Moraes. Comércio e Islamização na Guiné Portuguesa: Aspectos da Simbiose em 1908. 6º. Colóquio Internacional Identidades, Poderes e Etnicidades.(P.16) Porto. (2004). p.79.

O segundo fator foi que o Régulo de Intim resistia ao pagamento do imposto da palhota (imposto sobre habitação), mandava seus grandes conferenciar com o governador informando que já tinham parte do valor do imposto e que no dia 1º de maio estariam efetuando o pagando. Porém essa atitude, segundo o tenente Luiz Nunes, era uma forma de ganhar tempo para abrigarem as mulheres e crianças em lugar seguro e conhecer o material bélico português.

O próprio Régulo de Intim fez uma visita ao residente de Bissau. O diário não revelou o nome deste Régulo e não foi possível identificá-lo em outros documentos que tive acesso. E o terceiro fator foi que, em 1907, o Régulo Infali Sonco que também resistia ao pagamento do imposto de palhota, prendeu o comandante militar de Bafatá, deixando este preso por algum tempo por divergirem a cerca da região de San-sancuto (RAMIRES, 2008:69. apud. DOS ANJOS, 1937).

O nome do comandante que foi preso pelo Infali Sonco era Proença Fortes - 2º Tenente do exército português que também participou da Campanha de 1908 no Cuore comandando 30 Grumetes (para os portugueses, grumete era o africano convertido ao cristianismo).⁵⁹

O Infali Sonco além de prender o tenente começou a saquear as embarcações estrangeiras que trafegavam no rio Geba, impedindo assim o comércio praticado através deste rio. Estes três fatores serviram de argumentos para o envio de tropas para combaterem na Guiné.

Neste período os jornais portugueses publicavam muitas notícias aterrorizantes a respeito Guiné, ao ponto de ser solicitada uma expedição para combater naquela região da África. Afinal o que realmente acontecia no além-mar, que provocara uma movimentação de tropas para lá? No diário de campanha está registrado que o comércio no rio Geba estava suspenso e que esta situação trazia prejuízos internacionais.

⁵⁹ PONTE, Luiz Nunes da. "A campanha da Guiné 1908 breve narrativa", 1909, p.32

Em Bissau os Régulos das tabancas recusavam pagar o imposto de palhota. Chegavam também notícias que militares estavam sendo presos pelos Régulos como foi o caso do Tenente Forte, comandante de Bafatá.⁶⁰

Essas ações refletiam a situação de Portugal diante dos povos da Guiné, era a reação dos autóctones ao processo de invasão colonial, todos perceberam a mudança de comportamento na relação comercial de outrora com a perda dos seus domínios políticos, comercial e territorial.

A partir de 1886, as ações dos governantes dos povos da região da dita Guiné “portuguesa” com o intuito de repelir o avanço colonial foram cada vez mais crescentes. Para Portugal essa situação era um verdadeiro caos, ainda mais que as nações que comercializavam através do rio Geba pressionavam para que o governo lusitano desse uma solução para a questão, essa situação desestabilizava e agravava ainda mais a falta de prestígio deste diante dos demais colonizadores.

Só no ano de 1908 foram oito campanhas no território da dita Guiné “portuguesa” contra Biafadas, Felupes e Balantas.⁶¹ As notícias chegavam ao reino português causando pavor aos lares dos soldados que foram lutar na África.

3.1- EXÉRCITOS

O exército português empregado na campanha de “pacificação” da Guiné “portuguesa” era formado basicamente por soldados recrutados, homens que não tinham experiência com armas de fogo, passaram a prontos apenas para participar da campanha militar de 1908. A maioria nunca havia atirado em suas vidas e tiveram oito dias de treinamento, em um processo normal seria necessário pelo menos um ano de treinamentos.⁶²

⁶⁰ RAMIRES, Mário Matos; LEMOS, Alexandre. O Primeiro Fotógrafo de Guerra Português José Henriques de Mello Guiné: Campanhas de 1907-1908. 2008, p.69. Disponível em: http://www.uc.pt/imprensa_uc. Acesso em 14 de 02 de 2014.

⁶¹ RIBEIRO, Jorge Martins; SANTOS, Maciel Morais. (2004). Comércio e Islamização na Guiné Portuguesa: Aspectos da Simbiose em 1908. 6º. Colóquio Internacional Identidades, Poderes e Etnicidades, Porto, p.79.

⁶² PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.3

O tenente Nunes disse que este tempo era insuficiente para torná-los aptos para uma guerra. “E quem eram eles? É espantoso, mas é verdade: recrutas! Eu tremo ao pronunciar esta palavra; vejo, desde já, homens ainda por fazer, inexperientes, arrancados aos seus lares domésticos, sem o tempo necessário de quartel, que os transforma”.⁶³

O efetivo português para esta campanha girava em torno de 600 a 650 homens, o Tenente Nunes, no seu diário, registrou que a infantaria contava com 250 homens e 03 subalternos e as outras forças somavam 358 além da força auxiliar como médicos, veterinário, mecânico. Esse foi o número aproximado de soldados que partiram para a África e para o tenente este efetivo era insignificante.

No campo de batalha o exército português combatia na seguinte formação: à frente iam 30 Grumetes comandados pelo Capitão Teixeira de Barros, logo em seguida a companhia da marinha, o quartel general e a bateria de artilharia; aos flancos dois pelotões de infantaria 13 e a companhia mista; atrás vinha o comboio composto por Fulas. Nesta formação não importava de onde vinha o ataque sempre o primeiro embate seria entre africanos.

O avanço da tropa era sempre de forma compacta e em quadrado com uma peça de artilharia em cada canto. Apenas os Grumetes se distanciavam a frente. Desta forma o exército português era facilmente identificado à distância pelos exércitos do Infali e do povo Papel.

O Tenente Nunes relatou que o material bélico português empregado nesta campanha era superado para aquele momento, apontando que eles não contavam nesta expedição com as famosas metralhadoras nem as peças de tiro rápido. Esses armamentos aparecem como determinantes para a vitória europeia no texto “A África diante do desafio colonial”⁶⁴ mas não decidiram em favor do europeu na campanha de 1908 no Cuore e Bissau.

Todas as tentativas de resistência e de insurreição armada fracassaram, portanto, ao menos se considerarmos apenas os resultados imediatos. Embora não faltassem aos habitantes da África ocidental coragem nem

⁶³ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.3

⁶⁴ BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial, In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935, 2010, p.7

ciência militar, estavam em grave desvantagem relativamente aos invasores e não dispunham de nenhuma compensação para a inferioridade técnica de seu armamento.⁶⁵

Ao analisar o caso específico da Guiné dita “portuguesa” na campanha de 1908 podemos dizer que o colonizador não contava com equipamento inovador para a época ao ponto de garantir tal superioridade como fica evidente no relato registrado no diário.

Material horroroso, indigno de ser classificado como tal, eu entendo que a arma a que me prezo e honro de pertencer, deve congrega os seus melhores esforços, fazer tudo quanto estiver ao seu alcance para se libertar d’uma vez para sempre de semelhantes tubos de bronze que fingem peças, a vergonha da nossa artilharia, e talvez que a origem dos desastres d’algumas das nossas guerras coloniais!!⁶⁶

Em 07 de abril ao atacar o inimigo próximo à tabanca Ganturé o equipamento bélico português mostrou a sua ineficiência, as granadas não arrebentaram e o Tenente Nunes começou a se lamentar dizendo material horroroso, difícil de desengatar, manejo bastante lento o que faz a seção ficar para traz.

Na campanha em Bissau, quando se dirigiam para Bandim, ao avistarem os autóctones entre os poilões foram feitos novos disparos desta vez o equipamento funcionou, porém mostrou-se ineficaz, porque não causou dano algum nos inimigos e o Tenente Nunes lamentou a falta do armamento de tiro rápido que não contava nesta campanha.

O Tenente Nunes da Ponte relatou no diário sobre uma campanha no ano de 1894 contra o povo Papel em que foi usado o mesmo armamento desta campanha e naquele ano tiveram que se retirar de Bissau tendo um numero maior de combatentes naquela campanha do que na de 1908. “Em 1894 eram setecentos homens; agora nem esse numero atingíamos, tendo uma companhia muito mal armada, e outra a do 13, totalmente arrasada”. As peças eram as mesmas de 94, com mais quatorze anos por cima.⁶⁷

⁶⁵ GUEYE, M’Baye; BOAHEN, Albert Adu. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914. In: História geral da África, VII, 2ª ed. Brasília. UNESCO. 2010, p.165

⁶⁶ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.14

⁶⁷ Ibid. p.62

O exército do Infali Sonco adotou a estratégia de lutar entrincheirado mandou cavar abrigos exatamente nos dois pontos indicados onde o exército português iria desembarcar no Geba. Desta forma é possível perceber que o Infali Sonco contava com serviço de informação.

O Tenente Nunes relatou que só não lamentaram muitas baixas portuguesas porque a época seca havia prolongado e desembarcaram em um ponto diferente do rio. O exército do Infali Sonco protegia-se também nos poilões (árvores gigantes) de modo que o material bélico português não causava grandes prejuízos.

O exército do povo Papel lutava sempre espalhado, o que dificultava aos invasores identificar a sua presença e também alvejá-los não podendo assim causar grandes baixas. Utilizavam também como proteção os morros de Salalé (formigas) que eram muito duros, usavam ainda as paredes de suas casas que eram muito resistentes as granadas portuguesas.

Não temos como precisar o efetivo dos exércitos locais que resistiam o avanço colonial, mas o Tenente Nunes relatou que todo o povo era envolvido nos combates ficando de fora apenas mulheres e crianças. Ele ainda acrescentou que o povo Papel contava com mais de 600 Sniders e inúmeras Mausers compradas dos franceses e com experiência em guerras por terem participado em outras campanhas.

Analisando os pontos até aqui abordados verificamos que o equipamento bélico não proporcionou qualquer vantagem nesta campanha aos portugueses. Então em que se apoiou o invasor na tentativa de obter a realização do projeto colonial, se o armamento era obsoleto e seus soldados inexperientes? E não conheciam o território completamente.

Como os portugueses conseguiriam alcançar seus objetivos no Cuore e Bissau? Já que estariam combatendo contra exércitos com experiência militar. Para responder essas perguntas é imprescindível entender o papel dos “Aliados” africanos que serviam no exército português.

Conceitos generalistas do processo de colonização do continente africano definem todas as ações como apenas iniciativas dos europeus no desejo de

dominar a África e explorar os seus recursos. Desconsideraram as particularidades no processo do avanço colonial e sobre tudo as tensões que geravam transformações internas no continente, no que toca a disputa de poder local, como no caso da dita Guiné “Portuguesa” no período de 1907/1908.

Nesta campanha, Portugal contou com alianças que foram decisivas para o avanço das tropas no Cuore. O primeiro nome que surgiu no Diário foi o do Régulo Abdullai que mandou seus homens para auxiliar os portugueses. Enviou carregadores, tratadores de cavalos e combatentes.

Todos pertenciam ao povo Fula. Esse povo aparece com uma população de 100.000 habitantes, ocupando toda a região nordeste da Guiné, uma extensão territorial de 10.000 km² que compreende as regiões de Cabu, Bafatá e Forreá. Eles se reconhecem como Foulbé ou Pulô, Fula é o nome dado por Portugueses, os franceses os chamam de Peul.⁶⁸



Figura 1 Mapa extraído do livro Babel Negra⁶⁹

⁶⁸ SIMÕES, Landerset. Babel negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné. Porto: Oficinas Gráficas de O Comércio do Porto. 1935. pp.104-105.

⁶⁹ Ibid. p.104.

Landerset Simões descreveu este povo como nômade, com atividade pastoril sendo senhor de riquíssimas manadas. Falavam a língua Foulbé ou polar. As suas casas eram construções ligeiras feitas de bambu e colmo, teciam o querentim para formar as paredes, o telhado tinha forma cônica.⁷⁰

O Tenente Nunes, demonstrando grande desprezo, descreveu esse povo como preguiçosos, covardes e ladrões, porque saqueavam as tabancas inimigas levando os animais que encontravam. Para os Fulas o despojo de guerra que lhes interessava era exatamente os animais, porque eles eram criadores.

O Tenente Nunes, naquele momento, ao julgá-los não se preocupou em analisar a ação colonial portuguesa, cujo objetivo lusitano era expropriar os povos das regiões por eles colonizadas, cujo despojo era toda a riqueza produzida nas colônias, nem por isso ele se enxergava como ladrão.

Outro personagem que aparece é o Abdul Injai que se apresentou para lutar nesta campanha ao lado dos portugueses e foi descrito no diário de Campanha de 1908 desta forma: “deu-me a vista a figura de um negro chamado Abdul, aventureiro e grande amador de lutas, de fisionomia simpática, cabelo quase corredo, falando perfeitamente o creôlo.”⁷¹ Aguçou a curiosidade do Tenente Luiz Nunes o aventureiro Abdul, que falava perfeitamente o crioulo.

⁷⁰ Ibid. pp.105-106.

⁷¹ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.37



Abdul Injai

72

Abdul Injai, no texto de Amadeu Nogueira, é descrito da seguinte forma: YOLOF natural da região de Salum, circunscrição de Koalac no Senegal, foi comerciante ambulante, que devido a sua forma de vida esbanjou os seus lucros e perdeu tudo. Tornou-se então carregador no porto de Zinguinchor depois de um curto espaço de tempo abandonou o porto e foi para Dacar e em seguida para Cacheu.⁷³

⁷² CAMPOS, Americo. *Historia da Guiné Bissau em datas*. 2012. Disponível em <http://pt.slideshare.net/Cantacunda/histria-da-guin-bissau-em-datas>: Acesso em 27 de 02 de 2014.

⁷³ NOGUEIRA, Amadeu. Figuras da Ocupação Abdul Injai. In *Boletim Cultural da Guiné*, IV, n13. 1949,p.50.

Em Calequisse, Abdul Injai, passou a ser estimado pelo Régulo local por ter curado a sua esposa de uma doença e, por ser de confiança gozava de liberdade na casa real. Por isso o Régulo de Pelundo lhe fez uma proposta tentadora para que roubasse uma bombardarda (disparador de projeteis utilizando pólvora) que eram usadas para festejos ou cerimônia fúnebres de pessoas importantes.

O seu furto foi descoberto e ele castigado pelo Régulo de Calequisse que mandou queimar os seus pés com ferro em brasa, Abdul conseguiu fugir depois do castigo e jurou vingança.⁷⁴

Depois desse fato apareceu em Gabú, tornou-se amigo de um grande comerciante Fula que o ajudou e ele tornou-se comerciante de gado, logo começou a conseguir gado vacum da região de Oio por meio do roubo. Os seus homens foram descobertos e mortos, então ele formou um novo grupo e passou a agir em Bambadinca, foi novamente descoberto e fugiu.

A sua nova aparição foi exatamente na campanha do Cuore em 1908.⁷⁵ Abdul Injai terminou as campanhas de invasão como herói de guerra, tornando-se régulo do Cuore e posteriormente Régulo de Oio.

Outro Régulo aliado aos portugueses foi o jovem Dembacuta, que combateu na Tabanca de Manssoná e a destruiu. Trouxe informações a respeito da localização do Infali Sonco que ainda estava vivo e refugiado na Tabanca de Madina. Mostrando que muitos fizeram alianças com os portugueses pegando em armas, passando informações, dando apoio logístico e guiando os portugueses no terreno que eles não conheciam.

Por outro lado havia aqueles que eram oposição ao avanço colonial e no entendimento colonizador precisavam ser dominados, por exemplo: o povo Biafada que habitava a região do Quinara com uma população de nove mil habitantes, pertencem à família Mandinga.

⁷⁴ NOGUEIRA, Amadeu. Figuras da Ocupação Abdul Injai. In *Boletim Cultural da Guiné*, IV, n13. 1949, pp.51-53.

⁷⁵ NOGUEIRA, Amadeu. Figuras da Ocupação Abdul Injai. In *Boletim Cultural da Guiné*, IV, n13. 1949, p.54.

Segundo Landerset Simões este povo passava por uma transformação no campo religioso abandonavam as religiões tradicionais e convertiam-se ao Islamismo. Os Balobeiros eram muito respeitados e o centro religioso era Buduco onde morava o sacerdote. Landerset os achavam preguiçosos por não se preocuparem com a produção agrícola, produziam apenas o que eles achavam ser necessário para sua subsistência e utilizavam também os recursos naturais se alimentando de frutas e raízes.⁷⁶



Figura 2 mapa extraído do livro Babel Negra.⁷⁷

No ano de 1907 Infali Sonco régulo dos Biafadas recusou-se a pagar o imposto da palhota e reuniu os régulos das seguintes regiões: Boncó da região de Bandaró, Dembagé de Corubal, Guelage de Cossé, Ierobini de Gussará e o régulo Asmane de Pachisse, com a promessa de libertar a região do pagamento do

⁷⁶ SIMÕES, Landerset. Babel negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné. Porto: Oficinas Gráficas de O Comércio do Porto. 1935, pp.70-72.

⁷⁷ Ibid. p.70.

imposto.⁷⁸ O régulo Infali Sonco conquistou o respeito dos demais que se sentiram encorajados a resistir o avanço colonial.

Infali Sonco liderou o seu povo contra os europeus e interditou a navegação no rio Geba impedindo assim o tráfego comercial na região do Cuore. A interdição era uma reação ao avanço colonial e conseqüentemente desejava impedir a usurpação dos seus domínios naquela região. Essa ação causou grande transtorno aos franceses e alemães que pressionaram os portugueses para que resolvessem essa situação no Cuore.

3.2 A CAMPANHA DO CUORE

A Tabanca Xime foi o ponto de partida para a campanha no Cuore. Ao desembarcarem nesta localidade o Tenente Luiz Nunes descreveu que os habitantes ao avistarem a tropa disseram chegou manga de gente, por desconhecimento da língua crioulo deduziu ser uma referencia a mangueira que dar muitos frutos, porém em crioulo “manga” quer dizer muito (a), então o que a população estava dizendo foi que chegou muita gente. Isto denota que não era comum a presença de muitos brancos nesta tabanca.

No olhar do Tenente Luiz Nunes era uma povoação insignificante, situada a 100 metros do rio, com três casas comerciais e o posto militar, as demais eram Palhotas. Ali morava um comerciante da casa Alemã Pachen de Bissau. Pela descrição do diário essa região era governada pelo régulo Abdullai aliado ao exército português.

Não consta no diário nenhum relato de casa comercial portuguesa no Xime, o único relato que denota a existência de comércio naquela região foi notificado pela presença de três casas comerciais que o militar não descreve a quem pertencia e da residência de um comerciante da casa alemã. A presença portuguesa só se fazia sentir pelo posto militar por ser uma região dominada por um régulo aliado.

⁷⁸ CAMPOS, Americo. *Historia da Guiné Bissau em datas*. 2012. Disponível em <http://pt.slideshare.net/Cantacunda/histria-da-guin-bissau-em-datas>: Acesso em 27 de 02 de 2014, p.34

Os combates na Região do Cuore ocorreram nas seguintes localidades: Ganturé, Sambel-Nhantá depois destes dois combates o exército invasor avançou até Gan-Sapateiro e ali estabeleceram acampamento. O último combate no Cuore aconteceu na tabanca fortificada Madina.

Os portugueses chegaram à tabanca Ganturé, este foi o primeiro momento em território rebelado, apesar de estarem a muitos dias na Guiné. Não foi disparado um tiro se quer e a ansiedade tomou conta dos recrutas que queriam combater, abrir fogo, mas nenhum outro sinal denunciou o inimigo, contudo os soldados ficavam sempre em alerta.

O Tenente Luiz Nunes relatou que se ouvia o batuque do tambor de guerra quase sem interrupção que, para ele, convocava o exército do Infali para se ajuntarem a luta. O Tenente identificou como sendo correspondente ao toque de unir do exército português. A certa distancia três Biafadas observavam a movimentação inimiga, foi o primeiro contato entre os exércitos envolvidos nesta guerra.

O material bélico português era conduzido sobre carros presos com varais puxados pelas muares e devido ao solo irregular acabava quebrando sendo necessária a torca constante por não suportarem o peso das armas e munições. O que atrasava o avanço do comboio.

A coluna ao entrar na mata densa que protegia a tabanca efetuou vários disparos nos flancos, os grumetes à frente davam muitos tiros, depois de muito tempo, ouviu-se tiro inimigo feito à longa distância, com armas que os biafadas enchiam de zagalotes apertados com pólvora a ponto de algumas arrebentarem ao que eles acreditavam que o alvejado tinha feitiço ou não era de morrer.

O combate prosseguiu e o ataque dos Biafadas era feito sempre a meia lua, dirigindo ao flanco direito e a frente tentando introduzir-se entre os grumetes e a coluna, no entanto sua tática foi percebida e os grumetes recuaram até a companhia da marinha. Então mudaram de tática dirigindo violento ataque pela retaguarda, nesse momento o exército português estava próximo a tabanca Ganturé que no plano de invasão do território era necessário tomá-la.

Os grumetes invadiram a tabanca Ganturé e a incendiaram, os Fulas aproveitaram para pilhar levando tudo o que poderiam carregar cabras, galinhas, porcos, etc. deixando tudo limpo em um piscar de olhos “raça inferior e desprezível! são cobardes, indolentes e ladrões.”⁷⁹ Assim destacou o Tenente.

Havia passado 12 horas de caminhada e os soldados estavam esgotados e todos procuravam o que comer, enquanto comiam começou novo tiroteio muito próximo do acampamento, esse combate durou mais uma hora e os Biafadas se afastaram, mas o último tiro partiu deles fazendo isto por ronco (ousadia). Os Biafadas sob comando do Infali abandonaram a tabanca.

O exército português ficou ali aquela noite, no dia seguinte às 04 horas da manhã levantou o acampamento devido à ordem de avançar em direção Sambel-Nhantá principal tabanca onde habitava o régulo Infali Sonco, às 09 horas a coluna iniciou a marcha entrando na mata cerrada, em seguida passaram por uma lala, campo muito extenso com capim alto e logo, a frente deste campo distinguindo-se entre arvoredos uma casa e algumas palhotas, era Sambel-Nhantá, fizeram alguns disparos, mas sem revide, atravessaram a tabanca sem resistência e deixaram-na ardendo em chamas.

As tropas chegaram a Gan-Sapateiro onde estabeleceram novo acampamento no lugar não havia sombra apenas uma árvore se viu em todo o acampamento. O Tenente Luiz Nunes notou que era nesta tabanca que os autóctones faziam trabalho muito aperfeiçoado em couro, havia muitas palhotas construídas de argamassa e telhado de palha, não faltavam celeiros para estocar milho e arroz, tudo no seu devido lugar o que denunciava que o local havia sido abandonado há pouco.

Este relato denota que o povo que ali vivia era especializado na produção de utensílios em couro, talvez por isso os portugueses tenham chamados essa tabanca de Gan-Sapateiro, não temos como conhecer como os autóctones chamavam este lugar, por não ter relatos destes.

⁷⁹PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p. 43.

Outro aspecto do local era que eles estocavam em celeiros os grãos, podemos assim supor que eles eram produtores de milho e arroz, essa seria à base da sua alimentação e, juntamente com os trabalhos em couro, o seu comércio.

O Tenente relatou que o Infali Sonco era o senhor daquela região, régulo respeitado e temido. E naquele momento se encontrava fugitivo rodeado de poucos dos seus grandes e ao longe podia ver suas tabancas arrasadas, suas terras devastadas. Estava assim vingada a afronta que fez prendendo o 2º Tenente Forte e fechando a navegação do rio Geba.

Escreveu ainda que chegou ao acampamento o jovem Dembacuta, régulo amigo que trazia o peito coberto de guardas (pequenas bolsas de couro, contendo rezas, que segundo sua crença, livrava das balas inimigas) o qual cheio de ronco (ousadia) estava montado em seu cavalo, seguido do seu brilhante Estado-Maior que não faltavam ordenanças. A sua frente vinha o Judeu (cantador das vitórias do régulo). Chegava de Manssoná, tabanca que acabava de destruir. Noticiaram que Infali Sonco ainda estava vivo refugiado em seu último reduto, a tabanca fortificada de Madina que era preciso destruir e assim dar o golpe mortal destruindo-o por completo.

Na manhã do dia 9 de abril saiu para Madina um destacamento composto pela companhia de atiradores comandada pelo Capitão Moniz com eles foram os grumetes e auxiliares Turancas. Às 16 horas o destacamento retornava informando que o Infali lá se encontrava e foi derrotado e a tabanca incendiada. Com essa nova vitória foi dada por encerrada a primeira fase da campanha na região Cuore.

Foi erguida a bandeira portuguesa ao som de 21 tiros de peça de canhão, o governador dirigiu um discurso aos régulos aliados da região fazendo mil promessas e lá deixou como novo régulo do Cuore o aventureiro Abdul Injai.

Mas tendo vencido o inimigo havia a necessidade de ocupar o território, estabelecer um posto militar que denotasse o domínio português, o que logo se tratou de fazer, mas a sua construção iria demorar muito e seria guarnecida pelos Landins que ainda não havia chegado ao Cuore.

A tropa não podia avançar sem deixar uma fortificação segura e guarnecida de modo que precisaram ficar ali muitos dias. Os portugueses aguardavam a chegada do reforço. O calor era insuportável para o europeu, sempre acima dos 40º de dia e a noite baixava bastante, constantemente vinha um vento forte, redemoinhos que pareciam sido formados em verdadeiras fornalhas.

Enfim chegou o reforço da companhia indígena, aguardavam os Landins, mas vieram Macuas eles chegaram desarmados e o Tenente Luiz Nunes chegou a se perguntar “vinham esses soldados de tão longe, com que fim? Para a guerra, realmente? Mas seria para lutar soco inglês que por ventura os seus vizinhos haviam ensinado, ou estavam confiados na providência?”⁸⁰ Como os portugueses não tinham armas para dar a esse reforço providenciaram umas Sniders⁸¹ velhíssimas, sabres enormes antiquados.

O pensamento português era fazer com que os régulos lhes fossem tributários e de forma indireta Portugal dirigiria os rumos da dita Guiné “portuguesa”. Portanto Portugal entendia que ao constituir um novo régulo em determinada região estava ali estabelecida uma concessão de domínio e que aquele dirigente lhe devia respeito, submissão, e deveria pagar o imposto de palhota e repassar os lucros alfandegários.

Portugal não tinha condições de efetivar uma ocupação na região e recorria aos régulos “aliados” para ocuparem a região, sendo assim, a ocupação das áreas combatidas era sempre feita por povos africanos. Essa composição da colônia era sempre instável, porque ao ocupar e assumir o controle das tabancas invadidas na dita Guiné “portuguesa” os “aliados” muitas vezes tornavam-se inimigos, pois não aceitavam o pretendido domínio português.

O Tenente Luiz Nunes escreveu que Portugal bateu o inimigo e tomou posse da região, mas até que ponto pode-se dizer que Portugal ao vencer o inimigo passou a ter realmente o domínio da região, considerar apenas o fato de hastear a bandeira portuguesa no Cuore significava que o território estava sob o domínio lusitano?

⁸⁰ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.55

⁸¹ Snider – espingarda de origem inglesa.

Observamos que a região não ficou sob a administração de nenhum português, o novo régulo do Cuore foi o Abdul Injai e os seus homens foram os que ficaram responsáveis pela segurança, Injai era o novo responsável em receber os impostos dos régulos daquela região.

Com o final da campanha no Cuore os números da arrecadação do imposto de palhota cresceram, pois, os régulos da região sentiram-se intimidados com a derrota do Infali. Para Portugal isto parecia acenar um futuro próspero para a metrópole conforme relato do Tenente:

Conseguiu-se, portanto, cabalmente o objetivo d'esta primeira parte da campanha; não se exigia mais. E o seu bom êxito trouxe logo, como resultados imediatos, um aumento de receita importante, porquanto muitos povos desde então pagaram o imposto e no futuro poderá ver os bons resultados que d'ali advirão, visto o terreno ser extremamente fértil, como, aliás, sucede em toda a Guiné.⁸²

Os portugueses então dirigiram-se para Bissau a fim de combater Bandim, Intim e Antula deixando o Cuore aos cuidados de Abdul Injai e seu Exército.

Concluída a primeira fase da campanha teve como resultado, no entendimento do Tenente Nunes, que Portugal era senhor do Cuore porque venceu o Infali e vingou afronta de ter um militar aprisionado. Mas na prática o Cuore antes da guerra era ocupado e governado pelo Infali Sonco e habitado por Biafadas e depois da guerra continuou sendo ocupado por Biafadas tendo apenas um novo governante Abdul Injai, vindo da região do Senegal, e seus soldados.

3.3- A CAMPANHA DE BISSAU EM 1908

A coluna regressou para Bissau, porém em condições precárias, mesmo tendo recebido o reforço dos Macuas, estes estavam praticamente desarmados e não sabiam usar as Sniders. O numero de soldados portugueses que davam

⁸² PONTE, Luiz Nunes da. "A campanha da Guiné 1908 breve narrativa", 1909, p.103.

entrada no hospital sem condição de continuar na campanha crescia continuamente. Isto abalava a confiança da tropa que iria combater um forte inimigo.

O povo Papel, que ocupam toda a ilha de Bissau, conforme Landerset, sua população era de 40.000 habitantes em 1935. Simões escreveu que varias vezes ouvira dizer que a ocupação da Guiné dependia de conseguirem a submissão do povo Papel.⁸³ E a frase que ele guardou foi que o povo Papel era um dos inimigos mais destemidos da Guiné.⁸⁴



Figura 3 mapa extraído do livro Babel Negra.⁸⁵

O povo Papel contava com mais de 600 Sniders e inúmeras Mausers compradas dos franceses e com experiência em guerras por terem participado em outras campanhas. Os grumetes diziam-se a favor dos portugueses, porém a sua minoria, porque a maior parte lutou ao lado do seu povo.

⁸³ SIMÕES, Landerset. Babel negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné. Porto: Oficinas Gráficas de O Comércio do Porto. 1935. p.61

⁸⁴ SIMÕES, Landerset. Babel negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné. Porto: Oficinas Gráficas de O Comércio do Porto. 1935. p.61

⁸⁵ Idem.

O que motivou a campanha contra os Papeis de Intim foi o não pagamento do imposto de palhota. Eles continuamente vinham a Praça de Bissau negociar com o governador dizendo que já tinham parte do imposto recolhido e que no dia 01 de maio teriam resposta definitiva, porém o que foi registrado no Diário de campanha de 1908, diz que o objetivo seria ganhar tempo, conhecer o material bélico e esconder a mulheres, crianças e conhecer o efetivo que iria enfrentar etc.⁸⁶

Na praça havia sempre espiões dos Papeis que observavam as forças portuguesas e esses ignoravam as suas. O Tenente Luiz Nunes relatou que o régulo de Intim visitou o forte de Bissau fazendo grandes elogios e ao passar por caixas de granadas alguém dentre os portugueses lhe dissera “aquilo é pra vocês, se não pagarem,”⁸⁷ ele tomou essa frase ao pé da letra e aceitou a oferta.

Numa palhota durante a campanha em Bissau encontram granadas, junto de algumas tábuas queimadas era um cunhete misto, roubado do cais, mais granadas foram encontradas o que se pôde deduzir que o régulo de Intim levou ao pé da letra o que lhe fora dito na sua visita ao forte de Bissau. Apareceram também latas de conservas e barris de vinho descarregados do Pacote Angola, o que deixa evidente que parte da carga que as mulheres descarregavam do navio levaram para suas famílias.

Em 03 de maio saiu à ordem para as canhoneiras Salvador Corrêa e Zambeze, juntamente com o forte começarem o bombardeio contra Intim e Antula. No início da marcha entre os poilões (árvores gigantes) em frente o alto de Bandim foram vistos muitos Papeis buscando proteção.

Logo o tenente Luiz Nunes ordenou que fossem realizados disparos contra os combatentes inimigos, mas devido a ineficácia do armamento utilizado pelos portugueses não foi constatado dano algum aos oponentes. O referido Oficial lamentou à falta do armamento de tiro rápido que não contavam nesta campanha. O combate no campo de batalha se acirrava e começaram a cair os feridos e mortos, muitos da companhia mista, Turancas, Macuas e Fulas. Mesmo com essas baixas os portugueses conseguiram chegar ao alto de Bandim.

⁸⁶ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.63.

⁸⁷ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.63.

A coluna dirigia-se para Intim debaixo de um fortíssimo ataque. Dois pelotões da infantaria 13 depois de atear fogo em Bandim dirigiram-se para Saphim, uma hora da tarde havia cessado fogo e montaram acampamento em Intim levantando trincheiras.

Já os Papeis utilizavam as grossas árvores, as paredes de suas palhotas que eram muito resistentes e ainda os morros de Salalé (formigas) que eram muito duros. As granadas não causavam grandes danos, mas sobre tudo gozavam da vantagem de lutarem dispersos enquanto os portugueses lutavam em massa compacta, desta forma eram vistos a distâncias não conseguiam se camuflar como os nativos.

Houve grande dúvida sobre o efeito do combate do dia anterior, uma parte achava que os Papeis estavam atemorizados e viriam propor a paz, outros diziam que eles eram muito aguerridos para se atemorizarem facilmente, mas o som dos tiros às 7h30min da manhã era a resposta de que aquele povo não se renderia. Apenas às 16h30min serenou fogo, pois esse era o costume do povo Papel de cessar fogo ao cair da tarde.

Para o exército português era imprescindível tomar e destruir a tabanca Contume situada a 5 km de distância, pois a informação recebida era que lá os Papeis haviam guardado os seus mantimentos, lá estavam seus celeiros. Coube essa missão a companhia de infantaria 13 reduzida a 200 homens comandada pelo Capitão Camacho, D. José de Serpa o acompanhou nesta missão.

Pela manhã saía o destacamento com ordens de não se afastarem mais que 5 km e enviar constante notícia ao Quartel General. Pouco tempo depois uma grande apreensão tomou conta do acampamento, pois se levantou intensa descarga de tiros, ao longe se podia ver grande quantidade do povo Papel seguindo em direção a Contume.

O destacamento não enviava mensagem alguma e o som de tiro trazia grande inquietação, todos se perguntavam o que havia acontecido, a ansiedade era enorme os minutos pareciam horas, era terrível os momentos que fazia silêncio, escreveu o Tenente Nunes.

As notícias não chegavam, até que às 14h30min avistaram em uma carreira vertiginosa em direção ao quadrado dois cavaleiros trazendo três despachos de horas diferentes. Informavam que o alferes Duque fora atingido na cabeça, o Tenente Montalvão ferido na perna, um Soldado morto e quatro feridos.

Debaixo de forte tiroteio o destacamento avançou e com o preço de algumas vidas a coluna conseguiu chegar a Contume e a incendiou cumprindo sua missão. Mas os tiros não paravam de cair no acampamento português, o alvo era sempre o Quartel General e por esse motivo foi cerrada a bandeira que o identificava.

O Tenente Nunes relatou que por certo nas árvores havia Grumetes atiradores de 1ª classe escolhidos para alvejar os oficiais que eles conheciam por terem visto na Praça de Bissau.

Essa foi a primeira vez que forças portuguesas chegaram a Contume, nunca passaram de Intim, o Tenente Nunes relatou que foi grande o prejuízo causado aos autóctones, pois foi queimados todos os víveres armazenados. A canhoneira D. Luiz continuava a bombardear Antula, mas não causava preocupação alguma aos homens que passeavam devido à grande extensão da tabanca e algumas vezes eles lembravam-se de vir às margens atacar a canhoneira.

Um grupo de marinheiros afirmara que mataram um Grumete e quase prendera outro, que na campanha anterior no Cuore foram seus auxiliares. Também um grupo de Turancas e Fulas que saíram do quadrado foram recebidos pelos Papeis ao som de flautas e apitos em sinal de desprezo, não lhes dando honras de combatentes, isto para o Tenente demonstrava o espírito aguerrido e audacioso do povo Papel.

Começava a temporada de tornados e chuvas na Guiné de modo que ficava mais difícil a campanha, o numero de feridos e mortos aumentava a cada dia e muitos eram levados para o hospital na ilha de Bissau. Mas o numero de enfermos impossibilitados devido à febre era muito maior, assumindo proporções cada vez mais assustadoras. A situação tornava-se insustentável as baixas eram ininterruptas não podiam permanecer ali.

Era imperioso avançar para Antula, mas não havia condições de fazer isto sem um grande numero de baixas, não havia mais a presença dos carregadores, desta forma teria que ir constantemente a Praça de Bissau para buscar suprimentos o que acabava desgastando mais ainda os soldados.

Como avançar se ainda não havia batido e conquistado completamente Intim? Seria em desarmonia com os princípios das guerras coloniais exclamou o Tenente Nunes. Havia a necessidade de construir um posto em Intim, mas nem isto era possível, porque precisaria derrubar muitos poilões, trabalho que demandaria muito tempo e não possuíam materiais nem mão de obra para construir.

O estado sanitário da tropa era precário, o trabalho continuava extenuante devido à escassez de soldados, a constante vigilância contra um inimigo aguerrido e astucioso que aguardava apenas um descuido para o ataque. Contudo a continua baixa por motivo de doença, pouca munição para se defender dos ataques, a falta de material e pessoal tornava nula a ideia de construir um posto.

Se a tropa continuasse a avançar conseguiriam fazer recuar um pouco mais o inimigo e isto a custo de muitas vidas do lado português. Não teriam o resultado desejado que fosse a ocupação imediata e eficaz da região, sendo o seu resultado nulo.

Chegou a noticia que foi enviada de Lisboa armas e munições, mas só chegaria a Bissau no dia 13 ou 14 de maio. O exército só tinha munições para no máximo dois dias, os Macuas continuavam desarmados, o que restava era regressar a Bissau. Era então dia 10 de maio e não houve nenhum outro confronto. Apenas mantinha-se a vigilância constante.

Os Papeis nunca atacavam a noite, alguns portugueses achavam que fazia parte do costume da sua religião. Mas na noite do dia 10 ao dormir embaixo de um poilão rodeado de Turancas e Macuas como de costume o Tenente foi acordado pelo barulho dos tiros que achou ser alarme falso como de noites anteriores, mas a intensa troca de tiros o fez perceber que era um verdadeiro ataque inimigo.

Logo correu para sua peça de tiro que já no primeiro tiro não funcionou bem e no segundo não pode mais abrir a culatra que encravou. O Tenente então

assumiu a peça da 2ª seção. Ao fazer o primeiro disparo a culatra ficou aberta. Ele atribuiu a um erro do servente, foi dado o segundo tiro e ouviu-se um ruído estranho, mas ele tomou como fuga de gases.

Logo mandou fazer os reparos na culatra. Colocado o disco mandou recolocar a peça em ação o que um Soldado logo exclamara falta-lhe metade da peça. Nada se via naquela escuridão intensa apenas tateando o Tenente percebeu o que o Soldado avisara.

Por volta das duas horas da madrugada o combate estava no seu auge, o exército português estava cercado, e os tiros vinham de todos os lados. “Por seu turno os pretos lançavam com todas as forças dos seus pulmões gritos agudos, selváticos, horrorosos, saindo-lhe do fundo das entranhas”.⁸⁸ Demonstrando o desejo de destruir todos os invasores um por um, sem piedade. Perceberam que os portugueses queriam avassalar seus domínios e teimosos aguerridos não queriam os deixar.

Esse ruído que assustou os portugueses assemelhou a uma onda que se afasta para novamente se aproximar com redobrada violência. O Tenente chamou o seu criado Duque para traduzir as exclamações que diziam “logo que o sol nasça, veremos de quem é este chão.”⁸⁹ Aquela luta vista de cima deveria oferecer um espetáculo assombroso, admirável! Escrevia o Tenente.

O Tenente Nunes escreveu que foi impetuosa a primeira investida dos negros, às três horas se afastaram, tornando pouco depois num arranco formidável, foi feita resistência com descargas de fogo, então a gritaria diminuiu e as vozes foram se afastando, os tiros cada vez mais distantes. No romper da manhã saiam alguns soldados portugueses para ver se apanhava algum negro ferido, mas só encontraram vestígios de sangue todos foram levados.

No dia 11 de maio nenhum tiro se ouviu e como os portugueses não podiam tomar a ilha só restava à retirada da tropa, as 04h00min começaram então a levantar acampamento, a movimentação era vigiada a distância pelo povo Papel em diferentes direções, as 08h00min iniciava a marcha da coluna, ao chegar à

⁸⁸ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.81.

⁸⁹ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.82

Praça de Bissau os nativos já ocupavam o lugar deixado pelos portugueses. O resultado da campanha em Bissau foi nulo, se aquela região não estava ocupada por portugueses assim permaneceu depois da campanha.

A segunda fase da campanha da Guiné não trouxe a Portugal os frutos desejados, o imposto de palhota não foi recolhido, não foi instituído um novo régulo nas tabancas combatidas, não foi edificado nenhum posto militar, nem sequer um palmo de chão ficou sob domínio europeu.

Qual o interesse português na Guiné? O Tenente Nunes classificou as regiões do Xime e o Cuore como insignificantes. Então porque combater e invadir essa região?

A resposta talvez não se encontre no que se produzia no Xime ou Cuore nem no comércio local, mas no que passava por esta região. O rio Geba que nasce no Senegal, corta a Guiné de um lado a outro tendo ligação com o rio Corubal que nasce na Guiné Conacry. Esses dois rios eram importantíssimos para o escoamento de tudo que se extraía de varias regiões até mesmo o que vinha do Senegal e da Guiné Conacry que eram ditas colônias “francesas”.

“Todos os rios da Guiné-Bissau eram muito importantes para o comércio colonial, o rio Geba tem uma área de 12.225 km dos quais 7.765 km pertence à Guiné-Bissau e a do rio Corubal possui uma bacia de 22.000 km dos quais 4.600 km pertence ou se localiza no território da Guiné-Bissau.”⁹⁰

Uma parte considerável da receita portuguesa na Guiné vinha da alfândega, por isso os rios eram importantes naquele momento em que não havia estrada de ferro na região invadida para escoar a produção regional. Os rios da Guiné despertavam grande interesse das nações europeias por estarem numa posição estratégica, a sete dias de viagem de navio da Europa.

Ribeiro e Santos (2004) apresentam um estudo do ano de 1916 que mostram números da balança comercial da Guiné entre os anos 1901 a 1913, quando a arrecadação da alfândega apenas com o comércio alemão atingiu 54% de toda a

⁹⁰ REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU, M. d. *Plano de Acção para a Biodiversidade na Guiné-Bissau, 2000*. p.13. Disponível em: <<http://www.didinho.org>>. Acesso em 23 de julho de 2013.

movimentação comercial da dita Guiné “portuguesa”.⁹¹ Essa pode ser a causa para a grande pressão da França e Alemanha para a liberação do comércio no rio Geba.

Oliveira Martins escreveu que não valia apena para os portugueses estarem de arma sem gatilho ao ombro, ter uma alfândega com maus funcionários e de braços cruzados assistirem o comércio que outros faziam e os portugueses não podiam fazer e ainda todos os dias esperarem os negros os atacarem.⁹² O seu entendimento era que a condição de guarda das costas da África era ruínosa e não havia proveito algum.⁹³

Outra perspectiva para entender o desejo colonial português era o fato que na Guiné há varias matérias prima que naquele momento tinha grande valor como a cola, borracha, o óleo da palma, a mancarra (amendoim) que eram alvos da Alemanha, França e Portugal.

Para controlar essa riqueza natural os portugueses precisavam dominar essa região, para isso contou com Abdul Injai que se apresentou para lutar com os portugueses, no principio um desconhecido, mas que devido a sua bravura tornou-se herói de guerra para os portugueses e também se tornou régulo.

Talvez a intenção do Abdul Injai ao tomar parte na campanha não foi simplesmente cooperar com o invasor como alguns textos queriam rotular aqueles que se alinhavam ao colonizador, como rebate o texto África sob dominação colonial 1880 a 1935.

Cumpre insistir nesta questão da estratégia, pois ela foi grosseiramente desfigurada ate o presente, de forma que já se classificaram alguns soberanos africanos como “colaboradores”, qualificando sua atividade como “colaboração”. Somos contrários ao emprego do termo “colaboração”, pois, além de inexato, e pejorativo e eurocêntrico. Conforme já vimos, a soberania era o problema fundamental em jogo entre os anos de 1880 e 1900 para os dirigentes africanos e, quanto a isso, esta

⁹¹ RIBEIRO, Jorge Martins; SANTOS, Maciel Morais. (2004). Comércio e Islamização na Guiné Portuguesa: Aspectos da Simbiose em 1908. 6º. Colóquio Internacional Identidades, Poderes e Etnicidades, Porto, p.77.

⁹² MARTINS, J. P. Oliveira. O Brazil e as Colonias Portuguesas (5º edição, aumentada ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Editora. 1920, p.288.

⁹³ MARTINS, J. P. Oliveira. O Brazil e as Colonias Portuguesas (5º edição, aumentada ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Editora. 1920, p.200

bem claro que nenhum deles se prestava a fazer acordos. Os dirigentes africanos qualificados erroneamente como colaboradores eram aqueles que estimavam que a melhor maneira de preservar sua soberania ou mesmo de recuperar a soberania acaso perdida em proveito de alguma potência africana, antes da chegada dos europeus, não consistia em colaborar, mas antes em se *aliar* aos invasores europeus. Por colaborador entende-se seguramente aquele que trai a causa nacional unindo-se ao inimigo para defender os alvos e objetivos deste último ao invés dos interesses de seu próprio país.⁹⁴

Boahem neste texto critica a ideia de colaborador como aquele que trai a causa nacional. Claro que este trabalho não tem como objetivo discutir a questão da ideia de nacionalidade, mas é importante dizer que neste momento não existia esse entendimento, essa construção de uma identidade nacional é posterior ao momento das invasões coloniais. Naquele momento não existia um território, uma nação ou um país chamado Guiné.

No caso do Abdul Injai o termo colaborador talvez faça menos sentido ainda, porque ele nem se quer havia nascido naquela região, não pertencia a nenhum povo que habitavam o espaço geográfico em questão. Abdul Injai usou a estratégia da aliança para galgar um objetivo de ambição pessoal no processo da invasão colonial na dita Guiné “portuguesa”. Injai saiu do anonimato para se tornar o novo régulo de importantes regiões da dita Guiné “portuguesa”.

Os portugueses praticavam uma espécie de terceirização da exploração da colônia, onde os “aliados” tinham a função de realizar a cobrança dos impostos e repassar para a administração europeia, manter o controle sobre as regiões invadidas e garantir o comércio nestas áreas. Os “aliados” recebiam comissão dos valores arrecadados para manutenção dos seus soldados.

Abdul Injai logo que assumiu o regulado no Cuore cumpriu esse papel diante dos autóctones cobrando os impostos que no primeiro ano quase dobrou, porém com o passar do tempo o próprio Abdul recusava cobrar o imposto de palhota e

⁹⁴ BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial, In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935, 2010, p.12

prestar contas na capital, como relata o telegrama trocado entre o posto militar e administrativo do Oio-Mansabá e administração da circunscrição civil de Farim.⁹⁵

Abdul Injai adotou nova postura frente o projeto colonial português, passou a ignorar as ordens europeias e intitulava-se dono do chão e reivindicava o direito de taxar, confiscar e aplicar multas. O próprio régulo passou a requerer da população o trabalho compulsório em suas terras. Com esta postura Abdul Injai deixou de ser interessante dentro do projeto colonizador e tornou-se uma ameaça ao sistema idealizado pelo invasor, porque esta postura na ótica colonial gerava instabilidade e Portugal temia a revolta por parte da população.

Abdul Injai não foi o único a adotar esta postura, outros régulos que começaram como “aliados” de Portugal, terminaram como inimigo da empresa colonial, a exemplo o Infali Sonco que 1897 na campanha em Oio era “aliado”, mas, em 1907 se rebelou contra a cobrança dos impostos na região do Cuore.

Abdul Injai conforme as acusações impostas a ele comportava-se como o senhor da terra, como um regulo de direito, agindo com autonomia frente à população do Oio. Não se via na obrigação de obedecer às ordens lusitanas, e em muitos momentos chegou a ameaçar a administração colonial.

4- COMO ERAM CONSTITUÍDOS OS RÉGULOS NO PERÍODO COLONIAL

⁹⁵ ADMINISTRAÇÃO DA CIRCUNSCRIÇÃO CIVIL DE FARIM, Documento nº 1. In In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Vol VI, nº 21, 1951, p.99.

Antes da partilha e invasão do continente africano muitas regiões de África mantinham relações comerciais com os europeus, especialmente a costa ocidental. A região que hoje conhecemos como Guiné Bissau tinha esse contato desde o século XV com os portugueses.

Os régulos na história dessa região tinham um papel preponderante nas práticas comerciais. Os portugueses para poderem comercializar em suas regiões de domínio presenteavam os régulos para que estes permitissem o seu acesso.

O capitão Caetano Filipe de Sousa de 25 de novembro de 1882 relata que para os portugueses “fazer concorrer ao mercado de Buba o comércio do Futa estaria em manter as melhores relações de amizade com o chefe daquela tribo”.⁹⁶ Para conquistar esta amizade era preciso presenteá-lo com quantias anuais. E ele destaca que era preciso assim fazer visto que o domínio português ali não tinha ação.

Os portugueses temiam não poder comercializar nesta região e como não podiam impor o seu domínio, recorriam aos régulos locais presenteando estes para que tivessem acesso aos rios e comércio da região. Com o avanço da invasão colonial estes régulos foram perdendo sua influência comercial e política. Logo surgiram as guerras de resistência ao avanço colonial em várias regiões da dita Guiné “portuguesa”.

Ao derrotar um destes régulos, os portugueses colocavam alguém, geralmente de fora, para assumir o governo naquela área invadida como recompensa por terem lutado como auxiliar na guerra de invasão daquele território. Foi assim que em 1908 Abdul Injai assumiu o seu primeiro regulado no Cuore após derrota do Infali Sonco.

Talvez pelo fato daqueles que lutavam ao lado dos portugueses serem recompensados com quantias em dinheiro e outros passavam assumir o controle político e fiscal nestas regiões, muitos tenham se aventurado nesta empreitada visando os lucros resultantes das guerras. O Abdul Injai assim ascendeu economicamente dentro deste contexto, antes da guerra era comerciante e após

⁹⁶ SOUSA, Capitão Caetano Filipe de. Relatório, In Os portugueses nos Rios da Guiné (1500 – 1900), p.179.

as campanhas de invasão sagrou-se régulo primeiramente do Cuore e depois no Oio.

Antes desse período tenebroso para os régulos locais, a dinâmica de sucessão na maior parte da dita Guiné “portuguesa” dava-se na transmissão parental. O tenente Luiz Nunes da Ponte, no diário de campanha de 1908, escreveu que quem sucedia o regulo era o sobrinho, filho da irmã do regulo cessante.

Outra forma de assumir o regulado durante a colonização portuguesa era a eleição indireta. Para assumir o regulado o pretendente além de ser escolhido por aqueles que na localidade podiam votar, teria que ser aprovado pela administração colonial, que exigia que este falasse o português ou o crioulo, se não soubesse a língua não poderia assumir o regulado. O documento não esclarece como era feito este processo, não especificava quem podia votar e quem poderia ser votado, apenas enfatizava que os pretendentes a régulo teria que falar o português ou o crioulo.⁹⁷

Este caso pode ser observado na eleição do novo régulo para o Xulame ano de 1920 em que Darampulo foi eleito quase por unanimidade este não pode ficar sendo o régulo porque segundo a administração colonial não falava português nem crioulo conforme despacho do governador Sousa Guerra. “Não confirmo a eleição do ex-Régulo Darampulo para régulo de Xulame por não saber português nem crioulo.”⁹⁸ Com a proibição de Darampulo assumir o regulado, a alternativa apresentada pela administração colonial foi aprovar Namuam o segundo mais votado como régulo do Xulame por falar o crioulo. Como relatado no telegrama do administrador de Canchungo, “Informo que o Indígena Namuam segundo votado, fala Criolo assim como Cancumole.”⁹⁹

⁹⁷ GOVERNO DA COLONIA DA GUINÉ PORTUGUESA. Direção dos Serviços e Negócios Indígenas, Regulção de Xulame, Eleição para régulo. 1920. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09907.088>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

⁹⁸ ADMINISTRAÇÃO DA 4ª CIRCUNSCRIÇÃO CIVIL. Transcrição do despacho do governador. Canchungo, 1920. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09907.088>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

⁹⁹ ADMINISTRAÇÃO DE CACHUNGO. Telegrama nº93. 1920. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09907.088#16>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

4.1- “LOGO QUE O SOL NASÇA, VEREMOS DE QUEM É ESTE CHÃO”¹⁰⁰

M'Bokolo (2011) no texto *África negra história e civilizações* tomo II quando aborda a questão da resistência a colonização europeia em África, diz que esta temática surge como fecunda inovação da pesquisa, tornando-se uma das figuras obrigatórias da historiografia africana.¹⁰¹

Destacou que de acordo com a duração, caráter ideológico/social, econômico e a base geográfica que assentavam, as resistências assumiram diversidade extrema. Levando em conta o tipo de organização política, econômica e social que havia em cada região em período anterior a colonização e também as promovidas pelas novas forças sociais que surgiram como resultado da própria dinâmica do processo colonial.

Artemisa Odila Candé Monteiro (2016) destacou que, um período aproximado de cinco séculos, desde os primeiros contatos em 1446 a 1973, ano da independência da dita Guiné “portuguesa” foram travadas muitas lutas de resistência em reação as pretensões colonialistas de Portugal, eles reagiram ao pagamento de impostos, trabalhos forçados, ao serviço militar, e a obediência às autoridades portuguesas.¹⁰²

Apesar desse longo período a autora enfatizou que as resistências foram fragmentadas, isoladas cada grupo “étnico” ou chefe local adotava sua estratégia para resistirem ao avanço colonial português na Guiné. Alguns régulos escolheram guerrear contra os colonizadores a exemplo os líderes da região de Bissau resistiram ao pagamento do imposto e se lançaram ao confronto armado, por exemplo: O Infali Sonco confederou-se com outros Régulos da região do Cuore e resistiram ao pagamento do imposto.

Outros para preservarem seus domínios fizeram alianças com Portugal como foi o caso do Abdullai líder do povo Fula, ele cedeu seu efetivo militar para

¹⁰⁰ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.82

¹⁰¹ MBOKOLO, Elikia - *África Negra- História e Civilizações* Tomo II, 2011, pp. 380-381.

¹⁰² MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Identidades e resistências à escravidão na Guiné-Bissau: A luta pela soberania nacional*. In *Reflexões sobre a África contemporânea*, vol.6, UFRB, 2016, P 31

acompanhar o exército invasor. Adotou a estratégia de ceder homens para acompanhar o exército português, não saindo ele próprio ao campo de batalha.

Odila Candé enfatizou que aqueles que optaram pela aliança o fizeram acreditando nos benefícios advindos do seu apoio no processo de consolidação colonial. Porém com esses acordos eles tornavam-se reféns dos colonizadores e perdiam a sua soberania nos seus territórios.¹⁰³

Odila Candé destaca que as resistências intensificaram-se em janeiro de 1904 quando foi instituído o imposto de palhota que tinha como objetivo consolidar o processo de domínio da ocupação¹⁰⁴. E para cobrar os impostos os portugueses contavam com os chefes aliados que além de serem isentos do pagamento, ganhavam pelos serviços prestados. Por isso muitos régulos da região resolveram fazer aliança com os invasores.

No diário aparece de forma discreta à ação das mulheres na resistência ao avanço colonial elas não pegaram em armas, mas contribuíram de muitas formas levando informações e desviando alimentos e armas para o povo Papel.

O Tenente Nunes estranhou o fato das mulheres do povo Papel trabalhar no porto de Bissau fazendo o desembarque da alimentação e das armas do exército português. Para ele um fato contraditório, pois a guerra seria contra este povo. Mas no momento da guerra ele pode perceber que elas descarregavam a sua grande maioria para os portugueses, mas desviava material bélico e alimentação para o seu povo.

O Tenente Nunes relatou alguns casos de Régulos que fizeram aliança com Portugal e depois de conquistar seus objetivos se rebelaram contra o colonizador. Temos o caso do régulo Infali Sonco que antes de 1907 era aliado a Portugal. O régulo de Intim enviou grumetes para a campanha no Cuore e na sequência seria o próximo a ser combatido.

¹⁰³ MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Identidades e resistências à escravidão na Guiné-Bissau: A luta pela soberania nacional. In Reflexões sobre a África contemporânea, vol.6, 2016, p.31

¹⁰⁴ MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Identidades e resistências à escravidão na Guiné-Bissau: A luta pela soberania nacional. In Reflexões sobre a África contemporânea, vol.6, 2016, p 32

Na região de Bolama na dita Guiné “portuguesa” o Tenente escreveu no diário o seguinte fato:

Não havia então muito tempo que ali tinha ido uma pequena força, comandada pelo capitão Nazareth, bater um regulo revoltado; e tendo outro regulo que se dizia amigo, pedido ao Governo armas e munições para auxiliá-lo, voltou-se, na ocasião do combate, em favor do inimigo contra a pequena coluna, a qual, não obstante essa contrariedade inesperada, só retirou depois de sustentar nutrido fogo e quando a falta de munições absolutamente a inibia de demora mais prolongada.¹⁰⁵

O Abdul Injai foi um “aliado” do exército português, mas depois que conquistou o Cuore e outras regiões, se voltou contra Portugal e cobrou indenizações e impostos. Esse jogo estratégico dos povos que agiam e reagiam na Guiné prova como era dinâmica as ações dos seus líderes com o objetivo de conquistar ou preservar seus interesses político/econômico.

Portugal no ano de 1908 não era senhor da dita Guiné “portuguesa”. O território em questão passava por um longo processo de invasão, devido à resistência dos habitantes da região alvo do desejo colonial lusitano. Em 1908 várias campanhas de “Pacificação” foram organizadas, mais de oito entre elas a do Cuore e Bissau.

O exército português não possuía as metralhadoras e nem as peças de tiros rápido afamados na época. O seu efetivo não conheciam a região que estavam combatendo, a logística portuguesa era falha e pode ser percebida em vários momentos da campanha desde a chegada à dita Guiné “portuguesa” que a tropa ficou dez dias sem poder entrar em ação porque o navio que os levou para lá foi o mesmo que levou todo o material que seria utilizado na campanha. O Tenente Nunes relatou que era elementar que o material chegasse a Guiné muito antes da tropa, desta forma os soldados não sofreriam tanto desgaste.

Podemos dizer que os marcos estabelecidos pelos textos de Uzoigwe (2010) e Wesseling (1998) em relação a dita Guiné “portuguesa”, não fazem sentido devido

¹⁰⁵ PONTE, Luiz Nunes da. “A campanha da Guiné 1908 breve narrativa”, 1909, p.91

as características do colonizador e do pretense colonizado, um não possuía recursos para efetivar o seu domínio e o outro resistia tenazmente a ação invasora.

O diário da campanha de 1908 não relata o que aconteceu com o Abdullai que forneceu combatentes, tratadores de cavalos e ajudantes para transportar o material português. Porém, Carreira (1994) diz que o régulo do Xime recebeu Badora como preço dos seus serviços, e que ao morrer em 1910 foi realizada uma eleição e Eli filho de Abdullai não foi aceito como régulo porque a sua linhagem era da Guiné francesa e havia praticado extorsões por isso não agradava a população local.¹⁰⁶

Ao analisar a campanha de 1908 no Cuore e Bissau através do diário de Campanha do Tenente Luiz Nunes da Ponte é possível dizer que no ano de 1908 não existia ainda uma Guiné “portuguesa”. Portanto os quadros gerais citados no decorrer deste trabalho apresentam pelo menos neste caso um distanciamento do real em relação a esta região da costa ocidental africana.

Pode-se apontar no mapa da comissão de cartografia de 1906 indicações dos pontos que deveriam ser invadidos por campanhas militares, construções de residências e postos militares com o objetivo de dominar a região que seria transformada na Guiné Portuguesa. Como já mencionei o Tenente Luiz Nunes aponta Bissau e Oio como as principais regiões a serem batidas e subjugadas, entendia o tenente que sem dominar esta duas regiões Portugal não poderia dizer que existia uma Guiné Portuguesa.

Nesta campanha o nome que conquistou fama foi o de Abdul Injai, ele talvez tenha sido o maior beneficiado. Conquistou fama, saiu do anonimato para ser régulo de uma região que servia de rota para o comércio internacional que era explorado não por portugueses, mas, principalmente por alemães e franceses. Assim Abdul Injai projeta-se no contexto da colonização portuguesa.

4.1- A INVASÃO DO OIO

¹⁰⁶ CARREIRA, Antônio “Os portugueses nos Rios da Guiné” (1500 – 1900), Lisboa, 1984, p. 127.

Antes de tratar da invasão do Oio, é preciso esclarecer que esse Oio não é o antigo império de Oyo fundado pelos lorubas que ficava situado entre as atuais Nigéria e Benim. O Oio que foi Alvo da Invasão colonial portuguesa na virada do século XIX para o XX fica na região que atualmente é a Guiné Bissau.

Carreira (1984) descreve o Oio como a “o coração duro por excelência da resistência anticolonial da Guiné.”¹⁰⁷ Para invadir esta região, o capitão Teixeira Pinto disfarçou-se de inspetor comercial Francês. Assim ele percorreu as tabancas de Oio e passou a reconhecer o território a ser invadido. Descreve que de 29 de março a 2 de abril de 1913 os Balantas e Soninquês ao perceberem a movimentação na sua região lançaram repetidos ataques contra os invasores porém tiveram grandes perdas.

Espiões de Abdul Injai que foram enviados ao Oio traziam informações que havia um grande abatimento entre os Balantas, em 14 de abril, alguns grumetes se apresentam em nome de determinados Balantas da margem do Rio Mansoa a informar-se das condições de rendição. A condição imposta foi entregar todas as armas de fogo e pagar um ou três anos de imposto.¹⁰⁸

Em 15 de maio um pequeno efetivo invadiu o Oio e foi emboscado na mata por um forte ataque Oinca, mas conseguiram invadir a tabanca de Cambajo que foi incendiada.¹⁰⁹ O numero de mortos Soninquês não foi informado, mas eles estavam decididamente resistir a invasão colonial armando emboscadas a beira do caminho nas florestas de onde investem contra a marcha invasora. O pequeno efetivo que não levou suprimento para a o seu sustento encontrava na sede um grande obstáculo para implementar a invasão, Porém a 24 de maio ao sul do Oio a tropa foi reabastecida.

Ao norte do Oio, Calvet de Magalhães investe de surpresa e destrói a tabanca de Bafatá do Oio e a partir desta avança sobre mais seis e destrói no período de 23 a 30 de maio. A 26 de maio Teixeira Pinto parte de Cambajo e ocupa Unfarim, do posto de Bissorã levou apenas água e homens de Malam Bá. Carreira diz que Teixeira Pinto “apostou tudo em Abdul Injai, do qual tem as capacidades

¹⁰⁷ CARREIRA, Antônio “Os portugueses nos Rios da Guiné” (1500 – 1900), Lisboa, 1984, p. 144

¹⁰⁸ Ibid. p. 148.

¹⁰⁹ Ibid. p.150

operacionais em estima, como não se encontra em nenhum outro oficial português.”¹¹⁰

A coluna chega a Morés, Carreira diz que ali os invasores encontraram uma resistência tal que fez vacilar os artilheiros europeus e Fulas de Sancorlá, mas em 30 de maio estava batida, destaca que a sede continuava a ser uma questão preocupante. Mais uma vez abastecido pelo Porto Mansoa Teixeira avança para Mansodé tida como a capital da resistência. Os Soniquês armaram emboscadas na estrada que dava acesso a esta tabanca, porém Teixeira Pinto decidiu ir por um caminho a leste passando por Mamboncó que foi tomada.

Carreira destacou que “Mansodé era afamada na Guiné por ser invencível, a tal ponto que os seus defensores se gabavam de não a terem fortificado, bastando os seus peitos para a defenderem.”¹¹¹ O receio era tal que os homens de Abdul Injai recusaram de continuar a marcha temendo o terror dos poderes ocultos e a valentia dos de Mansodé.

Teixeira Pinto e Abdul Injai usaram a estratégia de mexer com o psicológico dos soldados e para isto continuaram apenas os dois a marchar dizendo “que os covardes podiam voltar por trás, porque eu e Abdul íamos morrer em Mansodé.” (Teixeira Pinto, 1915, p.51apud. Carreira, 1984. P.153).

Carreira destacou que embora tenha existido uma resistência enérgica, Mansodé se desfez em fumo em 05 de junho de 1913, tendo assim chegado o fim a campanha ao sul do Oio. Ao norte ataca as tabancas ribeirinhas e a 04 de junho os Soniquês de Biribão, Gindu e Gússará pede cessar fogo e entrega centenas de armas, findando também a resistência ao norte.¹¹²

Em 27 de junho a coluna é dissolvida, Abdul Injai foi indicado por Teixeira Pinto para ser o novo régulo do Oio e promovido a tenente de segunda linha. Carreira aponta os lucros desta campanha aos portugueses que receberam 29.000 escudos de imposto, fora o gado e cavalos que foram confiscados, foram

¹¹⁰ CARREIRA, Antônio “Os portugueses nos Rios da Guiné” (1500 – 1900), Lisboa, 1984, p.152

¹¹¹ CARREIRA, Antônio “Os portugueses nos Rios da Guiné” (1500 – 1900), Lisboa, 1984, p.153

¹¹² Idem.

apreendidas 3.248 espingardas no centro e sul do Oio, 820 em Mansoa, mais de 1200 ao norte do Oio. Não se sabe o número de mortos nesta campanha.¹¹³

Nesta campanha Abdul Injai teve um filho morto, o Major João Pedro Correia de Matos escreveu que Lamini Injai foi ferido de morte quando avançava à frente dos seus homens, ele portava o estandarte português, assim escreveu o major:

Chefe indígena Lamini Injai, guerreiro que desafiava os perigos e deles desdenhavam. Eis que uma bala inimiga o fere de morte. Meio desfalecido, não esquecendo, porém a honra que representava a posse da bandeira, verdadeiro troféu premiado os seus sentimentos de bravura, arrasta-se, num supremo esforço de patriotismo e abnegação, até junto dum soldado e entrega-lhe o estandarte para que ele continue a defendê-lo durante a luta. Preferia deixá-lo em mãos seguras,... do que mantê-lo inerte junto do seu corpo moribundo.¹¹⁴

Assim o nome Abdul Injai é registrado na história da invasão colonial portuguesa na Guiné, e passa ser temido porque o Oio era visto como invencível por vários povos locais e pelos portugueses. Alçado a régulo e tenente de segunda linha Abdul colhe os frutos da aliança com Teixeira Pinto, sem contar as vantagens econômicas obtidas nesta campanha.

O Oio estava batido agora restava o outro bastião da resistência a ilha de Bissau do povo Papel. Outro grande inimigo do avanço colonial, Landerset Simões escreveu que este povo era o inimigo mais destemido da Guiné portuguesa, ocupava a região da ilha de Bissau. Povo aguerrido que não aceitava o domínio português.¹¹⁵

4.2- COLUNA DE OPERAÇÕES CONTRA OS PAPÉIS 1915

Por portaria provincial de 13 de maio de 1915 foi estabelecido estado de sítio e ordenado uma operação contra os Papéis e Grumetes da ilha de Bissau. Tendo

¹¹³ CARREIRA, Antônio “Os portugueses nos Rios da Guiné” (1500 – 1900), Lisboa, 1984, p.158.

¹¹⁴ MATOS, João Pedro Coerreia – Um herói de côr, grande amigo de Portugal. 1962, pp. 2-3.

¹¹⁵ SIMÕES, Landerset. Babel negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné. Porto: Oficinas Gráficas de O Comércio do Porto. 1935, pp.60-61.

como comandante o capitão Teixeira Pinto. A coluna tomou a tabanca de Antula tudo parecia transcorrer a favor de Portugal até que estando a tropa em Jaal o comandante capitão Teixeira Pinto foi ferido e teve que regressar a Praça de Bissau. Em seu lugar assumiu o comando o Tenente Henrique Alberto de Sousa Guerra.¹¹⁶

Até o dia 16 nada foi relatado pelo tenente Sousa Guerra, na manhã do dia 17 de junho às sete horas ele ordenou que 200 irregulares atacassem a tabanca de Entoche, e logo que a tropa avançou mil metros do acampamento foram atacados fortemente pelos autóctones forçando-os a recuar, sendo socorridos pelos soldados da companhia de irregulares comandada pelo Abdul Injai.

Terminado o confronto havia do lado português 10 feridos e cinco mortos, da parte dos autóctones havia um numero muito grande de mortos que foram abandonados no campo, o que não era uma prática local, o seu costume era sempre recolher todos os mortos em combate.

Tendo invadido a tabanca de Jaal os portugueses avançaram para a Tabanca do Contume, os Grumetes e Papéis abrigaram-se entre as palmeiras e atravessaram o ribeiro que se constituía um grande foço natural, porém, Abdul Injai por conhecer a região juntamente com o Tenente Sousa Guerra e seus soldados, contornaram o riacho na sua nascente e os surpreenderam, isto fez que os Grumetes e Papéis buscassem refúgio na tabanca chamada Bór.

Bór foi logo atacada pelos invasores e houve grande baixa para os Grumetes e Papéis, foi apreendida grande numero de armas e munições abandonadas. Em Bór foi estabelecida uma tabanca de guerra sob os cuidados do Chefe Sori Jóio com seus soldados.

No dia 26 iniciou outra marcha para Bejamita era necessário passar por Bissalanca, chegou ao conhecimento português que os Grumetes e Papéis estavam organizados nesta tabanca para resistir a invasão. Previamente avisado

¹¹⁶ GUERRA, Henrique Alberto Souza - Relatório das operações contra os papéis e grumetes em 1915- In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, N14, Vol. IV, 1949.

os portugueses reforçaram os escalões que estavam a frente da marcha e ficaram de reserva as demais forças incluindo a tropa formada por europeus.

Ao chegar a Bissalanca enfrentaram um forte tiroteio, os autóctones recuaram para o mato onde intensificaram o ataque contra os invasores, depois de quatro horas de combate eles abandonaram a tabanca de Bissalanca deixando para trás muitos mortos no campo. Neste episódio foram feitos 129 prisioneiros.¹¹⁷

Em Benjamita o voluntário Carlos Cabral entregou duas comunicações enviadas pelo comandante da Lancha-Canhoneira ao tenente Sousa Guerra que informava que os Grumetes e Papéis sitiaram a tabanca de Bór desde a madrugada de 28 de junho com o objetivo de recuperar o domínio da sua tabanca. Na comunicação informava que a guarda que havia ali permanecido para garantir a posse estava com pouca munição.

Ao tomar conhecimento dos fatos narrados nas comunicações o tenente Sousa Guerra resolveu marchar de volta à tabanca Bór para socorrê-la, partiram em direção a Bór às 14 horas e às 20h30min já combatiam contra os Grumetes e Papéis em Bór que foi reforçada a guarda com os homens sob o comando de Alpha Seilu, em um combate intenso que se encerrou às 22 horas tendo os Grumetes e Papeis recuados.

Com apenas um morto e seis feridos a tropa formada por irregulares conseguiram resistir a investida dos Grumetes e Papeis na tabanca Bór. No período de 29 de junho a 01 de julho as forças de exploração saíram para realizarem o reconhecimento da região e houve apenas pequenos combates e sempre os Grumetes¹¹⁸ e Papeis a recuar. Em 2 de julho o capitão Teixeira Pinto reassumiu o comando das operações.

Conforme o relatório do tenente Sousa Guerra os homens empregados na coluna excederam em coragem, dedicação e espírito de sacrifício as maiores

¹¹⁷ GUERRA, Henrique Alberto Souza. Relatório das operações contra os papéis e grumetes em 1915- In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, N14, Vol. IV, 1949, p.236.

¹¹⁸ Aqueles que haviam convertido ao cristianismo, porém, pertencem ao povo Papel são os mesmos que 1908 lutavam ao lado invasor na campanha do Cuore e outras campanhas, nesta campanha estão defendendo o seu chão.

exigências, e que por isso, julgava ele, serem dignos de maiores louvores àqueles que se destacaram no cumprimento dos seus serviços.

Destacou a participação dos regulares (portugueses) Sargento Antônio Vilaça por ter sido seu fiel auxiliar que cumpriu todas as missões a ele confiadas; o segundo Sargento José Farias por ter ficado na Tabanca de Safim, fazendo a defesa desta tabanca de guerra; os enfermeiros João Batista, Torquato Leandro e Firmino Mendes por mostrarem boa vontade e dedicação nos serviços prestados; e os voluntários Jorge Karam e Carlos Cabral Avelino que serviram como homens de ligação e comunicação das ordens.

E entre os combatentes irregulares destacou a ação do tenente de segunda linha Abdul Injai, comandante dos irregulares, de um entusiasmo guerreiro, comunicativo, segundo Sousa Guerra, “Abdul Injai era a alma daqueles 1600 homens que o acompanhavam! Em todas as ações se houve de forma a confirmar a sua já conhecida valentia.”

Contabilizamos a participação de mais sete chefes de guerra que lutaram ao lado dos portugueses entre eles Alburí Injai, ainda a participação de Mamadu Bá que serviu como guia da coluna de operações. Segundo o tenente Sousa Guerra Mamadu Bá demonstrou muita serenidade e coragem e muito contribuiu para o êxito das operações.

Pelos relatos do tenente Sousa Guerra todos os confrontos que ocorreram nesta campanha foram encabeçados por tropa formada pelos irregulares, que eram comanda pelos chefes que participaram desta guerra como o chefe Sori Jóio e Alpha Seilu, o maior efetivo estava sob comando de Abdul Injai.

Portugal tentou invadir a região dominada pelos Papéis e Grumetes em 1894 e 1908 as duas campanhas fracassaram tendo Portugal que recuar frente a resistência tenaz dos autóctones, mas na campanha de 1915 Teixeira Pinto teve como seu grande aliado o Abdul Injai e seu exército e assim “Portugal” logrou êxito no seu intento de invadir e conquistar a ilha de Bissau.



Abdul Injai em 1915

5-A CAMPANHA CONTRA ABDUL INJAI

O que motivou uma campanha contra o Abdul Injai? Um personagem que conquistou prestígio e fama entre os portugueses? Visto como herói da colonização portuguesa tornou-se régulo do Cuore e Oio. Em muitas batalhas colocou sua vida em risco nas campanhas de ocupação portuguesa na região da atual Guiné Bissau.

Em setembro de 1916, Caetano Barbosa administrador da circunscrição civil de Farim fez a sua primeira visita a Mansabá, e ali reuniu os chefes da região bem como o régulo Abdul Injai. Nesta visita questionou aos presentes se eles teriam alguma queixa a fazer, de imediato recebeu um não unânime, conforme o seu relato ele percebeu que tinham receio de falar algo na frente do Abdul Injai.¹¹⁹

O administrador então enfatizou que: “o régulo não podia aplicar multas, fazer exigências e nem obrigar a trabalhar nas suas lavouras”, só a administração poderia aplicar multas e apenas os trabalhos do governo seriam obrigatórios.¹²⁰

Abdul Injai em novembro de 1916 saiu de Oio e foi para o Cuore e lá ficou até março de 1917 e recusou todas as chamadas do administrador do Geba, que então, emitiu um telegrama ao administrador da circunscrição do Farim, dava contas que o Abdul e seus auxiliares estavam há três meses no Cuore e nenhum deles trabalhava, mas, viviam do que tomavam a força da população da região. Outros abusos eram registrados, moradores expulsos da região e outros foram presos sem motivo, segundo o registro do administrador do Geba.¹²¹

Em resposta, o administrador de Farim lhe dissera que iria intimar o Abdul a se recolher no seu regulado em Oio. No final de março de 1917 novamente o administrador do Geba informa que o Abdul ainda estava no Cuore e solicitava que o administrador de Farim o chamasse de volta para Oio devido o grande número de queixas que havia contra ele.

¹¹⁹ BARBOSA, Caetano. Relatório do administrador da Circunscrição Civil de Farim acerca do régulo do Oio, Abdul Injai, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol.VI, nº 21, 1951, p.92.

¹²⁰ Ibid. p.93.

¹²¹ Ibid. p.93.

Abdul ausentou-se do Oio no período que estava sendo realizado o arrolamento e cobrança do imposto de palhota. Durante o arrolamento a administração civil tomou conhecimento de fatos praticados pelo Abdul e os seus auxiliares e como forma de punir os atos praticados multou Babucar e Alburi Injai.

O capitão-tenente da Marinha Colonial portuguesa, João das Dôres Quadros relatou que Abdul Injai, durante muito tempo, recusou cumprir as ordens emanadas das autoridades portuguesas, sua rebeldia trazia grandes dificuldades a administração colonial e em muitos momentos desacatou as diversas autoridades. Por esse motivo foi ordenada uma campanha contra ele com o objetivo de levá-lo a obediência.

João Quadros ainda apresenta outras acusações contra o Abdul Injai, dizia ele: “Os Jauras capitaneados pelo laiá, que em nome do Abdul impôs uma multa a povoação de Nema de 20\$00 e 5 vacas por terem passado o gado para a margem de Farim, mostrando assim, segundo os jauras diziam, que a referida povoação era contra Abdul, que era dono do chão”.¹²² Ainda acusaram que varias vezes os jauras atacavam e saqueavam os carregamentos das tropas portuguesas.

O Capitão Augusto José de Lima Junior, comandante militar de Bolama, dirigiu-se ao governador da província e informou que há muito tempo o Abdul Injai vinha impunemente praticando todo tipo de desmando e prepotências sem consideração nem respeito pela autoridade administrativa, a ponto de fazer demonstração de poder diante do próprio governador da província quando visitou a circunscrição que o Abdul era o régulo.

Abdul foi intimado pelo governador a comparecer a uma conferência em Mansoá que acabou sendo realizada em Mansabá em caráter reservado porque ele recusou comparecer em Mansôa. O teor da reunião não foi informado ao comando militar de Farim, porém Abdul tornara de domínio público as suas exigências:

- 1- O efetivo do posto de Mansabá fosse reduzido de 84 militares para 32;

¹²² QUADROS, João das Dôres. Relatório da cooperação prestada pela Marinha Colonial nas operações militares contra o ex-régulo do Oio Abdul Injai e sua gente. In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Vol VI, nº 21, 1951, p.56.

- 2- Que retirasse toda força militar de Farim, bem como todos os navios do porto;
- 3- Que todos os auxiliares da região de Bissoram fossem desarmados;
- 4- Que ao seu regulado fossem anexadas as regiões de Tiligi, Binar, Bula, Canchungo e Churo, e os régulos e chefes fossem nomeados por ele;
- 5- Que fosse pago a ele o valor de 40.000\$00 como recompensa do seu trabalho, de ter batido as regiões de Mansôa, Oio, Costa de Baixo e Bissau; e que ainda lhe fosse pago uma porcentagem de 10% sobre o imposto de palhota cobrado anualmente nas regiões referidas. Que só depois de atendidas as suas reivindicações e serem garantidas as suas pretensões por meio de documento assinado pelo governador, ele entregaria todas as suas armas.

Apesar das acusações apresentadas por parte de autóctones e portugueses contra o Abdul Injai a administração colonial portuguesa via-se impotente diante do régulo do Oio. Muitas tentativas de intimá-lo a prestar esclarecimentos foram ignoradas e quando atendia alguma intimação Abdul enviava seu representante, geralmente o seu sobrinho Alburi Injai.

O Governador Ivo Ferreira quando tomou conhecimento dos fatos apenas aconselhou Abdul a parar de praticar tais atos. Antes da visita do governador a Mansabá, Abdul notificou que estaria retirando os seus homens da região do Canhabaque, porém ele continuou praticando os abusos de sempre.¹²³

Na tentativa de diminuir as ações do Abdul Injai, Caetano Barbosa administrador de Farim e o administrador do Geba propuseram ao governador um aumento na participação do valor das multas em favor dos régulos para 50% nas questões apresentadas por eles com o objetivo de evitar a crescente insatisfação, pedido que foi aceito e foi editada uma portaria provincial elevando o valor recebido

¹²³ BARBOSA, Caetano. Relatório do administrador da Circunscrição Civil de Farim acerca do régulo do Oio, Abdul Injai, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol.VI, nº 21, 1951, p.93.

pelos régulos, mas este aumento não fez com que Abdul Injai passasse acatar as demandas europeia.¹²⁴

Em outro telegrama emitido pelo administrador Caetano Barbosa da circunscrição do Farim ao Ministro das colônias, ele informava que seguia para esta autoridade um requerimento do Abdul Injai, a qual o administrador dava o parecer favorável dizendo ser justo o pedido, porém destaca que pagar o valor total solicitado seria um desperdício, porque ele gastaria tudo em espaço curto de tempo.

Caetano sugeria que pagasse ao régulo um valor mensal de trezentos a quatrocentos escudos para sua manutenção e dos seus auxiliares.¹²⁵ Neste telegrama não consta a solicitação do Abdul e nem foi possível localizar em outros arquivos.

Cada vez mais surgiam acusações contra Abdul Injai. Aconteceu que assim que o capitão Espírito Santo regressou para Mansôa, o comandante do posto de Mansabá enviou dois soldados para chamar a lavadeira para ir até o posto militar buscar a sua roupa para lavar, quando regressavam ao posto foram insultados e agredidos pelos homens a serviço do Abdul.

Um soldado foi ferido na testa por um golpe de espada, e o comandante do posto fez insistentes pedidos ao Abdul que apresentasse os autores da agressão, porém, ele recusou apresentar os agressores dizendo que ele mesmo já havia castigado os autores da agressão.

O capitão Augusto narrou que o comandante do posto teve que se curvar diante desta afronta, ainda acrescentou que o comandante teve esta atitude “não porque não via em seus soldados coragem bastante para se atirarem contra aqueles facínoras, mas sim pelo receio que tinha de um revés, pois Abdul ao que se dizia, já contava com mais de 500 homens armados, ele era considerado o terror da Guiné”.¹²⁶

¹²⁴ BARBOSA, Caetano. Relatório do administrador da Circunscrição Civil de Farim acerca do régulo do Oio, Abdul Injai, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol.VI, nº 21, 1951, p.94.

¹²⁵ BARBOSA, Caetano. Telegrama, documento nº 7, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol.VI, nº 21, 1951,

¹²⁶ JÚNIOR, Augusto José de Lima. Relatório sobre as operações realizadas no Oio, contra o régulo Abdul Injai, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Vol VI, nº 21, 1951, p.60.

Abdul impedia que os Oincas se aproximassem do posto de mansabá, e estes foram a Farim queixar-se do régulo, não vendo resolução das queixas prestadas contra Abdul, muitos deles começaram a mandar seus poucos haveres e familiares para Farim, pois eles eram feitos prisioneiros em sua tabanca, Abdul os forçavam a pagarem as multas que lhes eram impostas.

Jancó Dabô, Fodé Jambam e Malam Sanó da povoação de Salquinhé juntamente com Ansu Sanó e Somá Alá de Nema registraram queixas contra Abdul dizendo que foram presos, amarrados e espancados por um grupo de jauras comandados por Iaiá e que em Salquinhé os jauras roubaram 41 carneiros e 8 cabras, que todos foram levados a presença do Abdul. Foi espedida uma intimação para que Abdul Injai restituísse os animais roubados pelos jauras sob seu comando em Salquinhé povoação do Oio.¹²⁷

A resposta dada pelo Abdul foi narrada via declaração do alferes Alonso Figueira, “dos carneiros roubados, Abdul diz que dez estão em Yonfarim e os entrega ao portador. Dos restantes que tem em seu poder, já comeu alguns e só entrega os restantes ao indígena Jancó Dabô, por ser ele o proprietário legítimo do gado”.¹²⁸

Para o capitão Augusto o verdadeiro intento de Abdul era castigar o Jancó Dabô por ter prestado queixa contra ele que era senhor da terra e que em momento algum pensou em restituir o gado roubado.

Ao tomar conhecimento das ações de Abdul Injai o quartel general português ordenou que o alferes José Pinto de Sousa Junior elaborasse um relatório¹²⁹ dos fatos relacionados a rebeldia do Abdul Injai. O relatório traz em ordem cronológica os fatos ocorridos descrevendo as ações do régulo em questão. Aponta que houve assalto a povoação de Salinhotó, e o indígena Malam Sanhá foi conduzido para ser executado pelo próprio Abdul.

Na sequência dois Oincas refugiados no território de Bissoram, foram a Gam-Sambú buscar suas ferramentas agrícolas, estes foram atacados por homens

¹²⁷ Ibid. p.63

¹²⁸ Ibid. p.63

¹²⁹ JUNIOR, José Pinto de Sousa. Relatório apresentado pelo comandante militar de Bissoram. In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Vol VI, nº 21, 1951, p. 90.

de Cherno Sabali que feriu um e o outro foi levado e não se obteve mais notícias. Dias depois deste fato houve novo assalto agora na povoação de Fajonquito saquearam as dezessete casas. Em 2 de julho Cherno Sabali e seus homens atacaram a povoação de Batur, e levaram 36 cabeças de gado.

Outro fato narrado aconteceu em 26 de julho que a força de Cherno Sabali atacou os auxiliares em Gussafari, com o objetivo de tomar uma lancha que pertencia a empresa Salomão Neves & Cia. O alferes José Pinto relatou que a intenção de Cherno era utilizá-la para atravessar o rio e com maior facilidade atacar o posto, porém, não obtiveram êxito porque os auxiliares resistiram o ataque causando baixas ao inimigo. O próprio Abdul Injai dirigiu-se ao posto em Mansabá e registrou queixa informando que o comandante de Bissoram havia matado 40 dos seus homens.

Diante deste cenário o comandante de Mansabá Pedro Vilas Boas sentia-se impotente frente às ações do régulo. Ele escreveu que Abdul Injai insistia em recusar-se ir a Bolama para a conferência com o governador e por causa disto as relações entre o posto e ele estava tenso e se agravou porque houve um roubo de gêneros do comando que aconteceu em Biroque pelo chefe Aliú Injai, e também pelo corte da linha telegrafo de Farim.

Por este motivo Farim, Mansabá e Mansôa estavam em estado de alerta, havia rumores que os rebelados iriam atacar. Em Farim alguns moradores se apresentaram voluntariamente para defender a localidade e passaram a compor a guarda local, cerca de cinquenta homens foram armados com Sniders e outros com Kropatcheks.

Foi ordenada uma cooperação da Marinha Colonial e as tropas em terra. Apressadamente foram providenciadas as embarcações que o capitão-tenente João Quadros chamou de escasso e cansado material flutuante da Marinha Colonial: o Rebocador Bissau, Flexa, Oio e Capitania que foram equipados com material de artilharia de médio e longo alcance.

A tropa de terra avançava em direção a Mansabá e para ocultar o verdadeiro motivo daquela marcha, foi notificado ao Abdul que uma diligência estaria escoltando os carregadores que levavam suprimentos para o posto com o objetivo

de evitar serem saqueados. Mas na verdade a marcha levava alimento e munições para a campanha contra o Abdul. Quando a marcha chegou à povoação do Bironco, a guarda foi recebida por uma força de oposição que impedia a passagem dos carregadores que largaram as cargas ao chão e ameaçaram abandonar a marcha.

Em seguida surgia, à distância, um cabo europeu acompanhado do Alburi Injai, informaram que o Abdul Injai já tinha conhecimento que o motivo da marcha era impedir que a carga fosse saqueada, sendo assim não havia impedimento para eles continuarem, assim o material pode chegar ao seu destino. O plano português de enganar o verdadeiro motivo da condução de todo aquele material teve sucesso.

Essa movimentação portuguesa gerou muita desconfiança, o régulo Abdul Injai percebeu esse movimento. No Oio começou a surgir muitos boatos que gerou muita preocupação para administração colonial.

5.1- RUMORES

Noticiou-se que o Oio seria atacado por forças do governo e que esse ataque viria do lado de Farim, pois chegou ao conhecimento do Abdul que o chefe do posto militar estava comprando pólvora para um régulo do lado de Farim para combater contra ele.

Logo que o posto militar e administrativo de Mansabá tomou conhecimento desta notícia tratou de informar ao Abdul para que ele não acreditasse, pois, isto, não passava de boatos e ele mesmo notificasse a população para não dar crédito, porque a população do Oio não havia feito nada para que existisse um plano de ataque por parte do governo.

A seguir houve a expulsão do tenente de segunda linha Mamadu Sissé da região da Costa de Baixo. Este acontecimento fez com que Abdul Injai cercasse toda a tabanca com pau sangue, carvão e outras madeiras resistentes, esta fortificação entre os nativos é chamada de tabanca de guerra, entendia ele que seria o próximo a ser atacado.

Mais uma vez o boato de que os portugueses estavam fornecendo arma e pólvora a um régulo dos lados de Farim ficava em evidência e o entendimento que

a qualquer momento Oio seria atacado por este lado. Fato que o comandante do posto de Mansabá não pode averiguar por não poder sair da sua posição. Disse ele que o próprio Abdul era quem espalhava este boato, porque, “só ele é capaz de semelhante infâmia e de muito mais para conseguir os seus fins”.¹³⁰

O comandante do posto em Mansabá entendia que com essa atitude o Abdul Injai estava experimentando os oincas para saber se poderia contar eles. O seu desejo era despertar a desconfiança dos oincas contra o governo e fazer a população confiar nele. Disse ainda que tudo não passava de uma estratégia, pois ele é inteligente e conhecedor de todo o Oio e sabe que os oincas só lhe tem medo e não amizade e que por esta razão ele iniciou esta nova política para levá-los a acharem que estão ameaçados de serem atacados.

Apesar dos portugueses negarem que pretendiam atacar o Oio, não deixava de ser verdadeira a intenção de atacar o Abdul Injai. O governador Duque já havia expressado para Caetano Barbosa que um régulo amigo de nome Alfá era capaz de bater o Abdul e em troca seria lhe dado o regulado do Oio.

Já havia apontado o momento do ataque que deveria ser depois de cobrar o imposto de palhota que naquele ano havia aumentado o seu valor para o dobro do cobrado anteriormente. Sendo assim o boato não era de todo boato e estrategicamente Abdul explorou criando uma instabilidade na administração diante da população local.

O governador emitiu em outubro de 1918 um telegrama no qual escreveu que leu todo o auto contra o régulo Abdul Injai e havia resolvido ouvir os chefes da povoação sem a presença do régulo e mandou o administrador fomentar em Oio indisposição contra o Abdul com o objetivo de preparar boa aceitação da sua deposição. Informou ainda que já havia conversado com antigos amigos e auxiliares como Mamadu Sissé que no entendimento do governador havia se tornado inimigo do Abdul Injai.

Por sua vez Caetano Barbosa respondeu ao governador que Mamadu Sissé era capaz de trair qualquer acordo do que representar prejuízo a Abdul Injai de

¹³⁰ BARBOSA, Caetano. Documento nº 14. Injai, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol.VI, nº 21, 1951, p.107

quem era íntimo, pois era casado com a filha do régulo do Oio, ainda o alertou que era possível que Mamadu já tivesse dado conhecimento da conversa que teve com o governador.

Na avaliação do administrador a preocupação do governador em preparar a comunidade para depois destituí-lo com medo da reação oinca era desnecessária, pois a população do Oio receberia de forma positiva a deposição do régulo Abdul, porque a população não o via como amigo, e se chegou até o governo notícias que os oincas se rebelariam contra essa decisão, isto era invenção do Mamadu Sissé.

O governador então notificou o administrador Caetano que em novembro visitaria a região do Farim para reunir os chefes da povoação sem a presença do Abdul. Ordenou Caetano convocar Abdul para deslocar a Bissau para encontrá-lo, mas era para marcar data posterior a sua saída de Bissau para não encontrá-lo ali onde ele (governador) já havia deixado ordens de não o deixarem retornar ao Oio sem o seu retorno da viagem.

Depois destes fatos o régulo Abdul Injai adotou medidas extremas. Caetano Barbosa informou ao governador que na noite de 19 de dezembro de 1918 o Abdul invadiu o posto militar acompanhado de mais de cinquenta homens armados dizendo que Balantas haviam roubado suas mulheres e em seguida fugiram em direção a Cotiá região de Mansôa. E para persegui-los solicitava guia da administração, que atendeu o seu pedido.

Essa solicitação talvez fosse para disfarçar seu objetivo com a guia ele podia transitar livremente pelas autoridades portuguesas com seus homens armados sem ser incomodado, pois ele descobriu que no início do mês de janeiro o administrador iria iniciar a cobrança do imposto de palhota.

Em três de janeiro de 1919 dois dias antes de iniciar a cobrança do imposto por parte de Portugal, Abdul Injai dirigiu-se para Tambato povoação que margeia o rio Farim e lá impôs a população uma multa de cinquenta escudos, quatorze vacas e trinta escudos. Logo em seguida deslocou para Nhamburam e ali ordenou que alguns indígenas fossem amarrados e exigiu dinheiro.

Ainda em Nhamburam enviou mensagem para os oincas com as mesmas exigências, fato que os oincas recearam em prestar queixas por não confiar que os portugueses fossem tomar providências contra o Abdul Injai. Quando o administrador chegou a Tambato que mandou avisá-lo da sua chegada, o régulo só respondeu a sua mensagem, por intermédio de Alhuri Injai, seis dias depois informando que estava doente.

Para o administrador esse comportamento do régulo soou como uma afronta, rebeldia, e que a sua paciência havia esgotado e solicitou medidas enérgicas por parte do governador, além disso, colocou seu cargo a disposição se nada fosse feito.

Abdul Injai em toda a região passou a extorquir, violentar mulheres, confiscar gados, prender aqueles que se recusavam a obedecê-lo. A população já não buscava prestar queixas por não ver ação por parte dos portugueses, passaram a abandonar suas terras e passar para o território francês.

Os portugueses a todo o momento noticiavam ao Governo colonial os acontecimentos, porém declarava não terem força para obrigar o régulo Abdul Injai devolver o que havia tomado da população e nem para combater contra ele “o terror da Guiné”.

O governador intimou Abdul Injai a comparecer em Bissau o que este respondeu não poder ir porque estava doente e enviou seu sobrinho Alhuri, que ignorou a presença do administrador civil Caetano Barbosa que só o cumprimentou depois de ter sido atendido pelo governador.

Caetano Barbosa então se dirigiu ao gabinete do governador para tomar conhecimento do que havia se passado e recebeu apenas a resposta de que o governador havia colocado o Alhuri para correr dizendo que precisava falar com o Abdul.

O fato é que o governador omitiu que havia enviado uma carta ao Abdul dando-lhe um prazo de 15 dias para que este se apresentasse em Bolama, senão, ele mandaria buscá-lo. O governador omitiu a existência desta carta ao administrador Caetano Barbosa.

O governador Duque recebeu a resposta do telegrama enviado pelo secretário de Farim este dizia que Abdul Injai respondeu dizendo: “que fôra deportado uma vez e que agora só a fogo”.¹³¹ Quando tomou conhecimento da existência desta carta Caetano alertou o governador dizendo: “que quando uma autoridade intima o gentio com prazo fixo, deve ter pronta a força suficiente para obrigar o intimado a cumprir a intimação”. Ao perceber a situação entendia Caetano que não haveria alternativa para dar solução a questão a não ser com a guerra.

O governador Marinho manda informar via telegrama ao administrador Caetano que o Abdul Injai estava entregando suas armas em Caranque-Cunda, levando o administrador acreditar que este estava obedecendo as intimações do governo colonial depondo as armas. Que seria o cenário ideal para os portugueses, pois esta atitude estaria a evitar a guerra.

Esta notícia logo foi desfeita com a chegada de um telegrama do administrador do Geba Calvet de Magalhães que cobrava providências contra o régulo, o telegrama informava que Abdul Injai havia roubado as armas dos indígenas no Cuore, armas que foram fornecidas pelo governo português.

O hábil Abdul Injai jogou com Administração portuguesa ao ponto de tomar da população as armas que haviam sido distribuídas pela Administração portuguesa para que eles, os autóctones, pudessem defender-se das investidas do Abdul, e entregar essas armas como se dele fossem e que por isto estava de desarmando.

A ação portuguesa em armar a população contra o Abdul não surtiu o efeito esperado de conter a ação do régulo naquela região, ainda gerou desconforto entre Calvet de Magalhães e Caetano Barbosa, este último frisou que o senhor Calvet havia informado ao governo central a entrega das armas por parte do Abdul e era este mesmo que agora cobrava providências contra o régulo do Oio por causa do roubo das armas da população e que foi recebida por ele como sendo arsenal inimigo.

¹³¹ Documento nº 26, documentos sobre a campanha contra Abdul Injai, in Boletim Cultural da Guiné portuguesa. Nº21, Vol VI, P 114.

Depois deste fato vários telegramas dão conta das ações do Abdul que depois de falsear o seu desarme continuou a prender os grandes da região de Gendú Gussarádin, cobrando altos valores, animais e grãos. A situação tomava grandes proporções, o sargento do posto militar foi desacatado por juras a serviço do Abdul, e este considerava que estava correndo risco de ser atacado a qualquer momento e pedia reforço para o posto.

O régulo do Oio mandou uma força de seus auxiliares a estrada de Biroque onde havia um posto comandado por um sargento com trabalhadores para intimidá-los a abandonar o serviço. O sargento resistiu à ordem, porém desarmado foi aconselhado por outros e teve que abandonar o local.

Depois das ações de adquirir armas, extorqui a população do Cuore exigindo resgates em dinheiro, animais, grãos e de ter terminado a construção da tabanca de guerra Abdul Injai recolheu as mulheres e os juras transportando suas espingardas embrulhadas e ali ficando concentrados. Essa atitude mostra que toda a ação do régulo foi planejada com o objetivo de preparar-se para a guerra contra Portugal.

A documentação analisada aponta um Abdul extremamente agressivo, faz graves acusações contra o régulo do Oio, mas essas acusações só surgem no momento em que ele deixa de acatar as ordens portuguesas. Os relatórios e telegramas analisados parecem mais fazer uma propaganda depreciativa com o objetivo de preparar tudo para uma guerra.

Até 1915 não havia esse tipo de ação contra o Abdul Injai, muito pelo contrário até 1915 ele era visto como uma grande figura da ocupação colonial, grande auxiliar de Teixeira Pinto e Muzanty. Abdul destacou-se nas várias campanhas que lutou de tal forma que foi promovido a tenente de segunda linha, recebeu os regulados do Cuore e Oio como reconhecimento do serviço prestado a Portugal.

O régulo era respeitado pelas autoridades portuguesas que recorria a ele nas várias frentes de batalha para concretizar a invasão na região da dita Guiné “portuguesa”. Essa visão de destaque e heroísmo de Abdul Injai deixa de existir a

partir de 1916 quando ele começa a atrasar e até mesmo recusar o pagamento do imposto de palhota. Então começa a surgir várias acusações contra o régulo.

Outra questão é perguntar por que os portugueses levaram três anos para agir efetivamente contra o régulo já que Portugal era o “defensor” da população do Oio. É possível que neste período os portugueses tenham desejado desgastar a imagem que o Abdul construiu dentro da Guiné, os relatos dos comandantes dos postos apontavam que o Abdul era visto pelos portugueses como o terror da Guiné, que em todas as campanhas Portugal dependeu de seus soldados. Um dos telegramas traz a preocupação do governador em iniciar uma campanha difamatória a fim de preparar o terreno para depor o régulo Abdul Injai que o próprio Caetano acha desnecessária visto que a população oinca não gostava do régulo. Essa questão parece óbvia, porque o Abdul Injai para eles representava a opressão da invasão colonial, afinal os combates que derrotaram as forças do povo de Oio foram os Jauras capitaneados pelo Abdul Injai.

O que salta aqui e é estranho que Portugal só viu esse Abdul Injai tirano, ladrão e assassino depois que ele se volta contra o sistema não aceitando ser submisso ao controle português, e nesse período de três anos os portugueses se prepararam para destituí-lo do regulado.

5.2- ESTADO DE SÍTIO

Em 15 de julho de 1919 o Governo declarou estado de sítio, e nomeou o capitão Augusto José de Lima Junior comandante geral militar de Farim, Bissoram e Balantas. O início da campanha contra Abdul Injai foi em 01 de agosto de 1919, para esta campanha o efetivo era composto por cerca de 50 militares europeus e 500 soldados indígenas e mais 57 carregadores.

Em 27 de julho os soldados a serviço de Abdul Injai atacaram os soldados portugueses e feriram um auxiliar que faleceu em seguida, o objetivo do ataque era tomar posse de uma lancha que estava carregada de produtos.

Em 30 de julho um grupo de carregadores foi atacado na povoação de Bironque, Bancar Sedibé conseguiu escapar e informou o acontecido ao comando de Farim que tentou comunicar o ocorrido ao posto de Mansabá por meio do telefone, mas não obteve êxito porque a linha já havia sido mais uma vez cortada. Com estes ataques parecia que Abdul Injai buscava se abastecer de suprimentos para resistir ao cerco português.

Na tarde do dia 31 de julho um dos soldados de Abdul marchou em direção ao posto com arma em punho, logo os soldados do posto chamou reforço e abriram fogo contra o jaura e devido este fato convocaram a comparecer ao posto Alburi Injai sobrinho do Abdul.

Alburi Injai foi informado que se qualquer um dos homens do Abdul Injai saíssem armados em direção ao posto seriam feitas três advertências e se estes não obedecessem seria preso e se resistisse abriria fogo contra ele, porém o alferes Figueira foi mais contundente dizendo: “Alburi! Vai dizer ao Abdul que amanhã o primeiro de seus homens que aparecer com arma na mão, será fuzilado”.¹³²

Logo o alferes Sousa telegrafou para Bissoram solicitando reforço diante da ameaça aberta que o alferes Figueira fez ao Abdul, temendo um ataque imediato do Abdul Injai contra o posto. Às 21 horas Abdul Injai ordenou o toque do tambor de guerra e reuniu em sua tabanca de guerra todos os seus aliados com exceção de Cherno Sabali que ainda estava em Bissancage.

Nesta noite foi realizada uma reunião onde ficou definido que no dia seguinte o primeiro soldado que saísse do posto e ultrapassasse o arame farpado era para atirar contra este, informação esta levantada pelo serviço de espionagem. Este fato nos leva a entender que entre os homens do Abdul Injai havia um ou mais agentes duplos que levavam as informações para o lado português.

¹³² BÔAS, Pedro Vilas. Relatório do Comandante da diligência a Mansabá, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Vol. VI, Nº 21, 1951, P.76.

Parecendo não dar crédito a ameaça do alferes Figueira na manhã do dia 01 de agosto saiu da tabanca de guerra do Abdul, um jaura com uma arma longa ao ombro em direção ao posto. O soldado que estava no posto de sentinela ao ver a movimentação do jaura chamou reforço e abriu fogo contra ele que fugiu ao segundo disparo.

Pouco depois relatou o comandante do posto que saía da tabanca de guerra mais de cem homens entre eles os principais chefes do Abdul que ficaram a cerca de 300 metros do lado norte do posto. Outro grupo com mais de 200 ocuparam o lado sul do posto, escondidos no milharal e palhotas próximas ao posto e outro numero não estimado pelo posto ficaram em frente o poilão próximo da tabanca de guerra.

Na tarde de 01 de agosto chegou ao conhecimento do capitão Augusto José a informação que o posto de Mansabá estava sob intenso tiroteio, ao chegar a Demba-Só o capitão encontrou os auxiliares que haviam partido de Bafatá que estavam ali aguardando o raiar do dia para se aproximarem do posto.

Estavam em posse de uma carta do comandante do posto de Mansabá que pedia socorro informando que estavam sem cartucho, que o alferes Figueira estava ferido com gravidade e dois soldados também feridos e um morto. Ao ler a carta o capitão desabafou dizendo:

Escusado é dizer o desespero e mágoa que se apoderam de nós nesta altura. Estando próximos de Mansabá e ouvindo distintamente o tiroteio, eram 3 horas, não nos foi possível continuar a marcha porque os auxiliares não se prestavam a acompanhar-nos com receio de que o posto fizesse fogo sobre nós, no que sem dúvida tinham alguma razão.¹³³

Às 5h30min contando com um reforço de 124 auxiliares o capitão Augusto avançou em direção ao posto de Mansabá e quando se aproximava do posto foram atacados por um vivo tiroteio que partia dos jauras que estavam emboscados no mato e nas palhotas ao longo da estrada de yonfarim.

¹³³ JÚNIOR, Augusto José de Lima. Relatório sobre as operações realizadas no Oio, contra o régulo Abdul Injai, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Vol VI, nº 21, 1951, p.67.

Mesmo embaixo deste ataque o reforço conseguiu chegar ao posto e foram recebidos com grande entusiasmo. Que logo passou devido a crescente investida inimiga, que fez com que apenas dez minutos depois um auxiliar do lado português fosse vitimado.

Em seguida chegou a notícia que o Alferes figueira havia falecido. Mais um auxiliar foi atingido na cabeça e faleceu horas depois, com esta sequência de baixa, os auxiliares Mandingas, Grumetes e Oincas ficaram receosos e desanimados. Este estado de espírito desestabilizava os combatentes que a qualquer sinal do inimigo disparavam desenfreadamente as suas armas levando o desperdício de munições e causava preocupação aos portugueses que sabiam que não tinham munições suficientes para resistirem o ataque por muito tempo.

Ao perceber esta situação o capitão Augusto determinou que só as praças respondessem ao ataque inimigo até outra resolução, as praças correspondiam aos soldados europeus. E determinou que uma força saísse do posto para destruir o milharal e assim expor o inimigo.

O Comandante do posto Vilas Boas como se de nada soubesse relata que o intento do Abdul era chamar a atenção deles com os mais de 200 homens entre o milharal enquanto a outra parte que ficou na posição norte viria à retaguarda e incendiariam o posto. Ele enfatizou que:

Os seus movimentos, porém, não nos iludiram, antes despertaram mais atenção, sendo o nosso primeiro tiro justamente para o grupo de homens que se achavam postados no caminho de Yonfarim, com o canhão de 37 mm. A distância de 400 metros. Este tiro foi feito pelo sargento Domingos de Sousa Amorim, foi de tão eficaz resultado que, segundo confissão do próprio inimigo, matou 14 homens, afora os que ficaram feridos.¹³⁴

Este embate durou até às 19h momento que os jauras buscaram refugiarem-se na tabanca de guerra, porque a estratégia de ataque havia sido descoberta, deixaram para trás mais de 70 corpos no campo coisa que eles não faziam, pois sempre recolhiam os seus combatentes que tombavam.

¹³⁴ BOAS, Pedro Vilas. Relatório do comandante do posto militar de Mansabá. In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol. VI, nº21, 1951. p.78.

Este ataque não parece ter sido obra da percepção bélica portuguesa, lembramos que havia espião infiltrado na reunião que o Abdul Injai fez com o seu exército para definir a estratégia de ataque. Essa questão ficou evidente no relatório do comandante da operação que ele sabia exatamente qual foi a estratégia adotada pelo régulo Abdul Injai.

Na sequência do ataque aos jauras no milharal que os impeliu a recuar até a tabanca de guerra, ouviu-se um vivo tiroteio vindo da estrada de Mandabá-Mansôa, era o reforço de 277 homens comandados pelo alferes Alberto Soares destes apenas 53 eram europeus, o restante era formado de irregulares.

Durante todo o dia muitos Oincas compareceram ao posto oferecendo-se para lutar contra o régulo Abdul Injai, porém esses homens não foram utilizados porque os portugueses não dispunham de armas e munições para armar esses voluntários.

Observamos que o número de portugueses envolvidos nesta campanha era quase dez vezes menor que o número de Oincas, Grumetes e Mandingas, mesmo assim o alferes Soares escreveu que pelo fato das campanhas anteriores serem quase sempre desempenhadas pelo Abdul Injai e seus homens, estes desconheciam o valor das armas portuguesas.

A declaração do alferes Soares não corresponde aos fatos ocorridos nesta campanha, pois, a grande maioria dos combatentes continuava sendo de povos da região em questão e em todos os combates eram estes que estavam à frente invadindo e tomando as tabancas, como sempre ocorreu nas campanhas portuguesas na região da dita Guiné portuguesa.

O que mudou em 1919 foi que a guerra era contra o maior aliado da empresa colonial portuguesa Abdul Injai. Portugal passava a contar nesta campanha com outros aliados para destituir o régulo do Oio.

O ataque português trouxe muitas baixas ao exército do Abdul, na noite do dia 2 para o dia 3 de agosto não houve nenhum disparo feito pelos jauras contra o posto, ao romper da manhã quando os portugueses preparavam-se para uma última investida contra Abdul, e feitos alguns disparos de canhão contra a tabanca

de guerra, viu-se uma bandeira branca improvisada e na sequência uma segunda na casa de Alhuri Injai.

Cessado o fogo caminhava uma criança empunhando uma bandeira branca e com ele um homem indo em direção ao posto português, os alferes Vilas Boas, Trindade e Soares saíram a porta do quartel e reconheceram que o homem era Alhuri Injai que se dirigia ao posto para comunicar a rendição de Abdul Injai e todo o seu exército que ainda estava dentro da tabanca de guerra.

O balanço que pode ser feito após a guerra é que o Abdul Injai antes do início da guerra contava com cerca de 650 homens sob seu comando, e em um período que compreendeu de 27 de junho a 06 de agosto de 1919 morreram 250 homens, presos e feridos que ficaram nas mãos dos portugueses 152 homens.

Na relação dos mortos os portugueses destacaram os chefes de guerra e homens influentes no regulado de Abdul Injai foram eles: Braima Jufo, Samba Culubali, Ali Injai, Lai, Sarim Sissé, Sadimbó, Jaboi, Cherno Drame e Malam Camboré que tinha alcunha de Nhabali.

Presos e feridos o próprio régulo Abdul Injai que perdeu o seu regulado, Cherno Bocar, Iaia, Abdulai Dama, Brama Tunundim, Mossori Bomdimba, Sanordam, Samba Fula, Iorandim, bocari Jau, Bori Danjó, Mamadu Bei, Abdul Cumba, Bocari Fodé, Alfa Umarú, Jam Sará, Assau A e Mamadu Umbaro.

Os combates duraram apenas 48 horas e o régulo Abdul Injai foi vencido porque os seus planos de ataque foram descobertos. Portugal cantou a vitória, porém a maior parte dos soldados era das terras de África e não europeus, característica que em toda a história do colonialismo português é observada.

Os lusitanos na grande maioria ficavam aquartelados enquanto os combates eram travados pelos nativos de África, poucos europeus envolviam-se diretamente nos conflitos. Geralmente tomavam parte o comandante da expedição e alguns outros oficiais e praças.

A campanha contra o régulo Abdul Injai em 1919 também se enquadrou neste modelo, sempre o efetivo português foi diminuto em comparação ao efetivo dos irregulares (forma como eram chamados os soldados não europeus).

O relatório do Banco Nacional Ultramarino informa que houve centenas de mortos da parte do régulo Abdul Injai e que estas mortes não foram causadas apenas pelos disparos da artilharia, mas estes foram decapitados pelos auxiliares e pelo gentio que vinha sofrendo os rigores da gente do régulo preso.¹³⁵ Este relato deixa a entender que depois da rendição foram decapitados pela população oinca com consentimento de Portugal.

Fim dos combates, todas as palhotas que estavam a oeste da estrada de Mansôa e a mesquita do Abdul Injai foram queimadas em sua presença como punição ao régulo destituído, apenas a sua tabanca foi poupada de ser destruída a fogo por causa do grande número de crianças, mulheres e feridos que estavam no seu interior, mas o relato do chefe do posto de Mansabá diz que os Mandingas estavam demolindo e reaproveitando as palhas para reedificarem as suas residências, porque perderam tudo durante a guerra, porém estavam satisfeitos de ter chegado ao fim o jugo tirânico de Abdul Injai, assim dizia o relato português.¹³⁶

Ao prenderem Abdul Injai e seus soldados foi dada por encerrada a campanha contra o régulo. Os prisioneiros foram divididos em dois grupos um grupo com 51 presos foi levado para Mansôa escoltado pelo Alferes Soares, o segundo grupo com 43 presos que levavam mulheres e crianças seguiu para Farim.

Neste grupo estava o régulo Abdul Injai, o relato português diz que a população ao ver o régulo preso tentou linchar e falavam o seguinte: “muito bom, muito bom. Aqui mesmo onde fizeste demonstração de força com tanta gente armada, vens agora mostrar a tua fraqueza, cobarde!”¹³⁷

Talvez a população tenha expressado esse sentimento, porque Abdul Injai foi aquele que invadiu e ocupou o território oinca, visto que Portugal não tinha efetivo nem condições de ocupar o território invadido. O território do Oio era visto como uma região impenetrável antes da campanha de Teixeira Pinto e após a invasão que derrotou o exército local assumiu o regulado o Abdul Injai, então para

¹³⁵ GERENCIA DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO – doc. nº 71, reservado.

¹³⁶ BOAS, Pedro Vilas. Relatório do comandante do posto militar de Mansabá. In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol. VI, nº21, 1951. p. 82.

¹³⁷ JUNIOR, Augusto José de Lima - Documentos sobre a campanha contra Abdul Injai, p70

eles que tinham em sua memória a imagem daquela campanha a saída do Abdul Injai pode ter sido vista de forma positiva.

5.3- O AGENTE DUPLO

Ao ler a relação dos mortos, dos presos e feridos um nome que durante todo o processo de negociação que culminou na guerra não aparece. Observamos que Alburi Injai um homem que serviu de mediador durante todo o processo de negociação entre o régulo Abdul Injai e os portugueses, não figura em nenhuma das três relações mortos, presos ou feridos. Ele era o homem de confiança do régulo Abdul, todas as vezes que o régulo do Oio necessitava de reportar-se aos portugueses era o Alburi Injai quem o representava.

Pedro Vilas Boas comandante do posto de Mansabá descreve Abdul Injai como um homem vaidoso com mania de grandeza e de mando, deixava transparecer para aqueles que não o conhecia, ser um homem sério, de razão, porém era um mentiroso vulgar, falho de inteligência, que estava rodeado de uma quadrilha de bandidos afeitos a pilhagem. Após desenhar a caricatura do Abdul e seus soldados ele se refere a pessoa do Alburi Injai dizendo:

Há, porém neste meio corrupto de infâmias e latrocínios, uma pessoa única que eu julgo ilibada de todas as responsabilidades. É Alburi Injai, alferes de 2ª linha e sobrinho do Abdul.¹³⁸

Este homem, com quem tratei de perto desde 18 de junho findo, foi sempre da máxima sinceridade e correção para comigo e toda a gente do posto. Respeitador das ordens do Governo, era no meio de Abdul um revoltado, negando-se terminantemente a pegar em armas contra a nossa autoridade, o que uma noite lhe valeu, além do lábeu de cobarde, o epíteto de vendido ao governo e receber dinheiro do comando de Mansabá.¹³⁹

¹³⁸ BOAS, Pedro Vilas. Relatório do comandante do posto militar de Mansabá. In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol. VI, nº21, 1951. p. 83.

¹³⁹ Ibid. pp. 83-84

De tudo isto fui informado no dia seguinte, pelo serviço aqui montado, pondo-nos ao corrente de todas as resoluções tomadas debaixo do poilão de Abdul.¹⁴⁰

A forma como o comandante procura referir-se a Alhuri Injai demonstra uma intenção clara de protegê-lo contra penalidades que este poderia receber com o fim da guerra, este relato deixa evidente a postura do Alhuri no contexto dos conflitos que cercam Abdul e os portugueses, essa descrição o deixa em posição de destaque como aquele que seria até mesmo capaz de assumir o regulado.

Pedro Vilas Boas o denota como homem de conduta ilibada, de máxima sinceridade e correção para com ele e todos do posto de Mansabá, e ainda mais respeitador das ordens emanadas do governo português.

Há indícios no relatório do comandante do posto que Alhuri Injai seria o agente duplo, aquele que levava as informações de tudo que era decidido nas reuniões do Abdul Injai, neste relatório além das acusações que recaiam sobre o Alhuri, ele diz que a desconfiança por parte do régulo do Oio crescia cada vez mais, ao ponto de Braima Jufo querer proibir Alhuri de ir sozinho ao posto militar de Mansabá, outra decisão de Abdul foi passar fazer reuniões secretas no dia 1 de agosto, tanto que segundo Vilas Boas no inicio da guerra Alhuri Injai não estava com o seu tio Abdul, ele alegou estar em sua casa.

E que quando estava a tomar banho foi alvejado na perna por um disparo vindo do lado português, que de imediato foi ao encontro do seu tio e chegando à tabanca de guerra foi tratado como um estranho, que apenas no dia 3 de agosto foi solicitado a sair com a bandeira branca em direção ao posto militar português para negociar a rendição.

O comandante Vilas Boas ainda arrola em seu relatório as declarações de dois chefes mandingas que pediram-lhe para que não se fizesse dano algum a Alhuri Injai, pois, nunca receberam agravo algum por parte deste. O comandante ainda acrescentou que: “por amor a verdade, o que se me oferece dizer, sendo tão

¹⁴⁰ Ibid. p.84.

justo nas acusações dos criminosos como na defesa dos inocentes”.¹⁴¹ Mas o único inocente que ele defende em seu relatório é Alburí Injai.

Vilas Boas parece apenas cumprir a sua parte em um possível acordo com o Alburí, em seu relatório ele aponta que tomava conhecimento de tudo que era decidido embaixo do poilão do Abdul Injai, pelo “serviço aqui montado”, esse serviço refere-se à espionagem, alguém infiltrado no lado inimigo. Apenas os chefes e homens de confiança participavam das reuniões do Abdul Injai. Por tanto estas informações só poderiam vir de alguém muito próximo ao régulo do Oio.

Outro ponto importante a ser considerado é que a nenhum soldado português é feita referência a esse serviço nos vários relatórios que tratam desta campanha. Nenhum outro nome de soldado que estava com o Abdul Injai a não ser do Alburí Injai é feito tal descrição como aparece no relatório do comandante do posto de Mansabá. Não há relato de que tenha existido desconfiança por parte do régulo do Oio de outro integrante do seu exército a não ser de Alburí Injai.

5.4- CONDENADO AO DEGREGO

Amadeu Nogueira escreveu que de Farim, Abdul Injai foi escoltado junto com outros prisioneiros para Bolama aonde chegou em 16 de agosto de 1919, e que ali recebeu a sentença de deportação para Moçambique, porém quando estava em Cabo Verde aguardando o transporte para o seu degredo, solicitou do governo da Metrópole e conseguiu que o deixasse na ilha.¹⁴²

Mas o relatório da gerência do Banco Nacional Ultramarino, de 25 de agosto de 1919, que foi classificado como documento reservado, diz que depois da prisão do régulo Abdul Injai seguiu um movimento político capitaneado pelo major médico Francisco Regala que persuadiu alguns membros do conselho votarem contra a

¹⁴¹ BOAS, Pedro Vilas. Relatório do comandante do posto militar de Mansabá. In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol. VI, nº21, 1951. p. 84

¹⁴² NOGUEIRA, Amadeu. Figuras da ocupação Abdul Injai- In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Vol. IV. Nº13,1949. p.58.

expulsão alegando que o régulo deposto fosse submetido ao julgamento dos tribunais.¹⁴³

Esta formalidade faria com que o processo de expulsão se arrastasse por muito tempo e que segundo a gerência do Banco Nacional parecia ser este o intuito do major que fazia isto por questões políticas contra o governador.

O major Regala conseguiu que o conselho votasse por maioria que o régulo permanecesse na colônia e fosse entregue aos tribunais. Esta votação causou alarme no comércio, porque conforme a gerência do Banco Ultramarino, a permanência do prisioneiro era uma repetição de fatos ocorridos e um incitamento para outros régulos.

Em uma segunda reunião do conselho do Governo em sessão deliberativa, havendo nova votação decidiram expulsar da colônia por 10 anos o ex-régulo Abdul Injai. Mais uma vez fica evidente que o comércio é um dos fatores principais que desencadeia tais ações de guerras, destituição de régulos e etc..

É necessário que se entenda que quando o documento fala sobre o comércio não se trata de comércio interno e nem da relação comercial Guiné - Portugal, aqui é a pressão do comércio internacional que faz com que o assunto voltasse a pauta de votação e o régulo deposto fosse condenado a expulsão da colônia.

Este documento contradiz a informação de Amadeu Nogueira segundo o qual Abdul foi condenado à deportação para Moçambique, no documento reservado do Banco Nacional Ultramarino diz que por proposta do Governador, Abdul foi condenado a cumprir a pena na Ilha da Madeira. Os conselheiros do régulo deposto foram condenados e levados para cumprir em Angola.

Esta foi a segunda condenação ao degredo de Abdul Injai, a primeira ele foi condenado conforme fala Pélissier (2001) em sua obra diz que Abdul Injai e seus homens atacavam caravanas vindas do Senegal e teria atacado casas francesas em Temanto e Banbadinca e que esses ataques geraram protesto do administrador

¹⁴³ GERÊNCIA DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, Guerras, Bolama, 1919.

de Sedhiou, que levou a prisão no Geba em 1906, condenado pelo governador Muzanty, teve como pena a deportação por um ano e meio para São Tomé.¹⁴⁴

Porém não chegou a cumprir toda a pena porque recebeu o indulto do príncipe real D. Luiz Filipe que estava em visita as colônias de Portugal, passou em São Tomé onde o Abdul Injai cumpria pena. Recebendo o indulto Abdul Injai regressou a Guiné.¹⁴⁵ Para em seguida tomar parte da Campanha do Cuore com o próprio Muzanty que o havia deportado para São Tomé. No final da Campanha Abdul Injai foi instituído o novo régulo da região como reconhecimento dos seus serviços.

Em um telegrama enviado pelo secretário de Farim ao administrador de Farim em Bolama, com data de 22 de março de 1919, dava conta que o régulo já tinha reunido muitos homens em Mansabá e quando recebeu a carta do governador que lhe dava o prazo de 15 dias para ele se apresentar em Bolama, Abdul Injai respondeu que já havia sido deportado uma vez que agora só iria a fogo.¹⁴⁶

Cumpriu-se conforme noticiou o telegrama toda negociação com o régulo falhou, e tendo existido o confronto armado o régulo do Oio Abdul Injai viu-se obrigado a se entregar, e sendo condenado ao degredo. Não chegou a ir Ilha da Madeira, segundo Amadeu Nogueira estando o régulo deposto em Cabo Verde aguardando transporte para seguir para cumprir a pena em Moçambique, mas o relatório do Banco Nacional Ultramarino diz que o seu destino seria a Ilha da Madeira. Enquanto aguardava, o régulo solicitou ao governo metropolitano para permanecer em Cabo Verde, o seu pedido foi atendido e ali permaneceu até a sua morte.

Foi publicado em 1920, em Cabo Verde, um texto atribuído ao Abdul Injai, intitulado Relatório: Os meus feitos na Guiné Portuguesa, desde 1894 a 1919, data em que, por uma acusação falsa, fui deportado para a Província de Cabo Verde.

¹⁴⁴ PÉLISSIER, René - História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841-1936, pp.100, 101.

¹⁴⁵ GERÊNCIA DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, Guerras, Bolama, 1919..

¹⁴⁶ Documento nº 26, documentos sobre a campanha contra Abdul Injai, in Boletim Cultural da Guiné portuguesa. Nº21, Vol VI, P 114.

Infelizmente não tive acesso ao conteúdo deste relatório, que com certeza contribuiria para preencher muitas das lacunas que aqui ficaram abertas.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com certeza Abdul Injai foi um dos nomes mais importantes do processo de invasão colonial no território que ficou conhecido como Guiné Bissau. Ele executou o acordo bilateral Luso-francês que ficou evidenciado na carta da província de 1906, que estabeleceu os pontos a serem batidos e estabelecidos postos militares.

Até tomar parte nas campanhas de ocupação da dita Guiné “portuguesa” Abdul Injai era um desconhecido, a notícia que se pôde apurar ainda que de forma imprecisa e não muito confiável é o que foi apresentado no trabalho de Amadeu Nogueira com o título de Figuras da ocupação que o descreve como comerciante, ladrão de gado, e que tentou furtar a pedido de um dos grandes em Pelundo uma Bombarda do régulo de Calequisse, foi preso e teve os pés queimados como castigo pelo ato praticado.

Saiu do anonimato quando tomou parte das campanhas de Muzanty principalmente a campanha do Cuore contra o Infali Sonco, como recompensa assumiu o regulado desta região. Em 1913 o Oio foi invadido seguindo o que estava estabelecido na carta da província que apontava que aquela região ainda não estava sob o domínio português, era considerada região rebelada. Assim conquistou título de herói de cor, grande amigo de Portugal, segundo escreveu o Major de Artilharia João Pedro Correia de Matos.

Em 1915 Abdul Injai com os irregulares invadem a ilha de Bissau e conquista locais que mesmo em outras campanhas Portugal não havia estado antes como: Intim, Antula, Jaal, Safim e Biombo. Sousa Guerra exalta a participação do Abdul Injai dizendo que ele era a alma dos irregulares que o acompanhava. Assim o nome Abdul Injai estava registrado na história da colonização portuguesa.

O Abdul Injai participou de muitas campanhas com Oliveira Muzanty e Teixeira Pinto¹⁴⁷. Neste trabalho trato das campanhas de 1908 no Cuore contra os Biafadas e Bissau contra os Papeis, 1913 no Oio e 1915 contra os Papeis e Grumetes em Bissau e a campanha de 1919 contra o próprio Abdul Injai, porque essas campanhas são marcos na sua trajetória.

A primeira mostra o seu aparecimento e o projeto ao regulado no Cuore. A segunda porque o consagra como herói de guerra, ele assumi também o regulado do Oio e foi promovido ao posto de tenente de 2ª linha.

¹⁴⁷ Para conhecer as campanhas que Abdul Injai tomou parte ver Pélissier, René - História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia. Carreira, Antonio - Os portugueses nos Rios da Guiné (1500 – 1900).

A terceira porque com Abdul Injai os portugueses conseguiram o que havia tentado outra tantas vezes e foram derrotados devido a grande resistência imprimida pelos Papeis e Grumetes na ilha de Bissau, o que marcava negativamente as pretensões colonizadoras. Com esta campanha o nome de Abdul Injai foi consolidado entre os grandes no processo de invasão colonial. Por fim a campanha de 1919 contra o próprio Abdul Injai porque obviamente encerra a sua trajetória, é o ponto final de um ciclo de mais de uma década de aliança com os portugueses.

O motivo de escolher a figura de Abdul Injai para apresentar o processo de colonização na dita Guiné “portuguesa” deu-se pelo fato que, a visão que se destacava para explicar a colonização de África era/é eurocentrada, que era feito a colonização em favor dos povos de África, que os europeus conquistaram todo o continente devido à superioridade racial, tecnológica e bélica. Uzoigwe escreveu que: “em 1902 a conquista estava quase concluída... O devastador poder da metralhadora Maxim e a relativa sofisticação da tecnologia europeia devem ter significado uma experiência amarga para os africanos.”¹⁴⁸

Outras explicações que tive acesso referente a este tema desconsiderava a primeiro plano as questões e pretensões internas de África. Em primeiro lugar tento demonstrar que não existia uma Guiné Portuguesa no período apresentado pela historiografia que diz que toda África em 1914 com exceção da Etiópia e Libéria estava sob o domínio europeu.

Neste ponto demonstramos que a região que Portugal reivindicava como sua possessão não estava sob seu controle político, econômico e nem cultural, porque os chefes e régulos locais de diversos povos eram autônomos, faço referência ao povo Papel em que o régulo de Bissau só foi vencido e seu domínio minado em 1915.

Em nenhuma das campanhas aqui tratada se viu a tal superioridade tecnológica europeia trabalhando em favor de Portugal, em todas as campanhas as armas portáteis portuguesas eram as mesmas que muitos povos autóctones

¹⁴⁸ UZOIGWE, Golfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral, In África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª ed. Brasília. UNESCO. 2010. p. 49.

possuíam. As sniders e Mausers estavam nos dois lados, o que os portugueses tinham a mais eram as peças de tiro, canhões, que em vários momentos da campanha em Bissau se mostraram inúteis.

O fator que levou Portugal a avançar nos territórios da Guiné e vencer as várias resistências foi Abdul Injai e os que estavam sob seu comando. Nas campanhas que trato neste trabalho Portugal só não logrou êxito esperado em uma, que foi a campanha contra os papeis em 1908 exatamente a campanha que o Abdul não participou, porque havia assumido o regulado no Cuore e não seguiu com Muzanty para Bissau.

Nas demais campanhas que ele participou Cuore 1908, Oio 1913 e Bissau 1915 Portugal invadiu e conquistou o território, e em todas essas campanhas quem deu o primeiro combate foi Abdul Injai e os irregulares sob seu comando, eles cometeram muitas atrocidades. Nos documentos analisados não aparece prisioneiros de guerra, e nem o número exato de mortos da parte dos resistentes o que supomos que os resistentes tinham duas opções eles fugiam ou morriam.

Ao descrever esses fatos quero demonstrar o papel primordial do Abdul Injai na implantação do projeto colonizador português, talvez sem as ações deste senegalês os lusitanos enfrentassem maiores dificuldades para penetrar nas regiões que foram oposição a invasão colonial. E ainda demonstrar que ele não era usado pelo europeu, ele não era manipulado como uma marionete. Abdul Injai tinha total consciência das suas ações e pretensões.

A arma de guerra que decidiu em favor de Portugal atendia pelo nome de Abdul Injai e seus soldados chamados pelos portugueses de auxiliares. Assim Portugal começou a penetrar em regiões que nunca havia efetivamente exercido qualquer tipo de domínio. E a partir destas campanhas começou a estabelecer através de régulos como Abdul Injai um controle indireto sobre estas regiões.

Constantemente Abdul Injai negociava com a administração colonial os termos da porcentagem que lhe caberia nos valores cobrados dos impostos, nas multas aplicadas por ele o percentual chegou mesmo a ponto de ser meio a meio, obrigava os oincas a trabalhar em suas propriedades, aplicava multas entre outras

ações. Caetano Barbosa dizia que os autóctones só deviam trabalhar compulsoriamente para o governo, Abdul entendia que ele era o governo.

Determinou que um sargento português que estava com um grupo de trabalhadores a executar serviço na estrada de Biroque a abandonar o serviço, o sargento tentou resistir, mas foi obrigado a ceder. De modo que os portugueses olhavam para os aliados como homens completamente subordinados a eles, porém na prática os aliados a exemplo do Abdul Injai sentiam-se autônomos diante do governo português.

Portugal entendia que era senhor das terras da Guiné e os régulos locais lhes eram vassallos, os quais lhes deviam total e irrestrita obediência, porém na prática os régulos constituídos por Portugal ou a ele aliado, comportavam-se como legítimos senhores dos seus domínios. Os régulos atendiam as determinações que lhes eram interessantes obedecer.

Essa relação era muito frágil e em grande maioria acabava rompendo em revolta, o que acabou acontecendo com o Abdul Injai que desde 1916 começou a desobedecer as ordens portuguesas. Só em 1919 houve uma campanha para destituir Abdul do regulado do Oio, durante um período de quase três anos Portugal tentou negociar com o régulo.

O que levou os portugueses a demorar tanto tempo para mover uma ação armada contra o Abdul Injai, nos telegramas não faltou indicação da necessidade de uma investida armada, mas sempre o governador buscou negociar. Em alguns telegramas é possível perceber o receio dos administradores, comandantes de postos militares em partir para guerra contra o Abdul.

Fato é que os portugueses temiam uma derrota diante daquele que por mais de uma década era considerado herói de guerra português, onde todas as campanhas a partir de 1908 eram realizadas por ele. Poucos portugueses estiveram nos campos de batalha para a ocupação da dita Guiné “portuguesa”.

Os portugueses acabaram vencendo facilmente o régulo do Oio devido à traição de um dos seus homens de confiança, o seu sobrinho Alburi Injai que

revelou a sua estratégia de guerra. Com esta traição encerrou-se a trajetória do Abdul Injai dentro do processo de colonização na dita Guiné “portuguesa”.

GLOSSÁRIO

Balobá: Casa sagrada onde é realizado o culto

Balobeiro: Sacerdote/ sacerdotisa

Fula: Povo que habitava a região nordeste da Guiné.

Grumete: Africanos que se convertiam ao cristianismo.

Irân: São as energias, pode-se comparar aos orixás no Brasil.

Irregulares: aqueles que eram de origem africana que participavam temporariamente do exército.

Jaura: Nome dado aos soldados do Abdul Injai.

Lala: Campo extenso com capim alto.

Mancarra: Amendoim

Palhota: Residência

Papeis: Povo que habitava a ilha de Bissau.

Poilão: Árvore gigante

Régulo: Reis de pequenas regiões

Ronco: Ousadia

Salalé: Formigas

Snider: Espingarda

Tabanca: Vila ou interior

Zagalote: Pequenas balas para carregar espingardas.

FONTES

ADMINISTRAÇÃO DO GÊBA, Cópia do telegrama nº75 de 29 de maio de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.119. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

ADMINISTRAÇÃO DE FARIM, Cópia do telegrama nº 45 de 18 de maio de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.118 – 119.

Disponível em: <http://memoria->

[africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68](http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68). Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº29 de 29 de maio de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.119. Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP->

[N021&p=68](http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68). Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 53 de 30 de maio de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 120. Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP->

[N021&p=68](http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68). Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 54 de 31 de maio de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 120 – 121. Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP->

[N021&p=68](http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68). Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 56 de 02 de junho de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 121. Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP->

[N021&p=68](http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68). Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº68 de 10 de junho de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 121. Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP->

[N021&p=68](http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68). Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 64 de 11 de junho de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 121 – 122. Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP->

[N021&p=68](http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68). Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama de 23 de novembro de 1916, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 124. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama de 18 de novembro de 1915, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 124 – 125. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

BARBOSA, Caetano José - **Relatório do administrador da Circunscrição Civil de Farim acerca do régulo do Oio, Abdul Injai**. In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, PP 92 -99. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Transcrição do telegrama nº 79, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 99. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 26 de julho de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.102. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 17 de maio de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.103. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 28 de setembro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.103. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 06 de dezembro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.104. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 02 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, Pp.104-105. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 02 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.105. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 19 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.106. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

BARBOSA, José Caetano. Cópia de telegrama expedido em 20 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21, Vol. VI, 1951, Pp.106-108. Disponível em: <http://memoriaafrica.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº164 de 25 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.108. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº405 se 13 de novembro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.109-110. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 188, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 110. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama datado em 19 de dezembro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 110. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº14 de 18 de janeiro de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 110 – 111. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 19 de 08 de março de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 111. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº43 de 20 de fevereiro de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 112 -113. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 20 de 8 de março de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 113- 114. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia nota datada de 26 de setembro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.122 - 123. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama de 19 de outubro de 1913, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 125. Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama de 27 de novembro de 1913, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 125 – 126. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do t BARBOSA, Caetano José - **Relatório do administrador da Circunscrição Civil de Farim acerca do régulo do Oio, Abdul Injai**. In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, PP 92 -99. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Transcrição do telegrama nº 79, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 99. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 26 de julho de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.102. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 17 de maio de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.103. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 28 de setembro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.103. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 06 de dezembro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.104. Disponível

em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 02 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, Pp.104-105. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 02 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.105. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama expedido em 19 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.106. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

BARBOSA, José Caetano. Cópia de telegrama expedido em 20 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21, Vol. VI, 1951, Pp.106-108. Disponível em: <http://memoriaafrica.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº164 de 25 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.108. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº405 se 13 de novembro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.109-110. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 188, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 110. Disponível em: <http://memoria->

africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama datado em 19 de dezembro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 110. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº14 de 18 de janeiro de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 110 – 111. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 19 de 08 de março de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 111. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº43 de 20 de fevereiro de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 112 -113. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 20 de 8 de março de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 113- 114. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia nota datada de 26 de setembro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.122 - 123. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama de 19 de outubro de 1913, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 125. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama de 27 de novembro de 1913, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 125 – 126. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama de 12 de outubro de 1916, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 126. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

_____ Telegrama de 12 de outubro de 1916, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 126. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

FIGUEIRA, Alonso - **Relatório do Comandante da diligência a Mansabá**, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, PP 73 – 75. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>. Acesso em: 13/04/2012.

GERENCIA DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO. **Guerras**, Bolama, 1919. Disponível em: https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2017_07_23_archive.html. Acesso em: 02/01/2018.

GOVERNADOR- Cópia do telegrama nº 399 de 20 de outubro de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.108. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

GOVERNADOR. Cópia do telegrama nº 409, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 109. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

GUERRA, Tenente Henrique Alberto Souza – **Coluna de Operações contra os Papéis 1915**, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Nº 14- Vol. IV, 1949, pp.233-239. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N014&p=65>, acesso em: 13/04/2012.

JÚNIOR, Augusto José de Lima - **Relatório da cooperação prestada pela Marinha Colonial nas operações militares contra o ex-régulo do Oio, Abdul Injai e sua gente**. In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, PP 53 – 73. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

JÚNIOR, José Pinto de Sousa - **Relatório apresentado pelo comandante Militar de Bissoram**. In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, PP 90 – 92. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

LÔBO, Alfredo António da Gama – Cópia de telegrama expedido pelo Administrador de Geba, em 02 de março de 1917, , In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 100. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

_____, Cópia de telegrama enviado ao Administrador de Bafatá, em 03 de março de 1917, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P101. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

_____, cópia de telegrama expedido pelo Administrador de Geba, em 23 de março de 1917, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P101. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

NOGUEIRA, Amadeu. (1949). **Figuras da Ocupação Abdul Injai**. In *Boletim Cultural da Guiné*, pp. 49-59. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N013&p=66>, acesso em: 30/08/2012.

PONTE, Tenente Luiz Nunes da. **A Campanha da Guiné 1908 breve narrativa**. Porto, 1909, Portugal. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/search/?q=a+campanha+da+guin%C3%A9+1908+&q=pt>, acesso em: 04/02/2012.

QUARTEL GENERAL – Cópia da resposta a nota nº 431, In *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.123 – 124. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

SECRETARIA DE FARIM, Cópia dos telegramas nº 23, 25 e 28, In *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 117. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS. Conjunto de documentos relativos ao indígena Mamadu Injai, acusado de práticas de bruxaria. Administração da 3.º Circunscrição Civil (Farim), 1920 **Fundo**: C1.6. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09907.087>. Acesso em 15/01/2018

SOARES, Alberto - **Relatório do Comando Militar dos Balantas**. In *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 21 – Vol. VI, 1951, PP 85 – 90. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

VILAS BOAS, Pedro - **Relatório do comandante do posto Militar de Mansabá**. In *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 21 – Vol. VI, 1951, PP 75- 85. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

WAHNON, Mário Lima – Cópia de telegrama Expedido em 2 de maio de 1918, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P102. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia de telegrama de 22 de março de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 114. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 33 de 21 de abril de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.114 -115. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

WAHNON, Mário Lima, Cópia do telegrama nº 35 de 06 de maio de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.115. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 38 de 06 de maio de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 115 – 116. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 39 de 06 de maio de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P. 116. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

_____ Cópia do telegrama nº 30 de 5 de abril de 1919, In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 21 – Vol. VI, 1951, P.118. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N021&p=68>, acesso em: 13/04/2012.

BIBLIOGRAFIA

AUGEL, Johannes. O Crioulo da Guiné-Bissau. *Afro-Asia*, (19-20), 1997. p. 251-254.

AZEVEDO, J. Fraga de. Como pode o Europeu Triunfar na Guiné dos Inimigos Naturais do Homem. XXIII, 1947. p. 167. PORTUGAL.

BOAHEN, Albert Adu. Tendências e Processos novos na África do século XIX. In: J. F. Ajayi (Ed.), *História Geral da África*. Vol. VI, Brasília: UNESCO. 2010. P.1032.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: A. A. Boahen (Ed.), *Historia Geral da África, VII A África sob dominação colonial, 1880-1935* (2º ed., p. 1022). Brasília: UNESCO. 2010.

CAMPOS, Américo. *Historia da Guiné Bissau em datas*. 2012. Disponível em <http://pt.slideshare.net/Cantacunda/histria-da-guin-bissau-em-datas>: <http://pt.slideshare.net/Cantacunda/histria-da-guin-bissau-em-datas>. Acesso em 27 de 02 de 2014.

CARREIRA. Antônio. *Os portugueses nos rios de Guiné (1500 - 1900)*. Lisboa.1984.

CARVALHO, Juvenal de. *Revista Veja: Um olhar sobre a Independência de Angola*. São Paulo: Gandalf.2009.

DINIZ, Miranda. *Comissão de Cartographia. Esboço da Carta da Província da Guiné*, 1906.

DUARTE, Fausto. A Guiné no ultimo quarto do Século XIX. In *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. 1953. Disponível em *Memorias d'Africa e d'Oriente*: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N029&p=136>. Acesso em 31 de Julho de 2013.

GUEYE. M'Baye; BOAHEN. Albert Adu. *Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914*. In: A. A. BOAHEN (Ed.), *História geral da África, VII*, 2ª ed. Vol. VII. Brasília. 2010. p.1040.

LEMOS. A.

(1843).http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1T9W03436Y843.582074&profile=bn&uri=full=3100024~!279141~!0&ri=1&aspect=basic_search&menu=search&source=~!bnp&ipp=20&staffonly=&term=Lemos,+A.+C.,+fl.+ca+1833-1843&index=AUTHOR&uindex=&aspect=basic_sea. Acesso em 21 de 02 de 2014, disponível em Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/1839>

LIMA, Adolpho G. A. Educação Colonial. XVII, Lisboa, Portugal. 1907. pp.168-182.

LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo: Selo Negro. 2004.

MAGALHÃES, C. L. A Guiné Portuguesa Através da História, Cadernos Coloniais. 24. Disponível em Memoria d'Africa e d'Oriente: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N24&p=1>. Acesso em 04 de 05 de 2011.

MARTINS, J. P. Oliveira. O Brazil e as Colonias Portuguesas (5.ª edição, augmentada ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Editora. 1920.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (s.d.). Embaixada do Brasil em Bissau. Disponível em Itamaraty: http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/informacoes_aos_viajantes.xml. Acesso em 08 de 03 de 2014.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. (s.d.). Camões Instituto da Cooperação e da Língua Portugal. Disponível em Instituto Camões: <https://www.instituto-camoes.pt/guine-bissau/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/guine-bissau>. Acesso em 2014 de 03 de 2014.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Identidades e resistências à escravidão na Guiné-Bissau: A luta pela soberania nacional. In: J. d. Carvalho, Reflexões sobre a África contemporânea (pp. 29 - 43). Cruz das Almas: UFRB. 2016.

MOUTINHO, Mário C. O Indígena no Pensamento Colonial Português - 1895-1961. Edições Universitárias Lusofonas. 2000.

MWANZI, Henry A. Iniciativas e resistência africanas na África Oriental. In: A. A. Boahen (Ed.), *Historia Geral da África*, 2ª ed., Vol. VII, Brasília. 2010. P1040.

NETO, Maria da Conceição. *Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX*. Luanda: Lusotopie 1997.

NOGUEIRA, Amadeu. *Figuras da Ocupação Abdul Injai*. In *Boletim Cultural da Guiné*, 1949, pp. 49-59.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os "negros da guiné" a origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, 1997. pp. 37-73.

OPOKU, K. A. A religião na África durante a época colonial. In: A. A. Boahen, *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880 - 1935* Brasília. 2010. pp.591-624.

PÉLISSIER, Renner. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841-1936*. Lisboa: Estampa. 2001.

PERSON, Yves. *Estados e Povos da Senegâmbia e da Alta Guiné*. In: J. F. Ajayi (Ed.) *Historia Geral da África, África do século XIX a década de 1880* (Vol. VI. Brasília: UNESCO. 2010. p.1032.

PONTE, Tenete Luiz Nunes da. *A CAMPANHA DA GUINÉ 1908*. Porto, Portugal. 1909.

RAMIRES, Mário Matos; LEMOS. Alexandre. *O Primeiro Fotógrafo de Guerra Português JOSÉ HENRIQUES DE MELLO GUINÉ: CAMPANHAS DE 1907-1908*. 2008. Disponível em URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc. Acesso em 14 de 02 de 2014,

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, M. d. *Plano de Acção para a Biodiversidade na Guiné-Bissau*. 2000. Disponível em <http://www.didinho.org/PLANODEACCAOPARAABIODIVERSIDADENAGUINEBISSAU.pdf>: <http://www.didinho.org>. Acesso em 23 de julho de 2013.

RIBEIRO, Jorge Martins; SANTOS, Maciel Moraes. Comércio e Islamização na Guiné Portuguesa: Aspectos da Simbiose em 1908. 6º. Colóquio Internacional Identidades, Poderes e Etnicidades. Porto. 2004. p.16.

SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. 1994. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/03.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2013,

SIMOES, Landerset. Babel negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné. Porto: Oficinas Gráficas de O Comércio do Porto. 1935.

SOARES, Mariza de Carvalho. Descobrimos a Guiné no Brasil Colonial. Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2000. p.71-94.

UZOIGWE, Goldfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: A. A. Boahen (Ed.), História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2 ed. Brasília: Unesco.2010. p.1040.

WESSELING, H. L. Dividir para dominar: a partilha da África (1880 - 1914). (C. Brandt, Trad.) Rio de Janeiro: UFRJ; Revan.1998.